

FACE

Em Revista



v.3 2000

ARTIGOS

O PERFIL PROFISSIONAL DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.
Arnaldo Berger Júnior

IMPLANTAÇÃO DE HELPDESK DE HARDWARE USANDO SISTEMA ESPECIALISTA.
Jefferson Tremi, Edna Satiko Eiri Trebien.

A QUESTÃO EDUCACIONAL COMO PREMISSA SIGNIFICATIVA PARA AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS.
Maria Genoveva Bordignon Esteves.

ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES.
Odeir Dileto Cachoeira

ESTUDANTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS DA FACE.
Jorge Luis Favaro

O IMPACTO NA PRODUTIVIDADE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR DE UNIÃO DA VITÓRIA PELA INCORPORAÇÃO DO MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (MCP).
Noêmia O. Nakalski

DE OLHO NOS BANCOS: ELLES PODEM SER CONDENADOS A DEVOLVER SEU DINHEIRO.
Sandro Luiz Padilha Peters

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PROCESSO DE COOPERATIVISMO EM BITURUNA.
Nelson Michelotto

DA IMPOSSIBILIDADE DE PROTESTO CARTORÁRIO DE CDA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA.
Edilson Jair Casagrande

COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PORTO VITÓRIA.
Célia Mariene Kampmann Ramos

EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: UMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL.
Cristiano Augusto Ramos

A SOCIEDADE UNIÃO AGRÍCOLA-INSTRUTIVA.
Amélia Teresa Zabendzala Giraldi

ÍCONE DE NOSSA SENHORA DOS CORAIS.
Maria Knapik Schwartz

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA IGUAÇU: DO SONHO À REALIDADE.
Marlene Goulart Jakubiw

A IMAGEM DO CAMPO E DA CIDADE NA REGIÃO DE GUARAPUAVA: SÉCULO XIX.
Michel Kobelinski

**FACE
EM
REVISTA**

v.3 2000

FACE EM REVISTA

Conselho Editorial:

Profª Fahena Porto Horbatiuk - Presidente
Bel. Rita de Cássia Funaro Vieira - Secretária
Profª Maria Genoveva Bordignon Esteves - Membro
Prof. Ronaldo Teixeira Ozon - Membro
Profª Sandra Mara Marafon Silva - Membro
Prof. Raulino Bortolini - Membro
Prof. Cordovan Frederico de Melo Júnior - Membro

Publicação Anual

Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE

Diretor - Prof. Jairo Vicente Clivatti
Vice-Diretor - Prof. José Pedro Ramos
Chefe do Depto. de Administração - Prof. Ivo Tonon
Chefe do Depto. Ciências Contábeis - Prof. Clóvis Tilgner de Souza
Chefe do Depto. Ciências Econômicas - Prof. Ronaldo Teixeira Ozon
Chefe do Depto. Comércio Exterior - Prof. Ivo Tonon
Chefe do Depto. de Comunicação Social - Prof. Raulino Bortolini
Chefe do Depto. de Turismo - Profª Maria Genoveva Bordignon Esteves

Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, 3856 - Caixa Postal 321
84.600-000 - União da Vitória - Paraná - Brasil

É permitida a reprodução com menção da fonte de artigos e fotos,
sem reserva de direitos autorais.

Poderá ser obtida em permuta junto à
Biblioteca "João Dissenha"
Setor de Publicações
Fundação Faculdade Municipal de
Administração e Ciências Econômicas
Caixa Postal 321
84.600-000 - União da Vitória - Paraná

Capa e Projeto Gráfico: Edite Siqueira
Revisão Geral: Profª Fahena Porto Horbatiuk

FACE EM REVISTA. União da Vitória: Fundação Faculdade Municipal de
Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória, v.1, n.1, out.
1998.

Semestral
v.1, n.2 de 1998, não foi publicado
A partir de v.3, 2000 a publicação passa a ter periodicidade anual.

1.Ciências - Periódicos I. Fundação Faculdade Municipal de Administração
e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE.

FACE EM REVISTA

Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de
União da Vitória

v.3 2000

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
O PERFIL PROFISSIONAL DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. <i>Arnaldo Berger Júnior</i>	7
IMPLANTAÇÃO DA HELPDESK DE HARDWARE USANDO SISTEMA ESPECIALISTA. <i>Jefferson Treml, Edna Satiko Eiri Trebien</i>	13
A QUESTÃO EDUCACIONAL COMO PREMISSA SIGNIFICATIVA PARA AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS. <i>Maria Genoveva Bordignon Esteves</i>	25
ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES. <i>Odelir Dileto Cachoeira</i>	43
ESTUDANTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS DA FACE. <i>Jorge Luis Favaro</i>	57
O IMPACTO NA PRODUTIVIDADE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR DE UNIÃO DA VITÓRIA PELA INCORPORAÇÃO DO MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (MCP)1. <i>Noêmia O. Nakalski</i>	69
DE OLHO NOS BANCOS: ELES PODEM SER CONDENADOS A DEVOLVER SEU DINHEIRO. <i>Sandro Luiz Padilha Peters</i>	81
RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PROCESSO DE COOPERATIVISMO EM BITURUNA. <i>Nelson Michelotto</i>	89

DA IMPOSSIBILIDADE DE PROTESTO CARTORÁRIO DE CDA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA. <i>Edilson Jair Casagrande</i>	95
COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PORTO VITÓRIA. <i>Célia Mariene Kampmann Ramos</i>	103
EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: UMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL. <i>Cristiano Augusto Ramos</i>	109
A SOCIEDADE UNIÃO AGRÍCOLA-INSTRUTIVA. <i>Amélia Teresa Zabendzala Giraldi</i>	117
ÍCONE DE NOSSA SENHORA DOS CORAIS. <i>Maria Knapik Schwartz</i>	131
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA IGUAÇU: DO SONHO À REALIDADE. <i>Marlene Goulart Jakubiw</i>	141
A IMAGEM DO CAMPO E DA CIDADE NA REGIÃO DE GUARAPUAVA: SÉCULO XIX. <i>Michel Kobelinski</i>	159

APRESENTAÇÃO

A FACE tem a satisfação de lançar seu 3º volume de FACE em REVISTA, englobando artigos de professores da Instituição, bem como de professores e colaboradores da comunidade e de acadêmicos, que nos prestigiam com sua participação.

O enfoque, neste número, recai sobre questões de Relações Públicas, Administração, Direito, Ciências Contábeis, Computação, Educação, Pesquisas Históricas, entre outras.

Esperamos que a revista agrade aos leitores e seja oportuna a quem pesquisa, como meio de divulgação de seus trabalhos, cumprindo, deste modo, nossa meta de promover cultura, ciências e intercâmbio cultural entre Instituições de Ensino Superior.

A pesquisa precisa tornar-se prática constante, não apenas requisito para obtenção de título. Como diz Umberto Eco (1996), ela está para “movimentar outras mentes e acionar novas idéias.”

É preciso, de uma forma lúdica e curiosa, apreciar o trabalho original de reler ou rever o que já está posto, com precisão de pensamento, captando e integrando, dialeticamente, diferentes vozes, para interpretação e/ou compreensão da realidade, com temas bem delimitados, para maior segurança.

Nesse sentido, agradecemos a atenção, tanto de quem contribui com seus textos, como a de quem os lê, certos de que o centro e motivação de nosso labor é tornar a investigação científica um recurso que ultrapassa formalidades e visa ao dinamismo e à fruição de um trabalho gratificante.

Fahena Porto Horbatiuk

O PERFIL PROFISSIONAL DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Arnaldo Berger Júnior

Contador e Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória (PR) – FACE

O ser humano é um analista por natureza. A sua capacidade de análise, embora tenha servido para o progresso da humanidade, ainda é ignorada, principalmente, sob o ponto de vista de um empreendimento.

Com o surgimento do computador, o ser humano passou a ter um poderoso instrumento de análise. Todavia, em muitos casos, ele ignora as inúmeras possibilidades do uso da informática como ferramenta de auxílio, tanto no campo pessoal como profissional.

Mas, o que tem a ver, a visão analítica com a Contabilidade?

Um indivíduo no decorrer de sua vida, passa muito tempo analisando situações que podem favorecer ou comprometer o seu futuro. A escolha da melhor opção e seu sucesso depende da quantidade e, principalmente, da qualidade de informações disponíveis. A capacidade de um negócio progredir e obter êxito em relação a outro está associada à melhor análise dos dados coletados.

O progresso de um negócio está intimamente ligado às informações referentes a sua movimentação diária, devidamente organizadas. Tais informações para facilitarem a análise e decisão precisam ser trabalhadas em relatórios específicos à ocasião e adequados a seus usuários.

Para HENDRIKSEN, citado por IUDÍCIBUS (1989, p.19), embora possa ser possível estabelecer os modelos decisórios que descrevem como os usuários realmente tomam suas decisões e que informação desejam, este procedimento pode não levar aos melhores resultados, porque os usuários estão limitados pela informação contábil disponível no momento ou porque eles podem não estar usando os melhores modelos.

Toda empresa possui sua história, registrada em documentos, números e fatos diários que nos dizem alguma coisa. Cada extrato bancário, cada nota fiscal emitida, enfim, toda documentação criada ou recebida, além de servir para um propósito de movimentação do negócio, pode indicar como está este negócio. Porém os atos e fatos constantes da movimentação de uma empresa, por si só, não demonstram muita coisa.

Segundo IUDÍCIBUS (1989, p.20), o sistema contábil deveria ser capaz de produzir, em intervalos regulares de tempo, um conjunto básico e padronizado de informações que deveria ser útil para um bom número de usuários, sem esgotar as necessidades destes, mas resolvendo-lhes as mais prementes. E, ainda assim,

deveria ser capaz de reagir, mais lentamente, é verdade, mas seguramente, às solicitações diferenciadas de usuários.

Não basta um negócio gerar lucro. Precisa-se saber que tipo de lucro este negócio está criando, analisar se este lucro está em crescimento, exercício após exercício, ou se está decrescendo ano após ano. Neste sentido pode-se incluir o termo Qualidade do Lucro. O que é qualidade do lucro? É o resultado positivo de um exercício conseguido de forma eficiente dentro de uma realidade econômica de competição.

Na busca da qualidade do lucro, entra a necessidade de análise da movimentação contábil e econômica de um negócio.

A análise contábil e econômica deve ser realizada desde o momento da intenção de realizarmos um empreendimento. A escolha incorreta de um empreendimento, poderá levar-nos a vender “ventiladores no pólo sul”. Da qualidade de nossa análise é que depende a escolha do melhor ramo de negócio e a sobrevivência deste negócio.

As empresas hoje insistem em não realizar análise de custos, por exemplo. Na verdade, esta análise é primordial para a manutenção de um negócio. Normalmente, as empresas mantêm seu fluxo de informações fechado, com medo de mostrar seus defeitos e, conseqüentemente, ignorando suas virtudes. Não são capazes de realizar comparações com outras empresas do mesmo ramo. Então como esperam sobreviver?

A partir desse momento, entra o Contador (Bacharel em Ciências Contábeis), tendo como principal função analisar os números gerados pelas empresas. Este profissional devidamente preparado é responsável pelos rumos do negócio.

A realização de uma análise econômico-financeira do negócio depende da fidedignidade das informações adquiridas ou repassadas ao Contador, que deve participar das decisões do negócio, como membro efetivo do mesmo.

A função do Contador é determinar os rumos do negócio, por meio de sua análise. Não compete a ele realizar os registros contábeis, mas tirar proveito das informações relevantes e oportunas constantes nesses registros.

Segundo MARION (1997, p. 28), a função básica do Contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade, para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

O Contador, ao analisar o resultado de uma empresa, deve buscar informações que visem, em caso de resultado positivo, evitar a euforia desmedida, e, no caso de resultado negativo, evitar a política da terra arrasada.

Segundo CHATFIELD (1991, p.4), “(...) o conservadorismo é importante, quer agrade ou não aos contadores. Os métodos conservadores têm sido usados

por toda a sociedade que tenha algum desenvolvimento contábil. Mesmo aqueles que atualmente repudiam a doutrina continuam levando até o final suas implicações. Continuará sendo importante, sem interessar os métodos de avaliação que se adotem, ou como se mede a receita. Mesmo que se apresente numa transição, para alguma forma de medida e preços de mercado, não se eliminariam áreas de incerteza na contabilidade.”

Os rumos da economia de um país, em determinado período, podem fazer com que os resultados de uma empresa não sejam positivos naquele exercício. Porém, não é este fato somente que vai determinar a inviabilidade de um negócio. Ao Contador cabe analisar e tirar conclusões sobre a empresa em questão; o contexto em que a mesma está inserida e também o desempenho das empresas concorrentes em seu ramo visando obter lições que devem ser aprendidas. Tais lições são informações valiosas para o profissional definir novos rumos do negócio em questão, pois não basta mudar, tem-se que saber por que e como mudar. A análise setorial é que vai definir a verdadeira situação do negócio. O profissional tem que estar atento às mudanças ocorridas dentro e fora da empresa.

Da mesma forma, uma empresa, atualmente, não deve ser analisada somente sob o ponto de vista material. Fazem parte da empresa pessoas que são a alma do negócio. O profissional, ao analisar a viabilidade de um negócio, precisa analisar desde a capacidade das pessoas envolvidas no empreendimento, até a maneira de a empresa manter-se em seu ramo, destinando verbas para treinamento de pessoal, propaganda, pesquisas de ponta, existência de política de recursos humanos bem definida, atualização de máquinas e equipamentos, produtos consagrados no mercado, pontos que irão, fatalmente, refletir no resultado final por ela proposto e explorado.

Podemos afirmar, então, que o Bacharel em Ciências Contábeis é um profissional ligado à viabilidade de um empreendimento, desde sua criação até a sua extinção. O Contador deve sempre ter em mente que o resultado de um negócio, seja qual for, deve e pode sempre ser melhor.

O contador precisa ser um analista dinâmico e atualizado em relação às novas tecnologias instrumentais de análise, ou seja, precisa ser um visionário, pois lida com todas as partes de um negócio.

É incontestável a importância do profissional Contador, alicerçada nos conhecimentos teóricos, extremamente importantes a qualquer formação profissional. Na formação do Contador, o conhecimento teórico é básico para o entendimento da Contabilidade como Ciência. No desconhecimento de tais princípios da contabilidade está ancorada a incapacidade de análise do Contador.

Evidentemente, as convivências com a legislação em vigor e com os processos informatizados atuais, contribuem e são fundamentais para o Contador. Soma-se a estes conhecimentos a experiência. Todavia, para o Contador o conhecimento básico da Contabilidade como Ciência é imprescindível, pois este lhe dará a capacidade de conviver com processos de decisão muitas vezes

conflitantes. A Ciência Contábil é que indicará o caminho da decisão correta.

Assim, devemos ter em mente que a Contabilidade não é uma técnica de registros e lançamentos de valores, mas uma Ciência de estudo de métodos e procedimentos.

A não utilização da Contabilidade como Ciência impossibilitará ao profissional analista a obtenção dos resultados por ele esperados e desejados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHÁTFIELD, M. Os princípios contábeis considerados como convenções: a doutrina do conservadorismo. Revista Enfoque – Reflexão Contábil, Londrina:UEL,n.2, p.4-, 1991.
2. IUDÍCIBUS, S. de. Teoria da contabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
3. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IMPLANTAÇÃO DA HELPDESK DE HARDWARE USANDO SISTEMA ESPECIALISTA

Jefferson Tremi

Professor das Disciplinas de Introdução à Computação, Processamento de Dados aplicado à Administração na FACE/UVA; Professor de Fundamentos em Processamento de Dados, Técnicas de Operação, Técnicas de Sistemas, Introdução ao Sistema Operacional no COLTEC; Professor de Sistemas Operacionais na UnC, Especialista em Administração Empresarial pela FACE/UFPR e Especialista em Tecnologias de Desenvolvimento de Sistemas pela UnC/FURB. Mestrando em Ciências da Computação, pela UNIPAR/UFSC - Umuarama/PR.

Edna Satiko Eiri Trebien

Tecnóloga em Processamento de Dados, Especialista em Gerência Contábil, Especialista em Qualidade e Produtividade Total, Professora da FACE/União da Vitória e COLTEC; Mestranda em Ciências da Computação, pela UNIPAR/UFSC - Umuarama /PR.

RESUMO

Este trabalho aproveita a base de conhecimento documentado pela empresa Compunião, que atua na área de assistência técnica de microcomputadores e periféricos. A base foi tabulada nos três últimos anos de atendimento nessa área. O trabalho servirá de base para um serviço de teleatendimento, para direcionar o fluxo de atendimento, para uma ferramenta capaz de servir como ponto de apoio ao trabalho especializado do técnico de manutenção, minimizando alguns problemas corriqueiros e de fácil resolução. Uma ferramenta que poderá ser operacionalizada por pessoas não-especializadas, agilizando o pré-atendimento e, em conseqüência, otimizando os serviços do técnico em manutenção. Complementou-se a base de conhecimento com pesquisa bibliográfica e na Internet. A construção da ferramenta baseou-se no Expert Sinta, pois simplifica a implementação do modelo de atendimento e espelha a base de conhecimento, deixando ao especialista a imposição de regras de sua representação. O trabalho foi direcionado ao conjunto hardware, não abordando o software; este servirá de objeto para estudos futuros.

Palavras-Chaves: SISTEMA ESPECIALISTA, TELEATENDIMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, HARDWARE, SERVIÇO.

ABSTRACT

This work uses the knowledge documented by Compunião, that acts in the technician's assistance of microcomputer and peripherals. The bases were tabulated in the last three years of services in this area. The work will serve as support for a service of helpdesk to direct the flow of the service to a tool which will serve like a base to the expert work of the maintenance technical, to minimize some common problems and easy resolution. A tool that will be able to be operated by no-expert people, agiling the pre-attendance and optimizing the services from the maintenance technical. The knowledge was complemented with bibliography's research and Internet. The construction of the tool was based in the Expert Sinta because simplifies the implementation of the attendance model and reflects the knowledge, leaving to the expert the imposition of the rules of its representation. The work was directed to the hardware joint, leaving the software, which will be covered in future researches.

Keywords: SPECIALIST SYSTEM, HELPDESK, TECHNICAL ASSISTANCE, HARDWARE, SERVICE.

1 INTRODUÇÃO

Como autores deste artigo, representando a FACE - Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas, uma instituição de ensino superior e segundo grau técnico em informática, com três laboratórios de informática, sendo usuários e responsáveis pela manutenção, sentimos a necessidade de uma pré-verificação antes de acionar a empresa responsável pela assistência técnica para eliminar o tempo de manutenção, eliminando os serviços de fácil resolução.

Para tanto, buscou-se, nas empresas da região, aquela que possuísse especialização em manutenção de hardware e software que tivesse uma base de conhecimento consistente e confiável; escolheu-se a Compunião. A empresa participou no embasamento do conhecimento e na implementação do modelo de representação desta base.

A Compunião vem documentando os atendimentos em serviços, com o objetivo de detectar e tabular padrões de comportamento em ocorrências, sazonais ou não, para melhorar qualitativamente o gerenciamento do estoque de atendimento e eliminar a aquisição de partes, peças e componentes na medida exata, sem desperdícios. Até cinco anos atrás, a compra desses suprimentos era feita empiricamente, ocasionando desperdícios e erros.

O beta teste do modelo foi realizado nos laboratórios de informática da instituição, com sucesso. A partir desse teste, aperfeiçoamos a base de representação do *know how* em *hardware*, deixando para implementações futuras, o software, por se tratar de uma base mais complexa, com muitas variantes, o que demandaria um prazo maior para o desenvolvimento.

A estrutura do artigo está fundamentada na seção 2, com os conceitos sobre Sistemas Especialistas, ilustrando o embasamento sobre a área da inteligência artificial trabalhada neste artigo. Na seção 3, a conceituação emitida pela ABNT sobre serviços e prestação de serviços que valoriza o artigo, à medida que define o tipo de aplicação de um sistema especialista. Na seção 4, descrevemos o dia-a-dia e os problemas vividos pela área de assistência técnica de uma empresa prestadora de serviços, para ilustrar o motivo e o objetivo primordial do desenvolvimento deste trabalho. Na seção 5, descrevemos a metodologia empregada no desenvolvimento do artigo. Na seção 6, demonstramos, através de diagramas,

o resultado do trabalho desenvolvido. E, finalmente, na conclusão, apresentamos as dificuldades encontradas, bem como as perspectivas das empresas prestadoras de serviços de assistência técnica.

2 CONCEITOS SOBRE SISTEMAS ESPECIALISTAS

Conforme o LIA :

“Sistemas especialistas são programas de computador que procuram atingir soluções de determinados problemas do mesmo modo que especialistas humanos, se estiverem sob as mesmas condições. Apesar das limitações das máquinas, é possível hoje, a construção de sistemas especialistas com lato grau de desempenho, dependendo da complexidade de sua estrutura e do grau de abrangência desejado.” (LIA, 1996)

Na visão de Rich :

Os sistemas especialistas solucionam problemas que normalmente são solucionados por –especialistas- humanos. Para solucionar tais problemas os sistemas especialistas precisam acessar uma substancial base de conhecimentos do domínio da aplicação, que precisa ser criada do modo mais eficiente possível. Eles também precisam explorar um ou mais mecanismos de raciocínio, para aplicar seu conhecimento aos problemas que têm diante de si. Depois eles precisam de um mecanismo para explicar o que fizeram aos usuários que deles dependem. Uma maneira de ver os sistemas especialistas é considerar que eles representam a inteligência artificial aplicada em um sentido amplo. (RICH, 1993)

Uma frase dita por Dave Anderson , diretor de reengenharia da Wells Fargo Incorporated, traduz bem os benefícios gerados pelos sistemas de Inteligência Artificial como uma extensão da capacidade humana. Ele disse: “...**o sistema especialista torna portátil o conhecimento especialista**”. Ibidem

Stair (1996) aborda um sistema especialista como um ser humano experiente e especializado em uma determinada área do conhecimento. Explora o uso desses sistemas em aplicações comerciais, em que se exigem variantes complexas para se sugerir ou chegar a uma conclusão, como, por exemplo, projetos de segurança, suporte à tomada de decisões, análises financeiras e aos processos empresariais de valor agregado de uma organização.

Algumas características e recursos de um sistema especialista listados por Stair:

- Explicar seu raciocínio ou as decisões sugeridas: dessa forma, o usuário

do sistema tem acesso ao raciocínio por trás da conclusão;

- Apresentar comportamento “inteligente”: a capacidade de propor novas idéias ou abordagens para a solução de problemas ou uma recomendação de uma alternativa obscura para uma decisão;

- Manipular informações simbólicas e tirar conclusões: as pessoas estão acostumadas a trabalhar com imagens visuais; os sistemas especialistas são capazes de imitar esse comportamento;

- Tirar conclusões de relacionamentos complexos: podem avaliar dados relacionados de modo altamente complexo, para tirar conclusões e encontrar soluções para problemas;

- Proporcionar conhecimento portátil: podem ser usados para absorver o conhecimento humano que, de outra forma, poderia ser perdido;

- Poder lidar com a incerteza: possuem a capacidade de lidar com conhecimento incompleto ou não inteiramente preciso, por meio da satisfação e da heurística.

Discutem-se também as limitações, como custo, controle e complexidade tanto quanto as características marcantes. Eis algumas:

- Não amplamente utilizados ou testados: ainda que bastante utilizados ainda não são amplamente testados de forma corporativa;

- Difíceis de serem usados: alguns sistemas são difíceis de serem usados e controlados. O desafio é sempre tornar os sistemas mais amigáveis ao usuário leigo;

- Limitados a problemas relativamente simples: uma regra geral é que, quanto mais limitado for o escopo do problema, mais fácil é implementar um sistema especialista para solucioná-lo;

- Não podem lidar prontamente com o conhecimento “mesclado”: o conhecimento, sendo representado por meio de regras definidas, através de comparação com casos semelhantes, um sistema especialista pode não ser capaz de lidar com o conhecimento que combine regras e casos;

- Possibilidade de erro: a principal fonte de conhecimento, sendo humana, levando em conta a limitação da aprendizagem por experiência, sendo os sistemas especialistas mais complexos, a possibilidade de erros é muito maior;

- Não podem refinar o próprio banco de conhecimentos: os sistemas especialistas não são capazes de adquirir conhecimento diretamente, e não podem eliminar normas redundantes ou contraditórias;

- Dificuldade de manutenção: a aquisição de novos conhecimentos, a adaptação a condições mutáveis, mudança de relacionamentos, ainda são tarefas complexas aos sistemas especialistas;

- Podem ter elevados custos de desenvolvimento: dependendo do projeto e da linguagem utilizada, pode ou não elevar o custo de desenvolvimento. O uso de *shells* de sistemas especialistas pode reduzir os custos e o tempo de desenvolvimento;

- Levantam questões éticas e legais: o uso de sistemas especialistas em aplicações de tomada de decisões, quem é legalmente responsável? Os especialistas humanos, o desenvolvedor, o usuário, ou quem? Questões legais ainda não resolvidas.

3 CONCEITUAÇÃO SOBRE SERVIÇOS

Conforme a ABNT (1993):

- **SERVIÇO** - resultados gerados por atividades na interface fornecedor-cliente, e por atividades internas do fornecedor para atender às necessidades do cliente.

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** - atividades do fornecedor, necessárias ao provimento do serviço.

(...) A medição e o controle do desempenho de processos são, portanto, essenciais para que se obtenha, e se mantenha a qualidade do serviço. Embora ações reparadoras sejam por vezes possíveis durante a prestação de serviço, em geral não é possível contar com a inspeção final para influenciar na qualidade do serviço na interface com o cliente, quando a avaliação que o cliente faz de qualquer não-conformidade é, muitas vezes, imediata.” (ABNT, 1993)

4 DAY BY DAY DE UMA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Uma empresa prestadora de serviços deve primar pelo atendimento para garantir o sucesso de seu empreendimento, o que, muitas vezes, gera grandes investimentos em recursos mal empregados por não terem o conhecimento necessário para gerir o negócio. O imediatismo dos dias atuais e clientes, cada vez mais esclarecidos, exigindo um atendimento qualitativo dos serviços levam à busca crescente, por parte das empresas fornecedoras de serviço, de profissionais qualificados, os chamados especialistas de plantão, para satisfazê-los.

Esse quadro é abordado, cada vez mais freqüentemente, em várias mídias, como as revistas, jornais e internet, oferecendo fórmulas mirabolantes, alguns manuais de auto-ajuda, receitas de técnicos virtuais e outros meios menos expressivos.

Na internet existem sites de fabricantes de microcomputadores e periféricos,
FACE R., União da Vitória-PR, v.3: p.13-24, 2000

grupos de usuários de softwares e hardwares, páginas pessoais de especialistas, empresas de tecnologia de ponta, como forma de auto-ajuda, e especialmente como marketing de seus produtos. Transformaram a rede num imenso centro de consulta para socorro imediato, onde se encontram desde dicas para resolver o *bug* do milênio até remendos de softwares lançados com *bug* para ocupação de espaço mercadológico.

O problema é que a maioria dos sites (os melhores) são em inglês, o que é uma grande dificuldade, em se tratando de um brasileiro comum.

.... Sem exceção, as áreas de assistência são muito maiores e mais detalhadas nos sites em inglês. Alguns fabricantes simplesmente disfarçam o conteúdo em inglês por trás de uma solitária home page em português. Seria mais ou menos como comprar um livro com a capa traduzida e o texto no idioma original. Além do problema da língua, ainda são poucas as empresas que oferecem serviços personalizados de ajuda, por envio de mensagem eletrônica ou por preenchimento de formulário no site.... (EXAME, out/98).

A escolha de uma empresa como a Compunião, que vem documentando os atendimentos em serviços por cinco anos, demonstra a gravidade do problema vivido por empresas deste tipo. O tratamento empírico do conhecimento já demonstra um comportamento inadequado, inconseqüente até, o que pode levar à ingerência dos centros de atendimento de serviços. O mais importante da decisão foi a formação da base, que condensa o conhecimento de vários especialistas e suas experiências, enriquecendo e tornando inestimável o valor agregado do produto final.

A documentação completa da Compunião envolve dados como a data, a hora, o tipo de atendimento, local de atendimento, equipamento, modelo, número de série, causa, tempo de atendimento, dentre os principais, usada para derrubar ou confirmar certos mitos de afirmações empíricas, tais como: “*no inverno ocorrem mais problemas de HD*” ou “*no verão ocorrem mais problemas de monitor de vídeo*” e para eliminar o gerenciamento do estoque com base apenas nesses conhecimentos heurísticos. A sazonalidade foi comprovada através da tabulação, isto é, em determinadas estações do ano, observando os fenômenos naturais do clima da região, ocorrem problemas que exigem manutenção preventiva, para evitar a manutenção corretiva em hardwares e periféricos específicos e, conseqüentemente, o estoque de suprimentos faz-se necessário para um pronto-atendimento e satisfação do cliente.

5 METODOLOGIA

Utilizando-se da base de conhecimento da empresa, tabularam-se os dados dos últimos três anos, para formular a representação e facilitar a imposição de regras para a tomada de decisão. Examinaram-se, também, casos e relacionamentos entre casos e fatos concretos, com o devido embasamento em publicações técnicas, para formar o banco de conhecimento necessário à construção do sistema.

Projetamos a base para conter fatos importantes sobre o hardware, informações de problemas mais freqüentes e relacionamentos entre o desempenho do microcomputador e o que pode estar errado, não somente para espelhar o conhecimento da base de dados da empresa.

Demonstrou-se o banco de conhecimento, graficamente, através de diagramas de árvore, para melhor compreensão e visualização.

Fez-se uso do software EXPERT SINTA, desenvolvido pelo LIA, da Universidade do Ceará, porque é um *shell* onde o trabalho do desenvolvedor é a representação do conhecimento, livrando-o da tarefa de interpretar e executar, em uma máquina, além de documentar e corrigir erros de implementação.

6 RESULTADOS OBTIDOS

O EXPERT SINTA é uma ferramenta computacional que utiliza técnicas de Inteligência Artificial para geração automática de sistemas especialistas. Esta ferramenta utiliza um modelo de representação do conhecimento baseado em regras de produção e probabilidades, tendo como objetivo principal simplificar o trabalho de implementação de sistemas especialistas através do uso de uma máquina de inferência compartilhada, da construção automática de telas e menus, do tratamento probabilístico das regras de produção e da utilização de explicações sensíveis ao contexto da base de conhecimento modelada. Um sistema especialista baseado em tal tipo de modelo é bastante útil em problemas de classificação. O usuário responde a uma seqüência de menus, e o sistema encarrega-se de fornecer respostas que se encaixem no quadro apontado pelo usuário. (LIA, 1996)

A representação da base ficou restringida a conhecimentos de hardware, porque a análise de toda a documentação e tabulação dos dados da empresa, levou-nos a parâmetros e variantes múltiplas, ocasionando uma projeção em regras

de representação no EXPERT SINTA muito grande, difícil de ser integralmente formulada pelo tempo determinado para o desenvolvimento da aplicação.

A complexidade de um atendimento em que os problemas que ocorrem envolvem muitas variáveis e formas de solução, muitas vezes, o melhor caminho é contactar uma assistência técnica especializada do que tentar o “*faça você mesmo*”, piorando ainda mais o problema que poderia ser simples. Desta forma, algumas das soluções propostas levam à conclusão como “Assistência Técnica”, pode representar a melhor opção, evitando ações indevidas pelo usuário.

A estratégia com o helpdesk é, num primeiro momento, filtrar os problemas de fácil solução, mas pode ser usado como estratégia de marketing de serviços. Sugere-se documentar cada acesso ao helpdesk como uma forma de aquisição de conhecimentos para aproveitamento em uma atualização da base corrente.

7 CONCLUSÃO

“Os homens são de Marte. As mulheres são de Vênus. Os computadores são do Inferno” (Tom R. Halfbill, Byte Brasil, abr/98).

A frase retrata o que uma pessoa, diante do seu microcomputador, com trabalhos “pra-ontem”, pensa e fala. É uma realidade do dia-a-dia das pessoas dependentes da tecnologia, muitas vezes desconhecida e distante de seu conhecimento, que se procurou, neste trabalho, tratar com abordagens heurísticas de múltiplos especialistas, fundamentada na experiência de quem convive com esse tipo de problema.

A busca por empresas da região, pequenas, que pensem como grandes, que trabalhem como tal, que gerenciem o empreendimento como ambiente corporativo, que possuam documentação de fatos e experiências, tornou-se uma imensa tarefa de prospecção e emprego de lógica persuasiva para se ter o acesso a ela. O maior trunfo empregado neste trabalho é a base de conhecimento da empresa pesquisada, gerada por múltiplos especialistas humanos, embasados em anos de experiência de fatos vividos por eles, relacionados, aferidos, conferidos e documentados, o mais importante.

O modelo de representação empregado neste trabalho cumpre habilmente o projeto de implantação de estratégia de atendimento utilizando-se de *helpdesk*, uma estratégia operacional e também de *marketing*, cada vez mais freqüente nas organizações. Uma idéia de que tanto grandes ou pequenos empreendimentos

podem-se valer, para tornar qualitativo o trabalho de assistência técnica, sempre um grande gargalo das empresas prestadoras de serviços em informática.

Observou-se, na tabulação de dados, que, surpreendentemente, apenas parte dos problemas têm a ver com tecnologia de construção. Os motivos mais freqüentes têm a ver com confiabilidade, com exigibilidade, isto é, o usuário de microcomputador não exige respostas, tanto quanto o exigente usuário de um *mainframe*. A confiabilidade nunca foi a preocupação da indústria e nem do usuário de um microcomputador; a prioridade é sempre o software funcionando “redondo” e pouca atenção ao hardware, muito menos o interesse por parte do usuário em saber a solução do problema, desde que o micro funcione novamente.

Enfim, como disse Márcio Nigro, (abr./98) “**...os micros são seres muito volúveis e sensíveis. Mantê-los funcionando corretamente requer um pouco de dedicação e disciplina. ...**”

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Gestão da qualidade e elementos do sistema da qualidade. NBR ISO 9004-2. Rio de Janeiro, 1993.
2. LIA-LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Manual do usuário-Expert Sinta. Ceará, 1996.
3. NIGRO, Márcio. UTI de plantão: utilitários ajudam a corrigir erros e manter o sistema em dia. Revista Byte Brasil, Rio de Janeiro: Globo, v.7, n.79, p.83-85, abr. 1998.
4. REVISTA INFO EXAME. Out/1998. Matéria Capa.
5. RICH, Elaine; KNIGHT, Kevin. Inteligência artificial. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
6. STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

A QUESTÃO EDUCACIONAL COMO PREMIS SIGNIFICATIVA PARA AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS

**Maria Genoveva Bordignon
Esteves**

Professora da FACE de União da Vitória-PR, Orientadora Educacional do COLTEC - Colégio Técnico em Processamento de Dados, mantido pela FACE. Graduada em Administração pela FACE-UVA/PR, Especialista em Economia pela UFSC, Especialista em Administração, Pedagogia e Recursos Humanos pela UFPR, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas - Com área de concentração em Recursos Humanos, pela FACEPAL, Palmas-PR.

1 INTRODUÇÃO

O contexto social atual é caracterizado por uma ruptura de valores de tal dimensão que obriga as organizações a repensarem seus referenciais básicos, sob pena de tornarem-se obsoletas e não competitivas. Assim como o modelo de servidão apresentou-se adequado às características da Idade Média, a burocracia foi adequada à época da Revolução Industrial, quando houve a ascensão do capitalismo e da sociedade de massa. Porém as condições e características do contexto atual requerem que se pense em estratégias alternativas para o presente.

Ou melhor, se o presente não é igual ao passado, e o futuro diferente será, pode-se deduzir que as organizações terão de adequar-se às características do momento, para que sejam eficazes. E, entre as organizações que se modificam e evoluem, está a Escola. Considerando que se vive na época do Capital Intelectual, em plena Era do Conhecimento, melhor período para Educação não há. Cresce a valorização do aprendizado e do desenvolvimento humano. Somos uma geração *aprendente*.

2 A APRENDIZAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES

Toda e qualquer organização busca, indubitavelmente, a eficácia, a eficiência e a efetividade. Para tal, o planejamento, a organização, a ação visando à meta proposta, a consciência do ponto fundamental são importantes. Mas todos esses aspectos são apenas o começo na busca incessante pela qualidade, pois números e regras são mutáveis, quando se precisa enfrentar a grande variável – AS PESSOAS. Se o objetivo final é atingir a excelência administrativa, o caminho passa, inevitavelmente, pelo uso mais eficaz dos Recursos Humanos.

Como Administrador, parte-se do pressuposto que as pessoas conservam a coragem de tentar se modificar, pois é através do conhecimento de si mesmas que adquirem uma nova compreensão da vida, amadurecendo, evoluindo como seres humanos, como profissionais.

Neste contexto, não se podem ignorar as dificuldades; como a grande resistência que as pessoas têm às mudanças (misoneísmo), o medo de perda de poder, a falta de iniciativa, de criatividade, o medo da concorrência, a falta de

estímulo pessoal e auto-estima, a desmotivação, a acomodação,... entre tantos outros fatos que impedem o desenvolvimento; mas, devem-se construir pontes por meio delas. Fundamentalmente, as empresas são o que as pessoas fazem delas, visando à humanização da empresa, por meio da formação do homem, na sua totalidade, que procura desenvolver suas potencialidades, tornando-o sujeito de sua própria história e não objeto dela. Nesta ótica de análise, pode-se trabalhar objetivamente com a transformação e crescimento do elemento humano, enquanto ser crítico e criativo, e, por conseqüência, a organização, na criação de uma nova sociedade, mais digna e justa.

As organizações sustentam-se no seguinte tripé: pessoas, produtos e lucro, dos quais, as pessoas são o mais importante, porque se não se tiver uma boa equipe, pouco se poderá fazer com o restante.

Mesmo as melhores equipes sofrem reveses contínuos, em razão de pequenos mal-entendidos. O que se pretendeu comunicar (o que se transmite), raramente é exatamente o que se consegue comunicar (o que a outra parte recebe).

Por que isto acontece? Em resumo, diversidade. Todos temos diferentes mentalidades, diferentes enfoques, diferentes pontos sensíveis. Cada um vem de culturas diferentes, tanto étnicas quanto familiares. Compartilham-se histórias diferentes. Têm-se cérebros diferentes dentro das cabeças.

Quando a mensagem transmitida não é a mensagem recebida, o resultado não é, usualmente, uma catástrofe. Não cairá, permanecerá no ar. Assemelha-se mais a um avião sutilmente fora de controle. As pessoas a bordo pensarão que estão tendo sucesso, pois quilômetros estão passando pelo hodômetro.

Passageiros olham pelas janelas, talvez até acenando, confiantes de que estão a caminho de seu destino enquanto voam cada vez mais fora do rumo.

Assim, são os alunos e/ou treinantes, se não existirem metas para atingir a individualidade, meios para motivá-los, a aprendizagem não ocorre.

Afirmam ROBBINS & FINLEY (1997), “sei que você pensa que entende o que você pensou que eu disse. Mas não tenho certeza de que o que você ouviu foi o que eu quero dizer”.

Evitar a má comunicação significa estar muito alerta ao seu próprio estilo de comportamento e também ao da pessoa com a qual se está falando. Requer que se aprenda a comunicar com os outros de maneira que se conheçam suas naturezas diferentes e procure ser sensível às suas necessidades.

Nesta dimensão, a instrução e o treinamento são um processo constante. Ao ministrar uma aula, ao conduzir um curso regular de treinamento ou explicar a um colaborador, em particular, uma tarefa, precisa-se saber “como” treinar/ensinar. Para bem treinar qualquer pessoa que seja, faz-se necessário que se compreenda como as pessoas aprendem e como a mente trabalha. E, nesse momento, é crucial que o treinando ou educando esteja “por inteiro” disposto à aprendizagem. Que seu potencial motivador seja “ativado”, que quanto mais de seus sentidos estiverem envolvidos, mais chances ele terá de realmente aprender, não

simplesmente para o momento, mas retendo tal conhecimento para sua vida.

2.1 APRENDIZAGEM – CONDIÇÃO BÁSICA PARA AS MUDANÇAS

O treinamento e desenvolvimento de talentos humanos nas organizações é cada vez mais constante e necessário, uma vez que o mercado de trabalho torna-se mais concorrido e exige uma educação permanente. Segundo STONER (1995) “ os programas de treinamento são destinados a manter e a melhorar o desempenho no trabalho atual, enquanto os programas de desenvolvimento buscam desenvolver habilidades para trabalhos futuros”.

Observa-se, assistematicamente, nas Instituições de Ensino e Empresas que o perfil profissional vem se modificando a passos largos nos dias de hoje, pois enquanto na década de 70 encontrava-se um profissional acomodado, dependente, carreirista, resistente a mudanças e que se utilizava da experiência como ferramenta de comando, na década seguinte, há necessidade de profissionais confiantes, que se ajustem às mudanças, busquem a criatividade, sejam políticos e possuam conhecimento acadêmico. Atualmente se quer muito mais do profissional, não basta o conhecimento teórico, sua performance deve ser demonstrada constantemente, deverá ser estudioso, independente, gerador de mudanças, saber trabalhar em grupos e ser cooperativo, ter espírito crítico, visão geral das coisas e, principalmente, estar cômico de que seu conhecimento é fruto do aprendizado contínuo.

Pois, à medida que as fábricas, os hospitais, as indústrias e as empresas prestadoras de serviços, como um todo, procuram se tornar mais eficientes, não podem negligenciar as vantagens proporcionadas pelas equipes de trabalho flexíveis, autodisciplinadas e multiabilidades.

Enquanto isso, os trabalhadores, os educandos reconhecem os benefícios inerentes ao ambiente de trabalho autogerenciável: oportunidade de participarem, de aprenderem diferentes habilidades funcionais e de se sentirem valiosos às organizações.

Desta forma, fica completamente elucidada a necessidade constante de treinamentos e aperfeiçoamentos. Pois, “desde seu nascimento até sua morte, o ser humano vive numa constante interação com seu meio ambiente, recebendo e exercendo influências sobre ele. Educação é toda influência que o ser humano recebe do ambiente social, durante toda a sua existência,...e enriquece ou modifica seu comportamento dentro de seus próprios padrões pessoais.” (CHIAVENATO, 1995).

Cada vez mais há necessidade de treinamento. Em função das grandes transformações por que passa o contexto (social, político, tecnológico, econômico, etc.) em que operam e competem as empresas, elas vêm sendo, cada vez mais, nos dias atuais, submetidas à exigência de profundas mudanças. E o agente de mudanças aparece, dessa forma, nos níveis estratégico e operacional, como figura

essencial à promoção e condução de tais mudanças. Por essa razão, as ações de treinamento e desenvolvimento nas empresas, gradativamente, tornam-se questão prioritária.

Aprender não significa simplesmente acumular conhecimentos, mas modificar condutas e, conseqüentemente, transformar o contexto em que está inserido.

Para MOSQUERA, (1976) “Ao pensarmos o que seja um professor, não podemos deixar de considerar que ele é, primeiramente, um ser humano com seus potenciais energéticos, suas idéias, estruturas mentais e limitações”. O mesmo autor (1976) afirma: “O papel do educador dentro de um enfoque de humanismo existencial consiste em aprofundar o significado da pessoa humana no nível de relações interpessoais e na libertação da consciência”.

Quer-se, neste momento, centralizar a formação do Treinador e/ou Educador, na figura do Docente dos Cursos de Graduação e/ou Pós-Graduação. De uma forma geral, quando se fala em treinar os Recursos Humanos das organizações, fala-se também em docentes provenientes destes cursos técnicos de nível superior. Portanto, na grande maioria das vezes, está-se falando de profissionais habilitados ao exercício de sua profissão, porém, nem sempre qualificados para as atividades acadêmicas. Desta forma, tem-se um docente universitário com formação profissional não voltada especificamente para o ensino, mas que acaba por assumi-lo, em tempo parcial e/ou até mesmo com dedicação exclusiva.

O ideal, como diz VASCONCELOS (1996) “...deveria se ter, num só indivíduo, três capacidades igualmente desenvolvidas: a do bom transmissor de conhecimentos, aquele que sabe ensinar; a do bom crítico das relações socioculturais da sociedade que o cerca e do momento histórico no qual vive; e a do bom pesquisador, capaz de, através de estudos sistemáticos e de investigações empíricas, produzir o novo e induzir seu aluno a também criar”.

Inúmeros são os especialistas que não estão diretamente preparados para a Didática do Ensino Superior e, mesmo assim, ministram aulas e cursos de treinamento, como os Administradores, Economistas, Contadores, Engenheiros, Advogados, Médicos, Dentistas, Arquitetos,...

Pessoalmente também exerço atividade docente no curso superior, bem como, treinamento em Recursos Humanos, e quero destacar, e louvar, a dupla tarefa destes profissionais, que, certamente, além do aprendizado técnico, precisam preparar-se para “enfrentar” a árdua, porém, gratificante Arte do Magistério.

Cabe destacar que muitos profissionais que colaboraram diretamente com métodos renovadores da Educação não eram pedagogos. “Decroly e Claparède eram médicos. Maria Montessori também era médica. John Dewey, foi, antes de tudo, um filósofo. Piaget era biólogo. Rogers, psicólogo. E Emília Ferreiro também psicóloga “. (GIL, 1994).

Para facilitar a aprendizagem e a retenção de conhecimentos, o docente e/ou treinador deve valer-se de estratégias, métodos ou técnicas, das mais variadas

possíveis, a fim de motivar os alunos e/ou treinandos, mantê-los atentos, estimulá-los, criando-lhes condições favoráveis, tornando-se a forma mais fácil de atingir os resultados desejados.

A educação denomina-se “instrução”, quando o indivíduo recebe formação escolar em vários graus de ensino. Mas a instrução continua a ser parte atuante da educação sob perspectiva formal. E o treinamento, dando continuidade à educação, prepara o trabalhador para melhor exercer suas funções no seu cotidiano.

Dessa forma, a necessidade de ajudar o indivíduo é, na época, bem maior que anteriormente, uma vez que a velocidade dos acontecimentos, das descobertas e das pesquisas de toda sorte, a cada dia torna-se mais competitiva e intensa.

Essencialmente, “ensinar” significa estimular, guiar, orientar, dirigir e transformar o processo de aprendizagem. Assim, em termos de treinamento, pode-se afirmar que a função do instrutor é dirigir a aprendizagem que se manifesta no treinando. No mundo do trabalho, do estudo e/ou treinamento, é necessário desenvolver também as idiossincrasias de cada indivíduo, extrair dos mesmos a correlação com conteúdos, descobrindo como agem – e interagem – sendo essencial ao seu valor para qualquer empreendimento de ordem pessoal e profissional

Para CARVALHO (1997) “O processo de capacitação envolve a assimilação, pelo treinando, de atividades motoras, cognitivas e emocionais. William James, notável psicólogo e filósofo norte-americano (1842-1910), identifica essas manifestações como sendo formadoras de uma corrente da consciência”.

2.2 O MÉTODO PEDAGÓGICO

O momento é ideal para que se realize uma reflexão teórica sobre a incorporação de novos métodos e técnicas, no ensino universitário, objetivando a construção de uma metodologia que possa exemplificar concretamente os mais diversos conteúdos teóricos, não como mero instrumento auxiliar de um ensino tradicional, mas como fundamento de uma nova proposta educacional e de treinamento nas mais diversas organizações empresariais. Sente-se, cada dia mais, que se faz necessário encontrar maneiras de levar as pessoas a aproveitarem a riqueza e a complexidade de sua vida e experiência no contexto profissional de que fazem parte. O uso de filmes, ou cenas de filmes, de sucesso como material de treinamento, demonstram situações que são, de fato, casos práticos, ficcionais, é claro, retirados do ambiente em que foram originalmente representados pelos atores (o filme) que deverão tornar-se tema de reflexão do professor e ou instrutor e dos participantes, à luz de sua experiência pessoal.

O cinema alimenta-se de sua dramaticidade e fantasia. Por isso mesmo, facilita encontrar, nos filmes de sucesso exibidos, cenas particularmente impressionantes, que retratam temas básicos de interesse para fins de treinamento e desenvolvimento. O que se justifica academicamente, pois apresenta um recurso

didático precioso para se usar em sala de aula, geralmente mais vantajoso que as costumeiras opções, uma vez que mantém o educando e/ou treinando buscando, em si mesmo, respostas às mais diversas indagações e se apresenta como mais um recurso didático-metodológico, que proporciona prazer de aprender e aumenta a capacidade de retenção destes conhecimentos adquiridos.

Em termos de treinamento, a didática constitui-se de preceitos pedagógicos que orientam o ensino profissional, tornando-o mais prático possível.

A fim de tornar mais clara e eficaz a aprendizagem, o instrutor pode valer-se da utilização de recursos audiovisuais na comunicação didática. Poderá empregar imagens fixas ou móveis, sonorizadas ou não, além de recursos impressos, com o propósito de ilustrar sua ação, que promovem qualidade, produtividade, flexibilidade, rapidez de resposta à mudança tecnológica, mais eficiência de resposta aos novos valores nas empresas e proporcionar habilidade para atrair e reter as melhores pessoas.

As organizações que adquirirem (e retiverem) mão-de-obra capacitada oferecerão uma cultura à altura dos valores das novas forças de trabalho, proporcionando maior participação, desafio, desenvolvimento do senso crítico e sensação de realização e auto-realização.

O dia-a-dia, nas salas de aula e treinamentos empresariais, faz sentir a dificuldade que os alunos e/ou treinandos têm em aprender conteúdos para os quais não estão *devidamente motivados*. Mesmo consciente de que a motivação é uma porta que possui maçaneta apenas para o lado de dentro, acredita-se que ao Profissional de Educação ou Treinador cabe a tarefa muito mais nobre do que ensinar, que é a de *despertar a vontade de aprender*.

Com a experiência, também vem a capacidade de relacionar os fatos da vida cotidiana com o compromisso de educar, aprende-se a ver com os olhos do coração, consegue-se atingir um ângulo de visão muito maior e aprende-se a ser flexível, a ponto de buscar ver o mundo por meio dos olhos dos outros, de viver realmente a empatia, de buscar, nas entranhas, o mais humilde saber, todas as possíveis e explicáveis formas de fazer-se entender.

Como educador e/ou treinador não se consegue ver o profissional de educação, como mero transmissor de conhecimentos, mas como um pesquisador, facilitador, desbravador, emancipador, avaliador, crítico, conselheiro...inspirador das mais sedentas almas na busca do saber.

A utilização de diferentes métodos e técnicas, das transparências aos filmes; em sala de aula, além de levá-los a vivenciar a prática, instiga o espírito crítico do educando e/ou treinando, levando-o a ser um elemento mais participante na sociedade, pois aprenderá a “ler nas entrelinhas”, a ver coisas que a grande maioria não aprendeu a vislumbrar ou, simplesmente, não possui “olhos devidamente preparados” para analisar as histórias do cotidiano.

Num mundo em constantes mudanças, com a evolução tecnológica avançando a passos largos para dentro de todas as casas, a competição dos

meios de comunicação com os processos didáticos, chega, muitas vezes, a ser até desleal.

A escola quer preparar o homem do século XXI, utilizando-se de meios muitas vezes ultrapassados, ou então criticando os meios de comunicação como dissimuladores de maus ensinamentos.

É chegada a hora de quebrar certos paradigmas, é hora de ensinar o educando e/ou treinando a aproveitar-se adequadamente das novas tecnologias, ampará-los na hora das escolhas, a fim de que possam usufruir e não se tornarem escravos dos avanços tecnológicos.

Portanto, é uma necessidade, ou melhor, é uma exigência acadêmica, que o professor mantenha-se atualizado, que busque constantemente os mais diversos métodos e recursos que facilitem a aprendizagem.

Constata-se que as imagens e o audiovisual aparecem, progressivamente, como as linguagens dominantes desse novo mundo que começa a mostrar a sua face... ou melhor, sua tela!

Paralelamente, surgem novas formas de ser, pensar e agir. Modificam-se os tipos de relações sociais empreendidas pelo homem. Neste sentido, assiste-se ao surgimento de uma necessidade imperativa de transformação, por meio de integração com os novos recursos de comunicação, o que se aplica diretamente aos domínios da educação formal e informal.

No entanto, não se trata de introduzir esses recursos para dar continuidade à prática de um ensino tradicional, baseado em paradigmas que não mais respondem às perguntas que surgem no mundo atual; o mundo da televisão, do videocassete, computadores, multimídia, cibernética e tantos outros novos meios que deslancham numa velocidade que ultrapassa a capacidade dos teóricos de pensá-la socialmente, trazem um novo amanhecer para educação, os não despertos cairão na obsolescência. Não se trata simplesmente de trocar o quadro negro pelo telão, ou o giz pelas transparências e ponteira laser, é mais que isto, é uma modificação na abordagem do ensino, em que as pessoas pensem por si mesmas e coloquem em prática aquilo que aprendem.

É necessário que se repense a educação no seu contexto global, bem como no interior dos novos valores que estão surgindo, no sentido de transformá-la. Que se incorpore o universo da emoção ao processo de aprendizagem, para que ele se liberte do domínio absoluto da razão, e que possa dar vazão a um ensino participativo, problematizador e instigador.

Mostrar aos educandos e/ou treinandos que pode existir mais de uma resposta para as questões suscitadas em sala de aula, e no cotidiano, de uma forma geral, e que a eles também cabe o papel de refletir, debater e opinar sobre as mesmas.

Acredita-se que a incorporação da utilização de filmes, por exemplo, nos treinamentos, pode propiciar mais facilmente o resgate da emoção, da subjetividade e do desejo para o processo de aprendizagem, proporcionando um dos caminhos

na construção dessa proposta educacional.

Numa época de complexidades, mudanças e incertezas como a que atravessamos hoje, a Administração tornou-se uma das mais importantes áreas da atividade humana. Vivemos em uma civilização em que o esforço cooperativo do homem é a base fundamental da sociedade. A tarefa básica da Administração é a de fazer as coisas por meio das pessoas.

Sabe-se que as pessoas e as organizações estão engajadas em uma complexa e incessante interação; as pessoas passam a maior parte de seu tempo nas organizações das quais dependem para viver e as organizações são constituídas de pessoas, sem as quais não poderiam existir. Sem as pessoas e sem as organizações não haveria Administração.

Verifica-se o que afirma DRUCKER (1976): “Qualquer que seja a posição ou o nível que ocupe o Administrador, quando tem responsabilidade sobre os subordinados, só pode alcançar resultados por meio da efetiva cooperação dos mesmos”.

Uma organização somente existe quando se juntam duas ou mais pessoas que pretendem cooperar entre si, a fim de alcançar objetivos comuns, que a iniciativa individual, somente, não permitiria alcançar. Há uma variedade enorme de organizações: empresas industriais, empresas prestadoras de serviços, bancos, financeiras, universidades e escolas, exército, instituições.

3 O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR

A educação é, basicamente, uma contínua reconstrução de nossa experiência pessoal. Na verdade, essa reconstrução é caracterizada pela observação e prática do dia-a-dia de nossa existência. Desde seu conhecimento até sua morte, o ser humano vive numa constante interação com seu meio ambiente, recebendo e exercendo influências em suas relações com ele.

Educação é toda influência que o ser humano recebe do ambiente social, durante toda a sua existência, no sentido de adaptar-se às normas e valores sociais vigentes e aceitos. O ser humano, todavia, recebe essas influências, assimila-as de acordo com suas inclinações e predisposições e enriquece ou modifica seu comportamento dentro dos seus próprios padrões pessoais.

A educação pode ser institucionalizada e exercida não só de modo organizado e sistemático, como nas escolas e igrejas obedecendo a um plano pré-estabelecido, como também pode ser desenvolvida de modo difuso, desorganizado e assistemático, como no lar e nos grupos sociais a que o indivíduo pertence, sem obedecer a qualquer plano pré-estabelecido.

A educação é o preparo para a vida. Pode-se falar em tipos de educação a saber: educação social, religiosa, cultural, política, moral, profissional, etc. O tipo

de educação que nos interessa é a profissional, que se caracteriza como um processo de ajuda para o trabalhador na aquisição de eficiência no seu trabalho presente e futuro, permitindo que se aproprie de hábitos de pensamento e ação, habilidades, conhecimentos e, conseqüente, mudanças atitudinais.

Não se trata simplesmente de executar um programa de treinamento. Trata-se de:

- desenvolver uma consciência profissional (de responsabilidade com a qualidade);
- levar as pessoas a terem atitudes e não apenas conceitos ;
- despertar o interesse pela educação continuada;
- motivar as pessoas a fazerem bem as coisas já da primeira vez;
- motivar as pessoas para a criatividade e inovação;
- capacitar as pessoas para melhorar os processos;
- levar as pessoas a desenvolverem as habilidades necessárias à função que exercem.

“A qualidade começa e termina com a educação” (Ishikawa)

Nos anos 60, a preocupação era “controlar” a qualidade (via inspeção); nos anos 70 a qualidade era “avaliada”; nos anos 80 a preocupação era “garanti-la”; nos anos 90 buscou-se a “melhoria”; agora se quer o “desenvolvimento” por meio da educação.

As empresas precisam, cada vez mais, de bom ensino e de bom treinamento, dado ao contexto em que elas competem, que nos dias de hoje as obriga a realizar profundas transformações, pois só assim surgirão os efeitos positivos que se espera delas.

Precisa-se de novos enfoques para o ensino e/ou treinamento, abordagens que estimulem as pessoas a pensarem por si próprias e a praticarem o que aprendem. Precisa-se ensiná-las a analisar conteúdos de contextos passados e a refletirem sobre seus próprios conteúdos atuais, planejando as ações futuras.

“A pane na Apollo 13 fez muita gente se remoer de tensão nas poltronas dos cinemas. Mas o filme tem servido a outro propósito: ensinar executivos como enfrentar a solução de problemas e como tomar decisões em situações de estresse. O responsável pela tese de que cinema pode ser usado em treinamentos de homens de negócios é *Joseph Champoux*, professor da *The Robert Anderson Schools of Management, da Universidade do Novo México, em Albuquerque, no Estados Unidos.* (EXAME , 1998, p. 108).

Segundo Champoux , titular da cadeira de Teoria e Comportamento Organizacionais, os espectadores, ao contrário do que se pensa, não são observadores passivos. Há filmes que desenvolvem habilidades analíticas, outros oferecem oportunidades para ensinar conceitos abstratos, como a ética, e outros valores caros às Empresas.

Nesta nova era que se esboça, com contornos ainda indefinidos, a escola poderá encontrar-se inteiramente fora da realidade do processo histórico em curso, se não quebrar velhos paradigmas, integrando-se aos novos recursos da comunicação.

A educação adquire um outro papel fundamental: o de orientar os alunos para a interação com esse novo mundo que possui na imagem um de seus elementos de articulação. Tentar fazer com que eles adquiram uma capacidade crítica de recepção da imensidão de informações a que eles têm acesso no seu dia-a-dia. Mas, que esta prática obtenha resultados positivos, faz-se necessário uma reestruturação global dos processos didático-pedagógicos.

“A presença desses recursos, como fundamento da nova educação, transforma a escola, que passa a ser um novo espaço, físico inclusive, qualitativamente diferente do que vem sendo. Sua função, nessa perspectiva, será a de constituir-se num centro irradiador de conhecimento, com o professor adquirindo, também e necessariamente, uma outra função. Função de comunicador, de articulador de diversas histórias, das diversas fontes de informação. Articulador de um processo educativo que, como sugere Berger ao analisar a presença da informática na sociedade, combine a inteligência mental e a inteligência sensível com a imaginação criadora.” (PRETTO, 1995).

A maior necessidade que temos como docentes é de agir como seres de transformação, criativos, que aceitam o novo, que acreditam na mudança. Não se pode apenas aceitar novas técnicas e métodos apenas para *incrementar* uma educação já decadente, mas para modificá-la verdadeiramente. A incorporação, ao universo pedagógico, de uma linguagem aberta, “viva” e que tenha a emoção como componente básico, pode ter o efeito estruturante de mexer em suas bases, a depender da forma como ela se efetue.

Não se trata de adotar o audiovisual como única linguagem necessária ao processo de construção do conhecimento. A escrita e a oralidade devem continuar a ter seu papel e sua função.

Paralelamente, deve ser estimulada a produção do conhecimento feita por meio de *mixagem lingüística*, mistura das imagens, dos sons, da fala e da escrita, visando sempre ao objetivo maior, que é integrar realmente o aprendiz à aprendizagem e retenção destes conhecimentos. Tanto melhor será a aprendizagem quanto mais em consonância ela estiver com a subjetividade e os desejos do treinando\educando e do treinador/professor.

Temos que pensar seriamente na formação de nossos educandos, já não os preparamos para efetiva “mão de obra”, não podemos alimentar os retrógrados sistemas que sustentavam a idéia de que aquele que executa “não pensa” e vice-versa. Como educadores, temos o dever de trabalhar os “cérebros de obra”, indivíduos capazes de pensar e executar, muito mais, capazes de criar, gerir, orientar, desenvolver..., portarem-se realmente como agentes de transformação num mundo de eterna evolução.

Segundo BOTELHO (1992) "... O mundo em que vivemos não tem absolutamente nada a ver com o mundo em que nascemos".

A docência de terceiro grau, em especial, merece todo preparo, pois está alimentando o *mercado profissional* com indivíduos que regerão os destinos do mundo. As Universidades/Faculdades que agregam os cursos de Administração carregam sobre seus ombros a carga de formar os elementos que, de certa forma, manterão a economia mundial, pois dentre eles estarão os dirigentes, empresários, *maestros* ... das organizações em geral. Em suas mãos repousam os treinadores das mais diversas áreas organizacionais, dentre estas, a de Recursos Humanos.

Na opinião de SENGE (1990), "As organizações só aprendem através de indivíduos que aprendem. O aprendizado individual não garante o aprendizado organizacional, mas sem ele não há como ocorrer o aprendizado organizacional."

O treinamento individual e grupal é uma necessidade constante nas organizações. Como nos diz CHIAVENATO (1995), "... a adequada preparação da equipe constitui a base do sucesso do gerente que é a sua principal vantagem competitiva" e continua, o mesmo autor: "... podemos então formar organizações de aprendizagem, nas quais as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam, onde surgem novos e elevados padrões de raciocínio, onde a aspiração coletiva é liberada e onde as pessoas aprendem continuamente a aprender em grupo."

SENGE (1990) garante: "A empresa de maior sucesso nos anos 90 será assim chamada organização de aprendizagem".

O mercado de trabalho, cada vez mais exigente, solicita competência acima de tudo. Ou os profissionais realmente conscientes de uma formação real e dedicada, visando cada vez mais à compreensão global do mundo e do homem, seja em termos passados, presente ou futuros, desenvolvem sua capacidade de pensar e analisar criticamente, ou serão substituídos por profissionais de outras áreas. A Administração é para Administradores, porém, se estes não o fizerem, as organizações continuarão a ser administradas por profissionais das mais diversas áreas, amadores da arte de administrar.

O crescimento empresarial exige um aumento de efetivos de categoria e nível superior, aptos a enfrentar o cotidiano organizacional, inseridos no contexto sócio-econômico-cultural e político, que proporcionem qualidade e produtividade, que observem os princípios éticos, morais e profissionais na busca da equidade social.

"MESTRE, ESTE É SEU GRANDE PAPEL NA VIDA. É para isso e, por isso, que você ocupa o papel que ocupa. O acaso não existe e, em administração, não há coincidências, mas conseqüências, ou seja, se você não é capaz de ser o mestre que tem que ser, também não terá os discípulos que precisaria ter, porque você, não eles, não é capaz de cumprir seu grande papel e, portanto, eles também não poderão desempenhar o papel deles". (BOTELHO, 1995).

O mundo em que se vive hoje requer multidões capazes de aprender

permanentemente, para que as nações não sejam retrógradas. Do mesmo modo, as pessoas que compõem as organizações precisam aprender a aprender e a aprimorar-se continuamente, para que estas sejam capazes de inovar, ao invés de simplesmente continuar repetindo práticas velhas e obsoletas.

A habilidade para aprender mais rápido que o concorrente pode ser a única vantagem competitiva sustentável no mundo atual. Por isto, os valores que permeavam o taylorismo, e que estão arraigados na burocracia que hoje impera no mundo organizacional, não podem mais ser o sustentáculo da capacitação pessoal e profissional. É crucial que a questão da aprendizagem passe a fazer parte da preocupação tanto nos sistemas organizacionais, quanto governamentais e educacionais.

Na proposta da aprendizagem organizacional estão subjacentes os valores vislumbrados por FERGUSON (1980) para o “novo paradigma”. Seus princípios básicos vislumbram, em linhas gerais, a cooperação, a inteligência e a inovação. A cooperação contraria a busca da eficiência a todo custo almejada na burocracia, que estimula a competição e a especialização que levam ao individualismo. A inteligência contraria a disseminação da alienação, causada por fatores como a impessoalidade, o autoritarismo e a especialização, também próprios da burocracia. E a inovação contraria a busca obstinada da estabilidade e previsibilidade.

Na construção da aprendizagem organizacional, as pessoas passam a interagir e a pensar de um modo radicalmente diferente, no qual se pode fazer necessário, inclusive, desaprender lições capazes de mantê-las ancoradas no passado. Aliás, o processo de aprendizagem contínua envolve não apenas o aprender, mas também o desaprender. Isto significa sobrepor ao conhecimento formas mais aprimoradas em relação àquelas obsoletas. Por isso, a compreensão envolve ambos, aprender um novo conhecimento e descartar o conhecimento obsoleto ou o desencaminhado. A atividade de descartar-desaprender é tão importante quanto a de agregar conhecimento.

Contudo, cabe ressaltar que aprender não é sinônimo de assimilação de informações; é ir além. É fundamental que a informação assimilada seja capaz de gerar, na pessoa e na organização como um todo um incentivo para sua capacidade. Se na aprendizagem organizacional, aprendizagem e ação são fatores interligados, então, é importante que o aprender venha seguido do fazer acontecer. Por isso, a aprendizagem organizacional requer que estas duas capacidades sejam contínua e simultaneamente desenvolvidas.

A aprendizagem organizacional migra do tradicional embasamento sobre recursos para um embasamento sobre conhecimento. “A principal mudança que deve ocorrer envolve uma transição da organização de comando e controle para uma organização sustentada pela informação” DRUCKER (In: CLARKE e MONKHOUSE, 1995). Pode-se concluir que, em uma economia em que a única certeza é a incerteza, a única fonte segura de permanecer competitivo é o conhecimento.

A criação do conhecimento, por sua vez, requer a integração entre saber e fazer, de forma que as idéias possam ser testadas e as capacidades humanas, ampliadas. Deste modo, aprendizagem organizacional nutre novos padrões de pensamento, estimula o aprendizado em equipe e, assim, expande continuamente a capacidade para criar e concretizar novos resultados desejados. E, para que neste processo haja cooperação e controle, procura-se construir uma visão comum da organização entre as pessoas, em que cada uma gere uma imagem do sistema cooperativo da qual depende seu próprio desempenho.

Hoje, o administrador bem-sucedido distingue-se não por uma soma de conhecimentos ou técnicas de administrar, mas pela sua habilidade em se adaptar e manejar informações em mudanças, no seu trabalho. Isto significa a sua habilidade em aprender. E o mesmo é válido para o sucesso da organização. O sucesso num mundo em mudança requer a habilidade em explorar novas oportunidades e aprender a lição dos erros e dos sucessos anteriores.

Não há aprendizagem, se o indivíduo não sente necessidade de aprender. Não se pode programar um treinamento, se não houver o desejo de aprender.

Cada dia mais a educação é ferramenta de pensamento diferenciado, de obtenção da excelência e de alcance da máxima competitividade, e, para isto, deve ter qualidade.

A escola precisa querer a qualidade de forma persistente e decidida, porque a obtenção dá-se passo-a-passo e não aos saltos. A qualidade exige profundidade de pensamento e esforço de melhora cada dia em tudo que se faz, sobretudo no objetivo maior que é o de entender e 'encantar' o cliente (alunos) com os serviços que lhe são prestados. É preciso ir além do simples atendimento de suas necessidades e avançar sempre para manter o serviço competitivo.(MEZOMO, 1994)

4 CONCLUSÃO

As instituições precisam acreditar no futuro e antecipá-lo através de um plano estratégico consistente. E, aos Administradores cabe o papel, intransferível, de visualizar os fatores muitas vezes invisíveis aos olhos despreparados. As instituições devem mudar suas funções, seus métodos de ensino; seus materiais institucionais e incorporar novas tecnologias. Ressalta-se, ainda, que a qualidade das instituições resulta do envolvimento e do compromisso de todos, e não só dos professores/treinadores e será justamente esta qualidade que a tornará mais competitiva no mundo atual.

Assim, a escola precisa ser reinventada em sua missão, em seus objetivos, em sua estrutura e em seus processos para poder garantir, com a qualidade necessária, a sua própria sobrevivência e o processo de seus clientes (alunos).

Segundo GAGNÉ (1974) "a aprendizagem é uma modificação na disposição ou na capacidade do homem, modificação essa, que pode ser retida e que não

pode simplesmente ser atribuída ao processo de crescimento”. Continuando a reflexão, encontra-se o seguinte:

“Aprendizagem é mais do que a aquisição de conhecimento. Ela é compreendida como determinante de toda a modificação do comportamento, como determinante de um potencial de respostas através do qual há predisposição para modificação”.(FERREIRA, 1980).

O real significado de ensinar é instruir, fazer, saber, comunicar conhecimentos ou habilidades, mostrar, guiar, orientar, dirigir - e aponta para o professor como agente principal, responsável pelo ensino-aprendizagem. Aprender é descobrir como buscar informações, rever a própria experiência, adquirir habilidade, adaptar-se às mudanças, descobrir significados nos seres humanos, fatos e acontecimentos, modificar atitudes e comportamentos.

Portanto, o sucesso do ensinar depende, em grande parte, do comprometimento sincero com o aprender. Faz-se necessário que os docentes despertem em si, e nos outros, o desejo da arte de ensinar prazerosamente, sendo assim que o “professor” se apaixone pelo “educador”.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BOTELHO, Eduardo. A empresa inteligente. São Paulo: Atlas, 1992.
2. _____. Reengenharia cultural. São Paulo: Atlas, 1995
3. CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Administração de recursos humanos. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
4. CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1995.
5. CLARKE, T. & MonkHouse, E. Repensando a empresa . São Paulo: Pioneira, 1995.
6. DRUCKER, Peter F. A nova era da administração. São Paulo:Pioneira, 1976
7. FERGUSON, Marilyn. Conspiração aquariana. Rio de Janeiro: Record, 1980.
8. FERREIRA, B. W. Psicologia pedagógica. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
9. GAGNÉ , Robert M. Como se realiza a aprendizagem. Rio de Janeiro: Livros técnicos, 1974.
10. GIL, Antônio Carlos. Metodologia do ensino superior. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
11. MASETTO, Marcos Tarcisio. O professor universitário em aula: pratica e princípios teóricos. 4.ed. São Paulo: MG Associados, 1985.
12. MEZOMO, João Catarin. Gestão da qualidade na escola: principios básicos. São Paulo: J.C. Mezomo, 1994.
13. MOSQUERA, Juan José Mouriño. O Professor como pessoa. Porto Alegre:

Sulina, 1976.

14. PRETTO, Nelson. Uma escola sem/com futuro. São Paulo: Papyrus, 1995.
15. ROBBINS, Harvey; FINLEY, Michael. Por que as equipes não funcionam. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
16. SENGE, Peter M. A Quinta disciplina. São Paulo: Best Seller, 1990.
17. STONER, James A F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.
18. VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho. A formação do professor de terceiro grau. São Paulo: Pioneira, 1996.

ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÕES

Odelir Dileto Cachoeira

Coordenador dos cursos de Pós-Graduação e Mestrado da FACE - União da Vitória(PR), Consultor de empresas, professor dos Cursos de Administração, Administração - Habilitação Comércio Exterior e Ciências Contábeis.- FACE - União da Vitória - PR. Bacharel em Contabilidade pela UNOESC-Videira(SC), Pós-Graduado em Gestão da Qualidade e Produtividade pela UnC-Caçador(SC), Mestre em Contabilidade pela FACEPAL - Palmas(PR).

RESUMO

As empresas têm sempre que buscar maior aperfeiçoamento nos seus controles para procurarem ter em mãos, o mais rápido possível, uma grande quantidade de informações para a tomada de decisões. A onda do momento é o E.R.P ou *Enterprise Resource Planning* (Planejamento de Recursos Empresariais) que em outras palavras, significa uma grande revolução na maneira de gerir uma empresa. A preocupação básica deste estudo fica mais restrita àquelas voltadas ao ambiente empresarial, mais especificamente às características e ao gerenciamento das informações que darão suporte ao processo de gestão.

1 INTRODUÇÃO

Globalização é a palavra-chave no mundo empresarial, atualmente, isto tem obrigado as empresas a uma evolução constante nos seus modelos de gestão. É preciso saber manipular inteligentemente toda a informação possível, para se ter um diagnóstico correto da situação da empresa em um determinado momento. Sim, em um determinado momento, porque, com o correto controle e uso da informação, é possível conhecer exatamente a situação da empresa, a presente e, ainda, procurar, por meio de previsões, antever uma situação futura. “Nenhuma construtora tentaria construir uma casa antes de ter uma planta precisa da área onde construir. É a base sobre a qual ela constrói o alicerce. Se não se tiver o esquema certo, nada dará certo. O mesmo acontece com a tomada de decisão segura.” (DAWSON, 1994, p.35).

Para isso veremos, de um modo prático, a importância que tem o bom uso e administração da informação na tomada de decisões. Por fim, poder-se-á compreender melhor por que as empresas vencedoras chegaram onde estão. Somente com a aplicação e domínio da tecnologia é que se sobrevive atualmente no mundo dos negócios. No passado, aplicava-se tecnologia diretamente no processo produtivo, e ainda hoje; mas agora, assistimos a uma verdadeira avalanche de tecnologias empregadas em prol do controle da informação para a tomada de decisões. **É a tão falada onda dos “Sistemas de Gestão Empresariais”.**

2 ADMINISTRAÇÃO

As atividades administrativas consistem basicamente de previsão, organização, comando, coordenação e controle dos esforços de grupos de indivíduos que se associam para a obtenção de um resultado comum. Como técnica ou processo de combinar e utilizar economicamente os meios adequados à obtenção de um resultado definido, a administração é inerente a todo e qualquer empreendimento humano. Seus princípios fundamentais – a divisão do trabalho, a

coordenação e a liderança – surgiram quando o homem descobriu, pela primeira vez, que poderia produzir mais e melhor, com menos esforço, associando-se a outro homem. Durante séculos, a administração foi praticada empiricamente. Os conhecimentos em que se baseava eram assistemáticos e fragmentários. O aprendizado do trabalho se fazia pela observação pessoal; a mesma tarefa era executada de modos diferentes e com os mais variados instrumentos; cada trabalhador utilizava sua própria técnica, segundo sua experiência pessoal, transmitida de homem a homem, de geração a geração. A partir do século XIX e notadamente na primeira década do século atual, pesquisas e experiências, conduzidas com rigor metodológico, provaram ser possível desenvolver uma ciência capaz de substituir os métodos empíricos até então empregados na administração.

Isto encontra sustentação na definição dada de administração por STONER e FREEMAN (1995, p.4), em que enfatizam que administração é: “Processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização, e de usar todos os recursos disponíveis da organização para alcançar objetivos estabelecidos”.

Frederick W. Taylor, em 1911, e Henri Fayol, em 1916, principalmente, assinalam o início dessa fase. O primeiro criou a administração científica e o segundo completou-a, construindo uma teoria administrativa que se constitui no quadro doutrinário mais importante para o ulterior desenvolvimento da nova ciência. De simples arte, para cujo exercício apenas se exigiam capacidades inatas e habilidades pessoais, a administração elevou-se à categoria de conhecimento científico perfeitamente caracterizado, servido por uma técnica própria e inconfundível. Objeto de ensino sistemático nos currículos universitários, deu origem a uma nova profissão, a do administrador.

Nos dias atuais, sem dúvida alguma, o grande desafio, que se apresenta aos administradores de empresa dos mais variados setores de atuação do complexo organizacional, é o de levantar habilmente os problemas e concebê-los com soluções ótimas ou quase ótimas, a fim de atingir os anseios objetivados pela empresa sob sua competência. (CAUTELA e POLLONI, 1982, p.3).

3 INFORMAÇÃO

“Os gestores necessitam de informações que estejam em consonância com seus modelos decisórios. Assim, o modelo de informação deve ser estruturado com base na análise dos modelos de decisão e mensuração empregados”. (BEUREN, 1998, p.28).

Qualquer que seja seu porte, uma empresa precisa de informações para executar suas operações (vendas, produção, compras, finanças, e outras); *precisa*
FACE R., União da Vitória-PR, v.3: p.43-56, 2000

também de informações para elaborar planos, avaliar seus resultados, entre outros aspectos também. Nas pequenas empresas, as informações são obtidas através de um processo de comunicação direta entre as pessoas que executam as operações. Mas, à medida que essas empresas crescem, tem-se a necessidade de se criarem estruturas de sistemas, para se chegar às informações requeridas na forma adequada, para os fins gerenciais e operacionais, e de acordo com as várias necessidades dos diferentes níveis hierárquicos.

A esse respeito, com propriedade SIMCSIK (1992, p.94) diz que:

A importância da aplicação de uma tecnologia da informação no aspecto administrativo está diretamente vinculada à importância que a empresa dá às funções executivas de planejamento, organização, liderança e avaliação (...). Nestas funções, as necessidades empresariais de informação são fundamentais para a manutenção e crescimento da estrutura como um todo. Este crescimento deve atender às demandas internas (ambiente interno) e externo (ambiente externo).

O objetivo é o de produzir as informações necessárias para o suporte à execução e ao gerenciamento de cada operação e da empresa como um todo. Ele especifica as informações, os sistemas que as produzem e os meios utilizados para o seu processamento.

A informação sozinha não produz resultados; ela não reduz custos, não aumenta a rentabilidade, não desenvolve talentos, etc. Ela é um recurso que depende da ação do administrador para tornar-se um instrumento produtivo para a consecução dos resultados empresariais, ou seja, a tomada de decisões.

4 GESTÃO

“O modelo de gestão é uma representação teórica do processo de administrar uma organização, a fim de garantir a consecução da missão para a qual foi concebida”. (BEUREN, 1998, p.37).

Se não se é parte do rolo compressor, é parte da estrada. Esta frase expressa claramente a situação vivida pelos administradores de nossas empresas atualmente. Vai sobreviver no mercado quem melhor souber **transformar as informações em conhecimento**, para melhor administrar sua empresa. O caminho da eficiência administrativa assiste a uma especialidade da informática que ganha espaço a uma velocidade estonteante. São os sistemas de gestão empresarial – ou, em inglês, ERP - Enterprise Resource Planning.

“Uma vez que a empresa reconhece o papel positivo que a informação pode representar, cabe a ela refletir sobre questões primordiais relativas à criação de processos eficazes de gestão da informação.” (BEUREN, 1998, p.59).

Até pouco tempo atrás isto pareceria ficção científica, sistemas completamente integrados, capazes de tomar várias decisões sozinhos, em empresas com operações bastante complexas, justamente por entendê-las como um todo. Eles programam as máquinas de acordo com as vendas, encomendam materiais, colocam em sintonia cada detalhe da organização. Informam tudo a qualquer tempo sobre o andamento dos negócios, da produção, dos estoques, enfim, sobre tudo. Só não pensam... ainda. Mas deixam esta missão mais segura e tranqüila aos donos, executivos e gerentes. A informática tornou-se fundamental para a administração do dia-a-dia.

Para compreendermos este fenômeno devemos atentar ao que está acontecendo com nossas empresas, e com o nosso mercado. O fim da inflação valorizou os processos produtivos em detrimento dos executivos hábeis em tirar proveito do descontrole da moeda, sem precisar ser a empresa operacionalmente rentável. A globalização, batendo a nossa porta, tornando a competição mais acirrada, em que o controle de custos, a logística e as compras são fatores decisivos para o sucesso industrial.

Antes a preocupação era com competidores conhecidos, agora competimos com empresas do outro lado do planeta. O atual administrador deve ter uma formação ampla, treinada na diversidade e flexibilidade, para acompanhar a velocidade das mudanças.

Conforme argumenta CASSARRO (1999, p.12), gestor “é a pessoa que possui autoridade formal para fazer ou mandar fazer alguma coisa e que tenha poder de mando sobre uma ou mais pessoas”. Portanto, gestor é o elemento responsável para tomar decisões, na maioria dos casos correndo riscos. Tanto mais elevado estiver na estrutura organizacional e/ou quanto maior for o valor envolvido, maior serão suas margens de risco, margens que podem ser diminuídas na proporção direta em que existam informações que lhe permitam aumentar seu grau de segurança. Os sistemas de informações gerenciais têm, aí, portanto, seu maior valor à medida que auxiliem os gestores no processo de tomada de decisão.

Reportando-se ainda ao mesmo autor (CASSARRO, 1999, p.12): “Apenas se concebe o processo administrativo, a atuação gerencial, à medida que existam objetivos e/ou metas a serem atingidos”.

5 A INFORMAÇÃO E O CONHECIMENTO

Em qualquer tipo ou tamanho de empresa, as informações são necessárias para promover o conhecimento. O aspecto essencial das informações é o de elas constituírem uma importante fonte do conhecimento da empresa. Elas auxiliam a empresa a ter o conhecimento sobre o que já foi feito no passado, o que está sendo feito no presente e o que pretende fazer no futuro. Hoje em dia as informações constituem um item importante de diferenciação entre as empresas.

O conjunto de informações estruturadas e organizadas constitui, assim, um importante item do patrimônio da empresa. As informações, não substituem a sabedoria e a inteligência humanas; apenas auxiliam a organizar o conhecimento que já adquirimos em nossa experiência empresarial. Ressalte-se a não substituição do poder de decisão pessoal de cada gestor pelo sistema de informação gerencial. Na verdade a, informação gerencial “é um conjunto de elementos interdependentes (subsistemas), logicamente associados, para que de sua interação sejam geradas informações necessárias à tomada de decisões”. (CAUTELA e POLLONI, 1996, p.23).

Cada vez mais, as empresas estão procurando sistematizar seus conhecimentos através de informações organizadas. Hoje em dia há, por exemplo, uma infinidade de processos de tomada de decisão sistematizados, alguns deles até mesmo executados por subsistemas de informação automatizados (softwares de gestão empresarial). O homem está transferindo seus conhecimentos para as máquinas e reservando sua sabedoria e inteligência para coisas novas e mais importantes.

6 A INFORMAÇÃO GERENCIAL

Usualmente, a informação gerencial é identificada como aquela destinada à tomada de decisão. E cabe destacar que “uma decisão nada mais é do que uma escolha entre alternativas, obedecendo a critérios previamente estabelecidos. Estas alternativas poderão ser os objetivos, os programas ou políticas – em uma atividade de planejamento – ou os recursos, estrutura e procedimentos – em uma atividade organizacional”. (CASSARRO, 1999, p.41). A tomada de decisão é, entre as atividades gerenciais, uma das mais importantes, mas não é a única que exige informações. Além dela, outras atividades de planejamento, direção e controle também dependem de boas informações. As informações gerenciais atendem a

três finalidades básicas: (1) no planejamento, dão suporte para formular planos; (2) na função de direção, dão suporte para implantar os planos; (3) no controle, dão suporte para avaliar os resultados. Elas auxiliam, portanto, a três funções gerenciais, de planejamento, direção e controle, e de maneira integrada.

Dentro do que DAWSON (1994, p.223) enfatiza sobre as características dos grandes agentes de decisão, que, na verdade, são nove estas características, a saber: a) ser altamente tolerante com a ambigüidade; b) ter um senso de prioridade bem ordenado; c) ser um bom ouvinte; d) formar sempre um consenso sobre uma decisão; e) evitar estereótipos; f) ser flexível; g) sentir-se à vontade, tanto com input informal, como com input formal; h) ser realista em relação a custos e dificuldades e i) evitar os campos minados da decisão, embora essas características possam não ser inatas à pessoa, não significa que não se possa aprender a adotá-la na próxima vez que for obrigado a tomar uma decisão.

Se dermos uma olhada em cada uma dessas características separadamente, compreender-se-á por que elas proporcionam base de valor inestimável a qualquer agente de decisões.

7 SISTEMAS DE GESTÃO EMPRESARIAL

7.1 O QUE SÃO

São sistemas integrados empregados para controlar todas as atividades da empresa em tempo real. Ou seja, quando uma mercadoria dá entrada na empresa através do almoxarifado, por exemplo, faz-se o registro, de uma só vez, de todas as informações necessárias ao controle da operação (administração de materiais, manufatura, distribuição, financeira, recursos humanos, etc.) diminuindo drasticamente o tempo necessário para que a informação esteja à disposição dos setores interessados. Qualquer informação introduzida ou modificada fica automaticamente disponível em todos os departamentos da empresa, agilizando a tomada de decisões e tornando a estrutura da empresa mais enxuta.

Podemos justificar também o sistema de gestão empresarial, através da definição sobre sistema, de CAUTELA e POLLONI (1982, p.181), que assinalam que: “Sistema é um conjunto de componentes que, segundo um plano, é sujeito a restrições; procura atingir um objetivo interagindo com o meio ambiente, evoluindo no tempo e sendo controlado”. Ainda dos mesmos autores CAUTELA e POLLONI (1996, p.15), porém numa definição mais condensada e mais otimista, eliminando a sujeição a restrições, “sistema é um conjunto de elementos independentes em interação, com vistas a atingir um objetivo”.

7.2 VIVER COM UM ERP É ALGO QUE SE AJUSTA COM O TEMPO

A implantação de um sistema de gestão empresarial deve ser precedida de uma bem sucedida campanha de mudança de mentalidade e cultura organizacional. Isto significa transformar profundamente a maneira de conduzir e gerenciar o negócio. Mudam papéis, responsabilidades e valores dentro das organizações. Muita gente perde o emprego. E quem fica sente insegurança. A equipe dedicada ao projeto, de repente, é jogada de volta no dia-a-dia. São poucos os projetos de implantação que alocam uma parcela de seu orçamento para ajustar sua estrutura organizacional, reciclar e capacitar seus profissionais e redefinir metas e medidas de performance. Mesmo os melhores sistemas não podem funcionar melhor que seus usuários. A realidade começa a mostrar que não existe correlação entre a ambição dos projetos e o resultado alcançado. Não se pode anular o bom senso, nem revogar a lei de pareto. (A lei diz que, em muitos negócios, 80 % do valor potencial podem ser atingidos com apenas 20 % do esforço, e que os restantes 80 % do esforço têm relativamente pouco retorno.)

Muitos problemas sempre são enfrentados quando se prepara uma implantação de sistemas. Por mais que se tenha dado atenção à obtenção da participação dos usuários, uma implantação sempre envolve mudança e, no geral, o ser humano é avesso, é contrário às mudanças. Conscientemente ou não, aparecerão barreiras a todo e qualquer movimento que implique mudança. O que fazer para enfrentar e vencer estas barreiras? Basicamente, fazendo um trabalho essencialmente técnico, profissional e expondo os objetivos pretendidos, a metodologia empregada, etc. Assim será conveniente:

- nunca usar de deslealdade mas, isso sim, de sinceridade;
- demonstrar, sempre, que o trabalho visa à melhoria das condições de sua realização, sendo o mérito dos usuários e não dos técnicos que o desenvolveram e implantaram;
- definir, expor, demonstrar, exaustivamente, passo a passo, o que está sendo feito; e
- exigir que os trabalhos sejam avaliados, uma vez implantados.

O que melhor resume este tópico encontra-se na expressão usada por CASSARRO (1999, p.87): “Sempre será possível fazermos alguma coisa com maior eficiência e eficácia. Basta haver união em torno de um propósito”.

7.3 BENEFÍCIOS

Agilidade na hora de tomar decisões. Sim, pois trabalhar com informações em tempo real torna isso possível. Com um bom sistema de gestão empresarial, todo executivo tem a sua disposição informações mais sólidas e mais próximas do real possíveis para auxiliá-lo na gestão de seu negócio. Por exemplo: Determinado executivo de uma empresa brasileira, em viagem de negócios pelo exterior pode acompanhar tudo o que acontece dentro de sua empresa. Quanto vendeu naquele dia? Qual produto? De que fábrica? Por cliente? Quanto dinheiro saiu do caixa? Quanto cada produto deu de margem de lucro? Quais os clientes mais lucrativos? Quanto produto tem em estoque? Quanto produziu determinada máquina? De qual fábrica? Estes são só alguns exemplos do controle de informações à disposição dos executivos. E muitos outros ainda devem surgir com o tempo.

A competitividade, palavra de ordem nos dias atuais, requer não apenas a definição e execução correta da estratégia empresarial, mas que ambas sejam processadas de tal forma que assegurem a eficácia da organização. BEUREN (1998, p.77), diz que, para isso, o processo de gestão precisa estar consubstanciado com sistemas de avaliação de desempenho da operacionalização da estratégia da empresa, ou seja, deve haver monitoramento e reavaliação das operações diárias da empresa, a fim de garantir sincronismo entre a definição e a execução da estratégia.

Isso sugere a existência de um sistema de informações que contemple o processo de gestão da organização. Neste sentido, a tecnologia da informação pode viabilizar a agilização necessária, trazendo a informação, imediatamente, nos diversos setores da empresa aos gestores. Estes, por sua vez, de posse da informação, podem analisar e corrigir processos críticos da organização, em que não há conformidade no elo entre a estratégia definida e sua execução. A informação ágil sobre os processos organizacionais, com procedimentos analíticos rigorosos, para fomentar decisões, não menos ágeis, resulta num importante potencial para o gestor tomar decisões muito mais acertadas do que aquele que se baseia apenas na sua experiência e conhecimento.

7.4 PRECAUÇÕES

Há determinados imperativos que devem ser levados em conta e analisados criteriosamente antes de se partir para a instalação de um programa de gestão empresarial: aumentar a competitividade pela eficácia e redução de custos; resolver

o enigma do próximo milênio; preparar as empresas para o comércio eletrônico; participar de cadeias de suprimento integradas e/ou globalizadas; controlar em tempo real as operações da empresa. Não nos surpreende, portanto, que estes produtos – erp's – gozem de tanto prestígio. Muitas empresas cometem erros e vícios na compra e instalação de seus pacotes de gestão empresarial. Cerca de 80 % dos custos de implantação de um pacote de gestão são consumidos pelos processos padronizados (contabilidade, contas a pagar, ativo fixo, etc.), e apenas 20 % dos custos se voltam para os procedimentos diferenciais da empresa frente a seus concorrentes (ciclo de caixa, atendimento a clientes, características de sua atividade, etc.). Gasta-se uma fortuna com penosos redesenhos desses processos antes ainda da implantação; retardam-se os benefícios; vende-se uma ilusão de que, terminado o processo de instalação, todos os procedimentos estarão revistos e agilizados. Portanto, é preciso ter cuidado porque redesenhos de arquitetura dos projetos acabam por se mostrar pouco eficientes no dia-a-dia da organização.

8 CONCLUSÃO

Há de se esperar, para o futuro, um modelo de gestão empresarial completamente diferente do que temos atualmente. Diferente no sentido de que as informações sobre as operações realizadas pela empresa estarão sendo atualizadas de forma incrivelmente rápida e sistematizada. A atuação de nossos executivos se tornará mais fácil, embora também devamos esperar por novas dificuldades futuras.

A importância das organizações estará ligada diretamente a sua capacidade de transformar informação em conhecimento. Isto é, em saber se utilizar de novas tecnologias para maximizar o tempo de ação e reação às dificuldades que interferem na administração de uma empresa.

É de grande importância saber **transformar informação em conhecimento gerencial**. Aqueles que melhor prepararem seus empregados (modificando a cultura interna da empresa) para aceitar e receber melhor o E.R.P, superando as dificuldades naturais de implantação, conseguirão obter melhor eficiência do sistema (devido às possibilidades de adaptabilidade) aos seus processos internos de gerenciamento. E, enfim, conseguirão seus resultados com menor desembolso de ordem financeira, e mais rapidamente.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANSOFF, H. Igor. A nova estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 1990.
2. ARANTES, Nélio. Sistemas de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1994.
3. BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 1998.
4. BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de informação: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1985.
5. CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de informações para tomada de decisões. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
6. CAUTELA, Alciney Lourenço; POLLONI, Enrico Giulio Franco. Sistemas de informação na administração de empresas. Rio de Janeiro: MacGraw-Hill, 1982.
7. _____ . _____ . São Paulo: Atlas, 1996.
8. DAWSON, Roger. Decisões certas e seguras sempre: como tomar as melhores decisões no âmbito profissional e pessoal. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
9. DIMENSTEIN, Gilberto. Excesso de Informação provoca ignorância. Gazeta do Povo, São Paulo, Dezembro de 1997.
10. SIMCSIK, Tibor. O.M.I.S. informação e sistemas. São Paulo: Makron Books, 1992. v.2.
11. STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. Administração. 5.ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1995.

ESTUDANTES DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS DA FACE (PERFIL)

Jorge Luis Favaro

Professor Visitante do Curso de Comunicação Social – Relações Públicas da FACE, Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, RS.

1 OBJETIVO

Este trabalho tem por objetivo traçar o perfil dos alunos das duas primeiras turmas do curso de Comunicação Social - Relações Públicas da FACE, iniciado em 1999, com aulas noturnas. O curso tem vestibular anual, ingressando uma turma por ano, com 50 alunos.

O Objeto também deste trabalho é fazer uma análise inicial das características socioculturais dos alunos, principalmente, nos aspectos ligados à influência dos meios de comunicação de massa.

2 METODOLOGIA

As fontes dos dados são questionários respondidos por 47 alunos (num total de 50) da primeira turma que realizou vestibular em 1999 e 46 alunos (total de 50) da segunda turma que realizou o vestibular no ano 2000.

Foi aplicado um questionário com 60 perguntas no primeiro dia de aula da disciplina "Introdução e Técnicas aos Meios de Comunicação". O motivo de realizar a pesquisa na primeira aula foi de os alunos não sofrerem influências dos professores, como também de seus colegas.

Antes de aplicar os formulários, foi explicado o motivo da pesquisa, e que não haveria necessidade de identificação, para se sentirem mais à vontade para responderem às perguntas.

Baseado em BRUYNE (1991, p. 228,299) o método de análise escolhido foi o estudo comparativo de casos, pois permite ao investigador a ultrapassagem da unicidade e análise de semelhanças e dessemelhanças, o que se dá na evidenciação de regularidades ou de constantes, entre os vários itens da pesquisa. A comparação entre as duas turmas permitiu, com mais segurança, teorizar a respeito do curso de comunicação da FACE.

A interpretação dos dados apoiou-se na recomendação de TRIVINOS (1994), o qual aponta três pontos fundamentais nesta tarefa:

- 1) Resultado alcançado no estudo;
- 2) Fundamentação teórica;

3) Experiência pessoal do investigador.

A análise dos dados não tem a intenção de fechar totalmente a questão e também não será feita de todos os itens levantados na pesquisa. Achamos interessante não desprezar os dados, pois servem como registro e também para análises futuras.

3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

3.1 IDADE

A primeira turma apresentou uma concentração de 44,6 % de alunos na faixa etária de 17-20 anos, 38,2% na faixa de 21-35 anos, e 23,35% dos alunos com mais de 35 anos.

A segunda turma apresentou 74 % dos alunos com faixa etária entre 17 –20 anos, 19,7% na faixa de 21-35 anos e 7,3% com idade superior a 35 anos.

Podemos concluir que a primeira turma apresenta alunos mais velhos do que a segunda, um fato previsível por ser a primeira turma de um curso pioneiro na região.

Já a segunda turma apresentou alunos mais jovens, concentrados na faixa até 20 anos, que é o padrão normal de cursos universitários. Essa concentração deve prevalecer nas próximas turmas.

3.2 SEXO

AS duas turmas apresentaram um perfil semelhante em relação ao sexo: mais de 70% dos alunos são mulheres. Esse resultado é semelhante a outras faculdades, em que alunos do sexo feminino tendem a concentrar-se em cursos da área de ciências humanas e os do sexo masculino concentram-se na área de ciências exatas e tecnológicas, refletindo os padrões culturais de uma sociedade em que ainda prevalecem preconceitos ou tradições quanto às profissões.

3.3 ESTADO CIVIL

Há dominância de solteiros nas duas turmas: 63,2% na primeira e 89,1 na segunda; porém, a primeira turma apresenta o maior índice de casados 34 %, enquanto a segunda só tem 10,9%. Essa diferença está diretamente ligada à faixa etária, relatada no item. 3.1

3.4 DOMICÍLIO

A grande maioria dos estudantes das duas turmas reside nas cidades gêmeas União da Vitória e Porto União: 76,8 % da primeira e 77% da segunda. Os outros residem nas cidades vizinhas de União da Vitória que mantêm sistema de ônibus que transporta os alunos.

3.5 ESTUDO E PROFISSÃO

As duas turmas apresentam um índice alto de estudantes que trabalham durante o dia, a primeira com um índice de 59,6% e a segunda 41,4%.

A duração do turno de trabalho da grande maioria dos estudantes é de 8 horas por dia. As duas turmas apresentam um índice de 20% de estudantes que trabalham em comércio/vendas, seguido das atividades de auxiliar de escritório/recepcionistas com 14,8% para a primeira e 28,2 para a segunda turma; e policiais militares.

As duas turmas apresentaram alunos que trabalham em atividades ligadas à comunicação, como aos jornais e rádios.

3.6 LEITURA E LITERATURA

As duas turmas apresentaram um índice em torno de 70% de afirmativas que fazem leitura de livros, 74,4% na primeira; 71,7% na segunda. Mais de 20% responderam que não lêem outros livros, os que costumam ler, mencionaram os clássicos da literatura brasileira presentes nos currículos de primeiro e segundo graus, e indicados para os exames vestibulares.

Após os clássicos de literatura brasileira, vêm Paulo Coelho, seguidos de Sidney Sheldon, Mônica Bonfiglio, e livros de conotações religiosas.

3.7 LEITURA DE JORNAIS

Em torno de 70% dos alunos das duas turmas afirmaram que lêem jornais, só que 84% desses enfatizam que lêem uma vez por semana ou “às vezes”. Isto significa que os jornais são pouco lidos pelos estudantes das duas turmas de comunicação.

Ao serem questionados sobre os assuntos de jornais que mais lhes interessam, as duas turmas colocam em primeiro lugar os assuntos gerais, ficando em seguida: social/cultural; economia; política; polícia e esportes.

Dos jornais mais lidos pelos estudantes não houve diferença entre as duas turmas, prevaleceu a Gazeta do Povo, com 50% dos estudantes, seguido pela Folha de São Paulo, com índices maiores na primeira turma.

Entre os jornais locais destacam-se o jornal O Comércio com 31,9 % na primeira turma e 41,3% na segunda turma, seguido pelo Caiçara com 19,1% na primeira turma e 30,4% na segunda.

Tiveram também registros O Estado do Paraná, A Notícia, A Cidade, Diário Catarinense, e o Planalto.

Vale a pena ressaltar que há relação direta: quanto mais jovem é o estudante maior é o índice de leitura de jornais locais.

3.8 LEITURA DE REVISTAS

Aproximadamente 90% dos estudantes das duas turmas afirmaram que fazem leituras de revistas, aparecendo na frente, com 50% de preferência, a revista VEJA, seguida pela revista ISTO É, com 19,5% na primeira turma e 23,5% na segunda. Aparecem também, com índice acima de 10%, as seguintes revistas: Capricho/Atrevida; Cláudia; Época e Super interessante.

A preferência da revista Veja é muito significativa entre os estudantes de Comunicação Social, confirmando as descrições de MORAES (1998), que disse : “A revista Veja vende semanalmente mais de um milhão de exemplares, sendo a quarta maior revista de informação do mundo”.

3.9 REDES DE TELEVISÃO

MORAES (1998) destaca que a rede Globo é vista em 99,84% dos municípios brasileiros, confirmando a sua supremacia em audiência. Esta descrição é conferida por 87% dos estudantes da primeira e 95% da segunda turma que preferem esta emissora de TV.

Aparecem depois, com índices de 12,7% e 13%, a SBT, a Bandeirantes com 10,6% e 8,6%, e, com índices menores de 8%, estão a HBO, Cultura, Record, Futura e a Rede TV.

Entre os programas preferidos destacam-se as “novelas”, com 30% de preferência, seguindo-se filmes; o Fantástico; telejornais com destaque ao “Jornal Nacional”; programa do Jô Soares; Minisséries; Interligado; Casseta Planeta.

3.1 TELEVISÃO E LAZER

As horas de folga dos estudantes das duas turmas são ocupadas vendo televisão (53,19% na primeira, 32,6% na segunda). Em segundo lugar, nas duas turmas, com índices menores, aparece a preferência por: leitura; prática de

esportes; dormir; e passear.

Comparando as duas turmas, a ordem de preferência pelas opções de lazer foram as mesmas, porém com índices diferentes. As duas turmas apresentaram múltiplas formas de ocupar o espaço de lazer.

3.11 EMISSORAS DE RÁDIO PREFERIDAS

Os estudantes das duas turmas preferem as rádios FM às AM: 82,9% na primeira turma e 97,8% na segunda turma.

Dentre as rádios que operam em FM, a líder é a FM 95 com 40,4% na primeira e 52,2% na segunda, seguindo-se a FM 94 com 25% na primeira turma e 47,8 na segunda. Apareceu também audiência de emissores de outros municípios e das que operam nacionalmente, como Transamérica e a Antena Um.

Foram também questionados em relação às AM, ficando a rádio Colméia em primeiro lugar, com 19,1% na primeira, e 13% na segunda, seguida da rádio União com 10,6% e 8,6% respectivamente. Dentre as demais rádios AM que foram apontadas estão: a rádio de Canoinhas; a de São Mateus do Sul e a Educadora de União da Vitória, com índices inferiores a 6,5%.

3.12 TELEVISORES EM CASA

Acima de 80% dos alunos das duas turmas apresentam mais de um televisor em casa.

Na primeira turma a concentração maior é com dois televisores 42,5% dos alunos, ficando em segundo, os que possuem 3 televisores com 19,1%, e acima de 4 televisores em casa 21,2%.

Na segunda turma a maior concentração é com 3 televisores com 32,6% seguido de 2 televisores 30,4% e acima de 4 televisores 19,3%.

Mais que um reflexo de poder aquisitivo, estes índices mostram uma tendência mundial deste final século, o isolamento do ser humano em sua individualidade. Já vai-se tornando raro a família se reunir em volta de um aparelho de televisão. Hoje, o jovem, principalmente, gosta de ter seu aparelho de rádio ou televisão em seu quarto.

3.13 - APARELHOS DE RÁDIO

Seguindo a mesma tendência de muitos televisores pela casa é comum a posse mais de um rádio, devido à facilidade de ser acoplado em aparelho de som, e relógios.

70,3% da primeira turma, e 86,8% da segunda turma possuem mais de um rádio em casa. Existem, nas duas turmas, alunos que possuem, em casa, mais

de 5 aparelhos.

3.14 VIDEOCASSETE

93,7% na primeira turma e 86,9 na segunda turma dos alunos de Comunicação Social possuem aparelhos de videocassete em VHS, tendência dos anos 80, estimulada por um grande número de videolocadoras espalhadas em toda a cidade.

3.15 COMPUTADORES

Mais de 40% dos alunos já possuem computadores em casa. 44,7% dos alunos do primeiro ano e 45,6% na segunda turma.

3.16 INTERNET

Quase 30% dos alunos das duas turmas possuem INTERNET, sendo 27,7 na primeira e 28,25 segunda.

3.17 GOSTO POR MÚSICA

Foi alto o índice de alunos que afirmaram que não têm preferência por algum tipo de música, apreciam muitos.

34% dos alunos da primeira turma e 23,4 da segunda turma colocaram que não existe uma preferência clara.

48% da primeira turma e 23,9 da segunda optaram por MPB, porém há muita confusão entre os estudantes sobre o que seja música popular brasileira. Cruzando essa pergunta com as músicas preferidas, aparecem sertanejas (Country), rock, e até versão de música internacional dentro da “Música Popular Brasileira”.

Outro fato a ressaltar é opção por música internacional: 10% das duas turmas, tem essa preferência. O Rock tem 8% da preferência dos alunos.

3.18 COMPOSITORES

Há muita indefinição quanto à preferência por compositor brasileiro.

Caetano Veloso foi o compositor preferido entre as duas turmas, com 34% na primeira turma e 30,4% na segunda. Esse fato se dá principalmente devido a musica “Sozinho”, do compositor Peninha, que também teve 19% de preferência na segunda turma e 10,8 na primeira. Essa música foi tema de uma novela de

grande sucesso na rede Globo, em 1998.

Outros compositores aparecem, porém com índices abaixo de 10%; entre eles estão: Gilberto Gil, Chico Buarque, Zezé Di Camargo e Luciano, Djavan, Renato Russo, e Milton Nascimento.

3.19 FILMES

Titanic, filme ganhador do Oscar de 1998 é o preferido por 46,8% dos alunos da primeira turma e 63,4% da segunda turma. Seguido do filme brasileiro “Central do Brasil” também indicado para o Oscar de melhor filme estrangeiro, com 12,7% na primeira turma e 28,2% na segunda turma.

Entre os filmes levantados pelos alunos das duas turmas como preferidos estão os que concorreram ao “Oscar” tais como: Coração Valente, A vida é Bela, O Resgate do Soldado Ryan, Guerra nas estrelas, Forrest Gump e outros . Aparecem também filmes disponíveis nas vídeo locadoras, como: Advogado do Diabo, Impacto Profundo, entre outros.

3.20 CINEMA

Com a maioria de preferência 51,6% da primeira turma, e 43% da segunda turma, o diretor de cinema preferido é Steven Spielberg .

Em segundo lugar, ficou Walter Sales, com preferência de 12,7% alunos da primeira turma e 8,6% da segunda turma; aparecendo, em seguida, James Cameron.

Notou-se, nesta pergunta, muita dificuldade dos alunos saberem os nomes dos diretores.

3.21 PERSONALIDADE DOS SÉCULO

A primeira turma escolheu (17,2% dos alunos) o Papa João Paulo II, na segunda turma o Papa também teve preferência, porém ficando em segundo lugar com 10,8%.

A segunda turma escolheu em primeiro a Princesa Diana com 13% de preferência, ficando a mesma em segundo na primeira turma com 8,5% dos votos.

Houve também uma votação expressiva à Madre Tereza de Calcutá, com 10,8% na segunda turma e 4,2 na primeira.

As duas turmas apresentaram também como personalidades do século os seguintes: Pelé, Mandela, Adolf Hitler, Ghandi, Betinho, Padre Marcelo Rossi, Ayrton Senna e Bil Gattes.

3.22 ACONTECIMENTOS DO SÉCULO

Para 19,1% da primeira turma a clonagem da ovelha Dolly é o acontecimento do século.

Para a segunda turma a Segunda Guerra Mundial teve a preferência de 23,9% dos alunos. As duas turmas também elegeram como acontecimento do século: queda do muro de Berlim, filme Central do Brasil, bomba atômica, homem na lua, impeachment do presidente Collor, Brasil tetracampeão.

3.23 CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS

Somente 27,6% da primeira turma, e 21,7% da segunda dos alunos que freqüentam o curso vislumbram esse curso como profissão futura ou área em que vão trabalhar.

67,3% dos alunos da segunda e 21,7% da primeira turma procuraram este curso por ser o que mais se aproxima do que desejariam cursar.

41,3% dos alunos da segunda turma e 27,6% da primeira procuraram o Curso de Comunicação por achar que vai melhorar as suas habilidades comunicacionais.

3.24 REALIZAÇÃO PROFISSIONAL, E MELHORIA DE TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO

41,3% dos alunos da primeira e 14,8% da segunda turma têm como expectativa do curso melhorar suas técnicas de comunicação.

Vencer as barreiras da timidez são expectativas de 21,7% dos alunos da segunda e 10,6% da primeira turma. Existem como expectativas entre 23,9% dos alunos da segunda turma e 2,12% da primeira que os professores sejam de qualidade e que as aulas sejam boas e dinâmicas.

4 - CONCLUSÃO PARCIAL

4.1- A maioria dos alunos das duas primeiras turmas de Comunicação Social da FACE vêem o curso como futura profissão, além de melhorar seu desempenho em suas atividades atuais, visto que uma grande parte dos alunos trabalha de dia e faz o curso à noite. Nota-se, por parte dos alunos, um desconhecimento do que seja o curso de Comunicação Social – Relações Públicas, o que, de uma certa maneira, é normal, por ser um curso novo.

À medida que os acadêmicos da área forem atuando na comunidade, seu

papel profissional irá sendo sendo mais definido e realçado.

Podemos dizer que o perfil dos alunos de Comunicação Social – Relações Públicas apresenta, em seu conjunto de respostas, influências nítidas dos meios de comunicação de massa, confirmando a afirmativa de MORAES(1998) “Os complexos de comunicação propagam modos de convivência e de pensamentos que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”

De posse desses dados, cabe aos mestres do curso dinamizarem os trabalhos acadêmicos, valorizando as leituras específicas da área e a inserção social como Relações Públicas, incentivando o senso crítico e atualizando o rico potencial cultural e criativo existente em nosso meio. Cabe ao professor, *mediador* do processo cultural, essa função, ir com os alunos iluminando os amplos setores de trabalho e de realização pessoal, rumo a sua profissionalização.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica.Rio de Janeiro:Francisco Alves, 1991.
2. MARRAS, Stélio. Com a mão na massa. CULT Revista Brasileira de Literatura n.3. São Paulo: Lemos Editorial, 2000.
3. MORAES, Denis. Planeta mídia: tendência da comunicação na era global. Campo Grande:Letra Livre,1998.
4. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1994.

O IMPACTO NA PRODUTIVIDADE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR DE UNIÃO DA VITÓRIA, PELA INCORPORAÇÃO DO MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL (MCP)¹

Noêmia O. Nakalski

Coordenadora Regional da Unidade de Receita da SANEPAR de União da Vitória - PR. Graduada em Ciências Econômicas pela Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória – FACE .

¹ Versão resumida da Monografia do Curso de Ciências Econômicas.

1 INTRODUÇÃO

O quadro de crise econômica que impera no País tem levado as empresas de saneamento a participarem do processo tecnológico, principalmente pela responsabilidade social que possuem. Desta forma, vem melhorando a sua competitividade, em condições de prestarem serviços cada vez melhores e com preços mais compensadores. Neste sentido, é fundamental a modernização constante das empresas, através da busca contínua de novas tecnologias que garantam, ao mesmo tempo, retornos financeiros e melhoria na qualidade dos serviços prestados ao consumidor final, resultantes do aumento da eficiência e da produtividade dos recursos humanos diretamente envolvidos. E a SANEPAR tem buscado otimizar seu sistema como um todo.

Numa época de plena automação industrial, da robótica, telemática, fibra ótica e da informática, as empresas lançam-se em busca de crescimento e competitividade. Os bancos foram os pioneiros na utilização da informática em grande escala, dando o exemplo para outros empresários que seguiram suas pegadas e passaram a acompanhar mais de perto os acontecimentos neste ramo e a participar da sociedade informatizada. Entretanto, algumas empresas com exclusividade no mercado, como as prestadoras de serviços públicos, por exemplo, inicialmente não sentiram muita necessidade de otimizar os processos, retardando a utilização do processamento de dados, adotando-o de forma parcimoniosa, apesar de esforços isolados como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da área de comunicação e do setor de energia elétrica.

Foi na década de 80, que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR investiu pesadamente em tecnologia, implantando o sistema de processamento de dados com maior agilidade e projetos de descentralização de rede de transmissão via *on-line*. No campo de leitura e emissão de contas de água e esgoto, foi desenvolvido um projeto baseado no sistema americano, com leitura e emissão automática das faturas, ou seja, através de um Coletor de Dados, Microcomputador Portátil (MCP), adaptado pela própria Companhia, dotado de impressora de impacto e baterias recarregáveis, emitindo-se as faturas no ato da leitura, reduzindo o tempo do sistema convencional, de quinze dias para um tempo de menos de dois minutos. É basicamente sobre o MCP que este trabalho propõe-

se a desenvolver um estudo econômico, considerando os custos e os benefícios do mesmo, de modo a permitir uma maior divulgação desta tecnologia no meio acadêmico e científico.

A automação será analisada como parte integrante da economia mundial e nacional, os processos tecnológicos que revolucionaram a informática e, principalmente, a implantação e desenvolvimento dentro da SANEPAR. As políticas participativas adotadas na empresa permitiram maior eficiência e a satisfação dos clientes internos e externos, através da agilização do processo e prestação de serviços de melhor qualidade.

2 INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

No começo, apenas água; de bica, de fonte. Depois apareceram os pipeiros. Os chafarizes. O encanamento e algumas torneiras públicas. Os arcaicos “depósitos”, antecedendo os reservatórios. As primeiras represas pequenas. As primeiras adutoras. As rede de distribuição. A cloração e as estações de tratamento. As redes de esgotos, o tratamento primário.

Assim foi a evolução do saneamento básico. Aqui e em todo o mundo. E foi o caminho percorrido no Paraná e na SANEPAR. O planejamento, contudo, mostrou que era preciso mais do que captar, tratar e distribuir água à população, ou remover e tratar os dejetos sanitários. O bem-estar coletivo, a saúde, a higiene, uma melhor condição de vida da população exigia uma modificação na rotina da empresa. Era preciso buscar outros campos de atuação.

Isto começou efetivamente a ser feito a partir de julho de 1980, quando foi criada, na SANEPAR, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, “e delineado um curso de ações visando direcionar os esforços através da inovação tecnológica, na busca e exercício de soluções para um melhor atendimento aos clientes, propiciando, dessa maneira, a redução de custos de operação e desenvolvimento”, como explicou HÜBERT, ex-presidente da Empresa. (Citado por SCHUSTER, 1994), em cuja gestão foi implantada esta diretoria.

A SANEPAR começava a procurar o aprimoramento técnico sob o ponto de vista tecnológico, de novas alternativas. Uma delas, foi a busca de um sistema que facilitasse a leitura de consumo de água, “uma vez que havia um verdadeiro batalhão de pessoas que fazia a leitura e já sabíamos que nos Estados Unidos esse tipo de problema fora resolvido facilmente, com o uso de microcomputadores carregados pelos próprios leituristas e que emitiam, simultaneamente, as próprias faturas” (SCHUSTER, 1994).

Segundo HÜBERT, (Citado por SCHUSTER, 1994), “[...] na época, em 1981, isso parecia ser um sonho, mas se tornou realidade. Bem depois de nossa gestão, é verdade, mas os primórdios tiveram início ali. O processo foi aperfeiçoado e a

SANEPAR inovou também nesse aspecto”.

Já se buscava, também, uma nova sistemática visando reduzir o tempo entre a leitura e o vencimento das contas, que era de oitenta dias. Com algumas modificações, reduziu-se para cinqüenta dias. Foi o início de um projeto que veio a culminar, em 1984, com o programa dos microcomputadores. Nesta época, o tempo entre a leitura e o vencimento das contas já era de trinta e cinco dias. Fazia-se necessário reduzir, ainda mais, e isto foi conseguido, a partir de 1984, quando foram adquiridas as primeiras máquinas e realizados os primeiros testes de campo. A implantação total, em Curitiba, deu-se em 1988, e foi a primeira vez que uma operação de tal porte era feita na América Latina. O tempo entre a leitura e o vencimento, que era de trinta e cinco dias, ficou reduzido, em média, para cerca de dez dias, enquanto o tempo entre a leitura e a entrega das contas foi reduzido a quase zero. Este resultado foi alcançado, pelo menos, nas dezesseis cidades onde vinha sendo utilizado o microcomputador portátil, até o final de 1993, que representava a leitura de setecentos e vinte e cinco mil contas, isto é, 51% do total de ligações e 72% do total de faturamento da empresa.

O avanço tecnológico da SANEPAR está diretamente relacionado à informática que, no decorrer dos anos, vem demonstrando um considerável dinamismo, graças à adoção de novas metodologias, tornando sempre mais ágil e mais eficiente o gerenciamento da empresa. A informática representa uma considerável economia de tempo e de recursos humanos.

Segundo JUSTUS, ex-presidente da SANEPAR, (Citado por SCHUSTER, 1994), “A SANEPAR entende a informática não como uma sofisticação, mas como um instrumento imprescindível à agilização administrativa e ao aprimoramento dos serviços, tendo em vista sempre sua finalidade social”.

Novas tecnologias ou novas alternativas em trânsito na SANEPAR é um leque do modelo à disposição dos outros organismos e das outras empresas congêneres. Tem-se tornado rotina, nos últimos anos, a vinda de técnicos de outros Estados, do Exterior também, visando à coleta de subsídios para alimentar projetos técnicos em diversas áreas, seja na administrativa, operacional ou técnica.

Assim, a qualidade do trabalho que se desenvolve no saneamento básico do Estado está sendo evidenciado.

2.1 CONCEPÇÃO DO SISTEMA MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS (MCP)¹

A concepção do sistema de faturamento, por meio de Microcomputadores Portáteis baseia-se fundamentalmente no aproveitamento máximo dos recursos humanos e materiais, aliado a uma nova sistemática para atendimento de serviços

¹ Esta descrição baseia-se no MANUAL DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MCP (1993).

comerciais, estruturado de forma a dar suporte a todas as demandas do sistema com eficiência.

Consiste, basicamente, na definição e padronização de serviços, de forma a assegurar sua execução dentro de critérios que possibilitem o cumprimento de prazos estabelecidos em cronogramas, qualidade de execução dos serviços de leitura, utilização racional dos recursos humanos e materiais, integrado com um sistema de manutenção e atendimento ao cliente, via telefone ou personalizado.

2.1.1 Componentes básicos do Sistema Microcomputador Portátil

- Cadastro Comercial de Consumidores;
- Programação de Serviços;
- Informações Operacionais;
- Sistema de Informações Gerenciais;
- Equipes Padronizadas.

2.2 VANTAGENS DO MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL COM IMPRESSORA

➤ Satisfação dos Clientes: com o atendimento personalizado, um vez por mês, realizado pelo Agente Comercial de Campo, devidamente treinado para resolver ou esclarecer os problemas dos clientes, todos os serviços poderão ser comercializados na hora, junto ao cliente, pois o Agente Comercial de Campo dispõe de tabelas em que constam preços para execução de serviços.

➤ Imagem da Empresa: melhoria da imagem, através do atendimento personalizado, tendo como principal objetivo eliminar as reclamações, a agilização de vendas no local e a maior integração com a área de manutenção, pois, através da utilização do MCP para realização de leituras e emissão de contas, simultaneamente, transparece a imagem de uma empresa moderna que se torna verdade, pois o próprio equipamento permite a constatação de vazamentos e a SANEPAR coloca à disposição do cliente o Monitor Comercial que auxilia na resolução de eventuais problemas.

➤ Produtividade: o aumento da produtividade é devido ao estímulo contínuo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos empregados, e à eliminação das atividades repetitivas e à possibilidade de ampliação das atividades desenvolvidas pelo empregado. No sistema convencional, o empregado tinha como meta a execução de quatrocentos serviços diários de leitura ou de entrega de contas, entretanto, no sistema automático, o mesmo empregado, executa, em média,

duzentos e cinquenta serviços por dia, o que representa quinhentos serviços no sistema convencional, ou seja, uma produtividade de cem serviços por empregado, diariamente.

➤ Redução de Custos: a leitura, emissão e entrega simultânea de contas resulta na diminuição de atendimento pelo telefone 195 e do atendimento personalizado, na eliminação de gastos com papéis, arquivos, além do processamento de dados, que permitiu uma redução significativa no custo por conta emitida, isto é, de R\$ 0,60 para R\$ 0,45 centavos.

➤ Avaliação Gerencial: há avaliação constante do sistema, através de relatórios de performance do Agente Comercial de Campo, atividades operacionais, manutenção, refletindo na qualidade dos serviços prestados.

➤ Aumento da Receita: com a eliminação da defasagem entre a leitura, emissão e entrega da conta, o microcomputador leva dois minutos para processar e emitir a conta, enquanto o sistema convencional levava cerca de vinte e cinco dias, pois o processamento e a emissão de contas era realizado através de um equipamento de grande porte, que centralizava este serviço de todo o Estado do Paraná.

➤ Controle de Perdas: o controle de perdas é realizado com o registro dos serviços de manutenção na rede e com a identificação de possíveis vazamentos através da consistência de consumos antes da emissão de contas, alertando os clientes para efetuarem os consertos.

➤ Atualização Cadastral: com o registro de anormalidades encontradas em campo, é realizada, simultaneamente, uma atualização cadastral, quando da leitura do hidrômetro, pelo Agente Comercial de Campo.

➤ Redução da Pendência: a entrega antecipada dos avisos de débito aos clientes permite um planejamento para o pagamento das faturas. Além disso, caso haja alguma pendência, o MCP também aponta, o que reduz sensivelmente as pendências existentes e a própria inadimplência no setor. Convém ressaltar que, no sistema anterior, as contas eram entregues próximo ao vencimento, levando ao aumento da inadimplência.

➤ Eliminação de Erros de Leitura: pela consistência efetuada pelo micro, no momento da leitura, é possível a confirmação da mesma, em casos em que o consumo estiver fora do padrão. Se a conta acusar excesso de consumo, o cliente será avisado sobre o fato e sua conta retida para análise, nos escritórios da

SANEPAR. Assim, serão eliminadas as reclamações por erro de leitura e consumo elevado.

➤ Retorno do Investimento: a antecipação da receita, a redução no volume de reclamações, a diminuição de gastos com processamento de dados, o aumento da produtividade, cobrem com segurança os custos de investimentos a curtíssimo prazo.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS

A SANEPAR tem buscado otimizar seu sistema como um todo. A má qualidade dos serviços prestados e a submedição foram detectados, como os maiores problemas da Companhia. As causas básicas destes problemas estavam relacionados a diversos fatores, dentre os quais podemos destacar:

1. Um sistema inadequado de faturamento;
2. Programas de computadores superados pelo processo de inovação tecnológica;
3. Reduzido número de ciclos dos faturamentos;
4. Ineficiência de pessoal para execução de leitura e entrega de contas, devido ao baixo nível de qualificação profissional;
5. Cadastro de consumidores desatualizado;
6. Elevado número de hidrômetros com defeitos, devido à morosidade para detectar o problema e substituição, ocasionado pela inexistência de um programa de manutenção corretiva e preventiva dos medidores.

O sistema era deficitário, levando a perdas consideráveis de receitas, instabilidade financeira da empresa, insatisfação dos clientes, elevado custo de operação e manutenção dos serviços, perda de controle do sistema de faturamento e arrecadação, repasse dos custos de ineficiência operativa para as tarifas, com comprometimento da imagem da empresa.

A solução encontrada pela empresa foi a reformulação completa das contas de água, esgotos e serviços, dispensando serviços de terceiros, para digitação e impressão das mesmas.

Com a implantação do modelo automático, a SANEPAR obteve resultados significativos. Pode-se destacar a otimização dos recursos humanos e dos equipamentos, ou seja, redução do quadro de pessoal envolvido no processo e remanejamento para outras áreas. Da mesma forma, aconteceu com os equipamentos de informática, dispensando a necessidade de grandes computadores que formavam o Centro de Processamento de Dados (CPD).

A alteração no sistema de faturamento garantiu um incremento extra de

receita no mês de implantação, pela redução do período entre a leitura e a entrega das contas de quinze dias para menos de dois minutos, proporcionando um faturamento antes do vencimento.

No sistema convencional, o cliente recebia a conta de dois a cinco dias antes do vencimento, levando à inadimplência, devido à impossibilidade de planejamento do pagamento da fatura. No sistema automático de leitura e emissão de contas, o período de planejamento foi dilatado, com possibilidade de efetuar o pagamento até antes do vencimento. O sistema de roteiros fez com que aumentasse a produtividade dos funcionários, ou seja, as leituras são executadas numa ordem lógica, facilitando a aproximação da casa do cliente; desta forma a leitura a ser executada sempre será a mais próxima.

A racionalização das atividades elevou o ganho real de produtividade por funcionários, eliminando-se erros de leituras, ocasionados por sobrecarga de serviços em determinados períodos do mês, e alguns funcionários podiam executar atividades de manutenção, leitura e até administrativas. Reduziram-se gastos com manutenção de estruturas para atender picos de serviços.

O sistema automático permite o cadastramento de serviços, via Microcomputador, agilizando os trabalhos de execução, contribuindo significativamente para a redução das perdas. Possibilita, também, detectar possíveis vazamentos no imóvel, pois o próprio equipamento fornece ao Agente Comercial de Campo a porcentagem de elevação do consumo do cliente, o qual recebe orientações para conserto e manutenção. O mesmo ocorre com a redução no consumo, seja por motivo de problemas técnicos dos hidrômetros ou violações dos mesmos.

A leitura executada através do Microcomputador Portátil fornece condições e dados para gerenciamento das atividades, pois o equipamento registra, através de relatórios, todos os procedimentos realizados pelo Agente Comercial de Campo, não permitindo o uso irresponsável, de forma a burlar as informações.

A meta da SANEPAR é entregar 73% das faturas nas mãos dos clientes, o que permite prestar esclarecimentos e informações, comercializar serviços, evitar possíveis extravios e valorizar a fatura como um importante documento, visando evitar possíveis deslocamentos dos clientes aos escritórios da Companhia, e, portanto, transformando o sistema de leitura num verdadeiro balcão de atendimento a domicílio.

O sistema Micro de Leitura permitiu a racionalização dos custos operacionais, eliminando erros de leitura, devido à digitação manual e à diversidade de escritas em relatórios, causando dificuldades ao digitador. O sistema de leitura e emissão automática, alterou essas rotinas, com ganho de produtividade e utilização de equipamentos mais confiáveis.

O retorno do investimento foi garantido de diversas formas, dentre as quais podemos destacar o ganho na atualização cadastral, uma vez que a SANEPAR classifica seus clientes de acordo com a categoria do imóvel, podendo ser residencial, comercial, industrial, utilidade pública ou de poder público, praticando

tarifas diferenciadas entre as mesmas.

A inadimplência, que representa um problema para a maioria das empresas, na SANEPAR foi facilmente controlada e trabalhada, pois o equipamento informa ao Agente Comercial de Campos, a existência de pendência no momento em que a fatura está sendo impressa. Em seguida, já é providenciada a entrega de mala direta, solicitando a regularização da pendência, o mais breve possível.

O sistema MCP está em evolução, pois os equipamentos utilizados atualmente já são a segunda versão do Microcomputador Portátil, o qual vem apresentando certas deficiências, tais como: obrigatoriedade de carga noturna e recarga, ao meio-dia, das baterias, fragilidade no gabinete, fitas de pouca qualidade, impressoras de impacto descartáveis; enfim, computadores superados tecnologicamente para transmissão e recepção de dados, ou seja, situações que podem ser supridas pela oferta abundante de inovações tecnológicas nas áreas de informática e microeletrônica atuais.

A atualização tecnológica foi realizada em junho de 1999, através da implantação de um novo Coletor de Dados Portátil - DP 35, que é a versão atualizada do DP - 20, com impressora térmica incorporada ao próprio equipamento, com autonomia de impressão contínua de quatrocentas contas diárias, suportando uma jornada diária de trabalho, sem necessidade de troca de bateria, objetivando aumentar e otimizar a produtividade das equipes de trabalho (DIÁLOGO, 1999).

Juntamente com o novo sistema MCP, a SANEPAR implantou a nova conta/fatura de fornecimento de água, esgotamento sanitário e serviços, que oferece ao cliente um maior número de opções, com qualidade. A qualidade está no histórico que o cliente terá a seu dispor, auxiliando-o no controle do consumo e na identificação personalizada constante na conta.

A fatura apresenta o código de barras no padrão FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos), o nome do cliente, o histórico do consumo dos últimos 11 meses, o consumo do mês em curso e a média de consumo dos cinco últimos meses anteriores ao da conta. No caso de impossibilidade de acesso para realização da leitura do hidrômetro, aparecerá o motivo que impediu o operador de efetuá-la.

Finalmente, tal tecnologia assegura a integridade e segurança para todos os dados coletados, com ganho significativo de produtividade e, conseqüente, satisfação do consumidor final.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIÁLOGO. Curitiba: Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, v.22, n.274, maio 1999, p.7.
2. MANUAL de organização do sistema MCP, maio, 1993.
3. SCHUSTER, Zair Lourival Luiz. SANEPAR ano 30: resgate da memória do saneamento básico do Paraná. Curitiba: SANEPAR, 1994, p.249

DE OLHO NOS BANCOS: ELES PODEM SER CONDENADOS A DEVOLVER SEU DINHEIRO

Sandro Luiz Padilha Peters

Advogado; Acadêmico de Ciências Contábeis
na FACE de União da Vitória (PR)

1 INTRODUÇÃO

As instituições bancárias têm como atividades principais a captação e aplicação de capital, e secundárias, de prestação de serviços. É evidente que no decorrer dessas atividades os bancos comerciais podem causar prejuízos a seus clientes. Quem nunca teve um débito injusto em sua conta-corrente? O que pouca gente sabe é que, quando isso ocorre, eles respondem civilmente por seus atos, como pessoas jurídicas que são.

Essa responsabilidade pode surgir de atividades que prejudiquem clientes, tais como o pagamento de um cheque falso ou o extorno indevido de certa quantia pertencente a uma conta. Neste último caso, a sua conta anoitece recheada do seu “rico dinheirinho” e pode amanhecer a zero, sem que se tenha sacado nada.

O problema é que não existem leis específicas que definam essa responsabilidade civil bancária, na relação banco/cliente. Não que as leis sejam específicas; geralmente elas contêm dispositivos genéricos que são adequados a casos concretos, pelo que, no momento dessa adequação da lei, pode-se dizer que ela torna-se específica em relação ao caso.

Assim sendo, os advogados - defensores do direito dos consumidores contra a supremacia dos bancos - têm de agarrar-se a uma série de leis genéricas e à jurisprudência, que tem reflexo mais específico, pois trata-se das decisões dos juízes, a cada caso concreto, que podem servir de base para a elaboração de suas defesas.

2 DIFERENÇA ECONÔMICA DOS USUÁRIOS

Na relação jurídica existente entre os bancos comerciais e os clientes é enorme a desigualdade destes face ao poderio econômico dos bancos.

Esse poder dos bancos desequilibra a relação jurídica entre as partes, à medida que lhes confere posição jurídica mais vantajosa na contratação com os clientes, sempre mais fracos economicamente, pelo que as cláusulas abusivas dos contratos lhes são impostas de forma unilateral.

Via de regra, a vontade do banco sempre é imposta ao cliente no momento da contratação do serviço bancário, e o usuário sempre é “obrigado” a aderir ao contrato pronto, oferecido pelo banco, sem nada questionar, optando, obrigatoriamente, pela cláusula de não-indenização - são os famigerados contratos por adesão.

3 CONTRATOS POR ADESÃO À LUZ DO CÓDIGO DE PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

No dia-a-dia, os negócios com os bancos são feitos por adesão, com cláusulas e condições prefixadas pelas instituições bancárias.

Os bancos, geralmente, fornecem aos clientes contratos prontos, restando ao cliente apenas assinar os papéis, aderindo inteiramente ao seu conteúdo; na hipótese de recusa do cliente, a contratação jamais existiria. Assinar ou desistir, eis a questão.

Assim é próprio dos estabelecimentos bancários os chamados contratos de adesão, que o artigo 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, define como: “(...) aquele cujas cláusulas tenham sido (...) estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo”.

Desse modo, cabe ao advogado, no seu dever de ofício, interpretar tais contratos da maneira mais favorável à parte mais fraca - o consumidor.

Consoante a hermenêutica jurídica, que se ocupa da interpretação das regras, tais contratos devem ser interpretados da maneira mais favorável ao contratante, que se obrigou por adesão.

Todavia, não se deve confundir contrato de adesão com contrato inválido, pois, em se tratando de contrato, as partes contratantes, via de regra, têm direitos e deveres, que devem ser observados para a eficácia do instrumentos contratual.

Desta forma, os contratos por adesão são válidos e produzem sua inteira eficácia jurídica. Porém, eventualmente, na discussão dos referidos contratos, utilizar-se-à o intérprete de princípios atinentes à inteligência desses pactos, princípios que devem ser respeitados.

O entendimento encravado nas decisões dos tribunais tem sido no sentido de que, uma vez assinado o contrato de adesão com o qual concordou livremente o devedor, que dele se beneficiou, somente por ser de adesão não importa *ipso facto* em contrato abusivo, vedado pela lei de proteção ao consumidor.

Por outro lado, têm-se visto decisões em sentido oposto, no sentido de que o fato de inserir-se cláusula ao formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato bancário, nos termos do §1º do art. 54 do Código de Proteção do Consumidor.

Em sintonia com os princípios acima mencionados, existem as normas do artigo 47 do Código de Proteção do Consumidor, segundo as quais, “As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”.

Notadamente, o legislador quis cuidar dos direitos daquelas pessoas que, via de regra, são as mais fracas e vulneráveis nas relações de consumo.

Dessa forma, a lei protege os clientes de bancos que optam pelos contratos de adesão, como, por exemplo, o contrato de cheque especial, que muitas vezes é assinado pelo cliente, sem que este, nem sequer, leia o que está disposto no corpo do contrato.

Por derradeiro, a importante regra contida no artigo 46 do referido Código, estabelece a ineficácia daqueles instrumentos contratuais que, embora existam por conveniência do banco e do usuário, não podem gravar o consumidor com seus efeitos abusivos, devendo tais cláusulas ser fulminadas pelo Poder Judiciário, numa ação em que se figure como parte.

4 PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

Uma dúvida que surge é se o Código de Proteção do Consumidor (Lei nº 8./078, de 11 de setembro de 1990) tem validade contra os bancos.

Bem, o artigo 14 dessa Lei, dispõe que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência da culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Ademais, existem várias outras normas importantes na defesa dos direitos do consumidor. Vale ressaltar o artigo 51 do Código de Proteção do consumidor que determina a nulidade das cláusulas contratuais abusivas, e ao juiz cumpre decretar-lhes a nulidade absoluta de ofício, consoante o disposto no artigo 146, parágrafo único, do Código Civil brasileiro

Outras leis esparsas vêm em defesa do consumidor, como o Decreto 22.626 de 1933, mais conhecido como Lei de Usura, que, em seu artigo 4º, também proíbe aplicação de juros capitalizados, o mesmo ocorrendo com a Súmula 121, do Supremo Tribunal Federal (SFT).

A súmula 60 do Egrégio Tribunal de Justiça (SFT) é no seguinte sentido: “É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.”

Não restam dúvidas de que nas relações jurídicas entre cliente e bancos comerciais existe grande desigualdade entre suas partes.

Os bancos agem profissionalmente, buscando a lucratividade com as operações realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, leigas em relação às atividades bancárias, incapazes de entender o processo com que tais atividades

se desenvolvem.

Além disso, trata-se de pessoas que, salvo exceções, são economicamente mais fracas.

5 NÃO TENHA MEDO DE FECHAR O NEGÓCIO

Não obstante as diferenças entre bancos e clientes, a necessidade é que impele estes últimos a contratarem; em que, na maioria dos casos, renunciam a qualquer liberdade contratual, aderindo a negócios de forma involuntária e aceitando as cláusulas unilaterais prefixadas pelo banco.

Esses fatos não raro levam a batalhas jurídicas intensas em busca da defesa dos direitos “renunciados” pelo cliente na hora da assinatura dos contratos. Ocorre que os direitos não podem ser renunciados senão de forma espontânea, e nesses casos, existe uma clara imposição do banco, o que caracteriza a unilateralidade prejudicial ao cliente, maculando o contrato assinado e possibilitando a decretação da nulidade das cláusulas abusivas pelo Poder Judiciário.

Assim, tem-se procurado reduzir as desigualdades sociais dos usuários em face aos bancos. Não raro, tem-se obtido vitórias tanto na esfera pública, por meio de ações coletivas, como também na esfera privada, em casos isolados de empresas e pessoas físicas. As decisões têm sido no sentido de dar quitação aos contratos pendentes, compensando-se os valores pagos a mais, a título de juros e outros encargos ilegais, com as prestações pendentes e, muitas vezes, impondo-se a condenações do estabelecimento bancário à devolução do dinheiro pago, indevidamente, pelo cliente.

Hoje em dia criou-se uma certa dependência dos bancos, o que é normal diante da dinâmica das transações econômicas, que, muitas vezes, em face ao distanciamento entre as partes e o grande volume de dinheiro que envolvem tais negócios, tornou impossível não se ter um banco como uma espécie de intermediário desses negócios. Nesse sentido, os estabelecimentos bancários facilitam a vida de seus usuários, permitindo que os mesmos realizem operações financeiras de maneira fácil e rápida. Ninguém guarda dinheiro embaixo do colchão!

Outro ponto positivo dos bancos é a possibilidade de crédito a usuários sob a forma de financiamentos e cheque especial, que variam de acordo com a instituição. E, diga-se, este tipo de operação bancária tem causado muita dor de cabeça aos usuários inadimplentes, em razão das enormes taxas de juros cobrados - o chamado juro composto ou juro sobre juro. Destarte, se o financiamento deixa de pagar uma parcela, sobre o valor desta, incidem os juros de mora e, no mês seguinte, se o débito não for pago, são cobrados juros dos juros, formando uma enorme *bola de neve* que, na maioria dos casos, só se resolve judicialmente, pois o Poder Judiciário ainda é a única forma de fazer valer os direitos do cidadão.

Na realidade, todos precisam dos serviços bancários, mas não devem hesitar em procurar os seus direitos, em caso de abuso por parte dessas instituições. Na dúvida, é aconselhável procurar saber quais são os direitos, antes mesmo de ir ao banco em busca de um financiamento ou outras operações que envolvam quantias vultosas. Informando-se com antecedência, a pessoa terá mais segurança na hora de fechar o negócio.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O PROCESSO DE COOPERATIVISMO EM BITURUNA

Nelson Michelotto

Coordenador pedagógico para a unidade regional da EMATER de União da Vitória, participante do grupo que coordena o processo de capacitação profissionalizante de agricultores para o Estado do Paraná; Graduado em Engenharia Agrônoma; Especialista em Educação de Adultos, PUC - PR.

1 INTRODUÇÃO

Depois de passar diversas *provas de fogo*, algumas das quais já mencionadas, ficou fácil perceber que o grupo apresentava maturidade e determinação, crescente dia a dia. A partir deste momento, todas as ações da extensão rural estavam destinadas para o trabalho cooperativo do município.

No dia 18 de dezembro de 1990, chamada de Reunião de Organização Rural de Bituruna, foi repassado, de forma mais resumida, o treinamento de União da Vitória, desta vez, em nível municipal. Destaque-se aqui que, ao final, seria tomada a decisão dos presentes, para os encaminhamentos necessários, considerando que, referente ao objetivo, o grupo já estava com as decisões tomadas. Constituir sua pequena cooperativa local.

O dia foi coroado de sucesso, com a presença dos 70 agricultores mais envolvidos, tomando conhecimento e discutindo o **diagnóstico** levantado no município, principalmente, durante as reuniões da primeira bateria; refletindo sobre a visão de **agronegócios** e as conseqüências para a agricultura atual; conhecendo teoricamente as diferentes **formas de organização**, acessíveis aos produtos rurais, bem como as condições para o êxito das mesmas; e, finalmente, com uma **assembléia dos presentes**, para as decisões, encaminhamentos.

2 O CONSELHO CONSULTIVO

A decisão da assembléia, como já era previsível, foi: constituir a cooperativa municipal; sendo sugerida a forma imediata do que se chamou Conselho Consultivo, formado com os representantes indicados nas comunidades agrupadas, mais outros voluntários. Aproveitando o momento, os presentes definiram a data de 28 de dezembro de 1990, para a primeira reunião do conselho, com o objetivo de estudar a programação dos passos seguintes.

Assim, a primeira reunião do conselho consultivo, - conforme já estava acertada, aconteceu no dia 28 de dezembro de 1990; - serviu para diversos encaminhamentos, entre os quais discutir sobre *normas de conduta* e demais

questões para o *funcionamento* do mesmo. Foi muito debatida a questão do *papel dos conselheiros*; da necessidade de estarem presentes a todas as *reuniões* convocadas pela coordenação; inclusive da disposição de assumirem, desde a ocasião, novas **compromissos com a coletividade**. Naquele dia, distribuímos *formulários* para serem preenchidos nas comunidades, visando à obtenção de dados para que a EMATER pudesse elaborar o *projeto de viabilidade econômica* para a constituição da cooperativa.

Por decisão dos presentes, a eleição de coordenadores do conselho ficou para o novo encontro, marcado para o dia 15 de janeiro de 1991. Foi elaborada a **lista inicial do conselho consultivo**, composta dos seguintes nomes: Pedro Sandi, Antonio Klobukoski, Anísio Rosa, Bernardo Vergopolan, Malvino Dolinski, Santo Matiola, Leonardo Castro, José Maziero, Antonio Maziero, Genésio Sandi, Valdir Sebben, Alcides Sandi, Osvaldo Dalla Costa, Pedro Woitowicz, Aurélio Sandi, José Matiola, Mário Nalon, Alcides Nalon, Augusto Bertoletti,IVALDO Vergopolan e Pedro Wouk.

Não só a reunião do dia 15 de janeiro, mas muitas outras se seguiram, com *presença e coordenação firme do conselho*.

Os problemas que começavam a surgir eram resolvidos de forma construtiva, por eles próprios, até que um dia aconteceu um fato pitoresco: O conselho, sentindo a necessidade aumentando a cada dia, solicitou que fizéssemos uma **capacitação em cooperativismo**, especial para esse grupo, a que prontamente nos dispusemos; faltava a data, que também foi ajustada; logo após, surgiu uma pergunta, que, na verdade, era mais uma colocação feita pelo Sr. José Maziero, que, falando sério e, ao seu modo, bem de mansinho, disse: “*Será que não dava para fazer uma reunião rápida, de duas horas, e explicar tudo!*?”... Não precisa dizer, que as reações de todo conselho foram imediatas, porque todos imaginavam o que nós iríamos falar, e falamos: Que para repassar o essencial em cooperativismo seria necessário, no mínimo, dois dias, mas, (com medo de cansar os novos voluntários), que para o momento, em um dia, seriam repassados os primeiros conhecimentos; e que continuaríamos em outra oportunidade.

O curso aconteceu no dia 4 de abril de 1991, tendo como palestrista os extensionistas rurais Silvío Tedeu, Diniz Dias D’Oliveira e Nelson Michelotto. Foi um produtivo evento, deixando-nos idéia de excelente aprendizagem, pois a motivação e a capacidade do grupo cresciam juntas. E o Sr. José Maziero não arredava o pé, tamanha era a vontade de aprender.

3 CURSOS RÁPIDOS DE COOPERATIVISMO

O conselho consultivo, *além de agir, demandava* com sabedoria. Assim aconteceu quando teve a idéia de programar **cursos de um dia, para todos os interessados**, levando aproximadamente 18 treinamentos às comunidades. Aliás,

ao final do dia, fornecíamos um *certificado*, que era condição básica *para admissão* na cooperativa, medida que continua, até hoje, sendo prática.

Para realizar este trabalho, aparentemente fácil, foi necessária a programação, por alguns meses, envolvendo a equipe local do município, porque havia outras ações que não poderiam sofrer paralisação.

Nos cursinhos rápidos, contávamos com o apoio de extensionistas de outros municípios, em todos os eventos, com duas finalidades: a primeira, *melhorar a qualidade do evento*, - facilitando aos ouvintes, - e quanto à segunda, *procurando qualificar os extensionistas* dos demais municípios com essa gratificante experiência.

4 ANTEPROJETO DOS ESTATUTOS SOCIAIS

Os dias passavam, enquanto na simpática cidade, com quem quer que se encontrasse, só se falava no projeto assumido pelos bravos colonos. Para muitos, isso ainda ia terminar em nada; mas os que não admitiam esta má sorte, eram mais convincentes e poderosos, porque descobriram a força da união.

Desta forma, as reuniões eram marcadas e realizadas, à medida que os obstáculos fossem aparecendo. A coordenação segura era do próprio grupo, ou seja, do conselho consultivo.

Nesse ritmo, chegou também a hora de discutir os estatutos sociais, depois de alguns debates, a decisão de que uma comissão formada pela maioria do conselho, se reuniria quanto tempo fosse necessário, para elaborar o anteprojeto. Uma vez pronto, o anteprojeto seria analisado pelos demais conselheiros, para, finalmente, ser levado à assembléia.

Muitos modelos de estatutos à disposição e três dias de trabalho em grupos, com uma enorme quantidade de perguntas, foi o suficiente, para que doze representantes do conselho consultivo elaborassem um excelente anteprojeto de estatuto social para uma cooperativa de pequenos agricultores, como eles gostam de expressar e que está em vigência até os dias de hoje.

Um importante detalhe do estatuto da Cooperativa Agropecuária Bituruna Ltda. (COABIL), que acabou sendo aprovado, valoriza sobremodo o agricultor idoso, que, ao completar 65 anos de idade, tem direito a retirar o seu capital integralizado, em 5 prestações anuais, mantendo o capital social mínimo, conforme o estatuto prevê para ingresso de novos sócios. Este precedente é singular, não se encontrando estatutos de outras cooperativas que façam referência a esta forma. O artigo que dá esta condição, também não fere a lei, porque é mantida a exigência de capital mínimo, Os sócios da COABIL têm orgulho dessa medida que, nascida deles, pode ser acolhida por outras cooperativas.

5 ABERTURA PROVISÓRIA DO POSTO DE ATENDIMENTO

Todos os trabalhos seguiam em um ritmo bastante seguro, os próprios agricultores se sentiam capacitados e com expectativa de constituir a cooperativa imediatamente, contudo ainda havia muito o que fazer.

Restava uma parte dos agricultores a serem treinados e, mais que isso, não seria possível a unidade da CODAPAR ser repassada em comodato, uma vez que não existia a pessoa jurídica credenciada, isto é, a organização dos agricultores, que ainda não tinham caráter formal.

Passados alguns dias, na reunião do conselho consultivo, surgiu a brilhante idéia que faltava; existia associação dos agricultores de Santo Antônio do Itatim e circunvizinhanças – AGRISAC, no interior do município, que estava em condições de começar funcionar, bastavam alguns ajustes. A decisão foi imediata, e no dia 7 de agosto de 1991, foi aberto um **ponto comercial dos agricultores**, com o nome emprestado da AGRISAC e um contrato provisório junto à CODAPAR. Nesse momento, as facilidades foram maiores do que se poderia imaginar, com o Estado correspondendo à necessidade de vez que se aproximava a época de plantio, sendo interessante para todos comprarem os insumos, desta vez, de forma grupal.

DA IMPOSSIBILIDADE DE PROTESTO CARTORÁRIO DE CDA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

Edilson Jair Casagrande

Advogado militante junto ao segmento Empresarial, com ênfase na área tributária e comercial; professor de Direito Comercial na Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Chapecó. Especialista em Direito Processual Civil, Doutorando em "*Ciencias Jurídicas y Sociales*" pela "*Universidad del Museo Social Argentino*"

1 INTRODUÇÃO

Tem-se tornado comum que Municípios levem a protesto cartorário certidões de dívida ativa representativas de obrigações tributárias. Contudo, respeitadas as opiniões divergentes, não nos parece legal nem razoável referido expediente.

Objetivando provocar o amadurecimento do debate sobre a questão, submeto à apreciação dos leitores as seguintes considerações.

2 DA INEXISTÊNCIA DA NECESSÁRIA E EXPRESSA PREVISÃO LEGAL

Como se sabe, o ramo do direito público é regido por normas específicas e especiais que estabelecem e regulamentam as relações existentes entre a administração pública e os particulares.

Por assim o ser, e em face do fato de que o agente público, frente à administração pública, está, verdadeiramente, gerenciando o patrimônio e os interesses de uma coletividade, entendeu por bem o legislador constitucional estabelecer normas e princípios que regem tais atos.

Resultou desta preocupação a edição do **art. 37 da Constituição Federal** que estabeleceu não somente normas, mas os fundamentais princípios da **ESTRITA LEGALIDADE E MORALIDADE PÚBLICA**.

Do primeiro resulta a compulsória observância, pela administração, de somente proceder na forma e nos limites previstos, expressamente, pela lei.

Vale dizer, a administração pública somente pode fazer aquilo que está previsto na lei, ao contrário do que se estabelece para as relações de natureza privada, em que tudo pode ser feito a menos que a lei proíba.

Constitucionalizou-se, portanto, o **princípio da vinculação dos atos administrativos**, segundo o qual a origem de todo e qualquer ato do poder público deve estar fundado na lei, válida e eficazmente editada.

É por isso que existe a lei das licitações, o necessário orçamento, atendimento à ordem cronológica de pagamentos e o próprio CADIN, em nível Federal, que registra as pendências dos contribuintes com a fazenda pública federal

e suas autarquias.

No vertente caso, não existe a previsão legal para que a administração pública, no caso Municipal, proceda ao protesto de Certidão de Dívida Ativa originária de suposta obrigação de cunho tributário.

E mais, só não existe, como todo o procedimento fiscal, do lançamento à execução, é rígido e regido por norma específica e especializada - CTN e Lei das Execuções Fiscais -, em que minuciosa e detalhadamente são regrados os expedientes que poderão e deverão ser observados, sob pena de nulidade e responsabilização pessoal do agente envolvido.

Apesar de a própria legislação que trata dos protestos de títulos não se referir às CDA's, fato é que as normas especiais, de natureza tributária, se sobrepõem às de caráter geral, como é aquela.

Esta legislação já confere à administração pública inúmeros privilégios, que vão desde a possibilidade de constituir seu próprio título e o ônus do contribuinte para desconstituí-lo, até o mais absoluto direito de preferências em penhoras e/ou hipotecas.

Contudo, tais normas não prevêem o potencial protesto das CDA's. E assim o é, por mais absoluta lógica.

Com efeito, os mecanismos já disponibilizados pelo legislador à administração são, por si só, eficientíssimos para a satisfação do respectivo crédito.

Seria verdadeira homenagem ao absurdo, a administração pública, que já possuindo expeditos privilégios, recorrer, analogicamente, a institutos do direito privado para, através do constrangimento, buscar a satisfação de seus alegados créditos.

Ora, se não há previsão legal a legitimar o expediente da administração pública municipal, são abusivos e arbitrários os atos respectivos, ferindo, assim, o **princípio da estrita legalidade, moralidade e vinculação dos atos administrativos**.

Mas, a questão vai além, pois, se existem meios expeditos para que a administração faça valer os seus direitos e, por mero deleite e constrangimento, esta se valha de outros, como é o caso do protesto, estamos diante de verdadeira imoralidade e desvio de finalidade do instituto do protesto.

A propósito dos argumentos aqui esposados, segue decisão proferida pelo E. STF:

“A legalidade do ato administrativo, cujo controle cabe ao Poder Judiciário, compreende não só a competência para a prática do ato e de suas formalidades extrínsecas, como também os seus requisitos substanciais, os seus motivos, os seus pressupostos de direito e de fato, desde que tais elementos estejam definidos em lei como vinculadores do ato administrativo.”

1 STF, RDA 42/227 e, no mesmo sentido: TJ/SP, RT 206/114, 254/247 - os grifos são nossos.

2 - Da incompatibilidade do instituto do protesto com obrigações de natureza tributária

Ainda que assim não fosse, merece ser colacionado que existe verdadeira incompatibilidade do instituto do protesto cartorário com as CDA's originárias, sobretudo, de supostas obrigações tributárias.

Com efeito, o protesto cartorário estabelece a publicidade dos atos e fatos submetidos a apontamento, o que implicaria verdadeira quebra do **sigilo fiscal**, sendo que o CTN, em seu art. 198, que possui “*status*” de Lei Complementar, estabelece:

“Art. 198. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão de ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades”.

Apenas por excesso de zelo, cabe colacionar a lição do ilustre tributarista e professor Aurélio Pitanga Seixas Filho², segundo o qual:

“Possuindo a autoridade fiscal o poder de investigar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte para o efeito de exigir o correto pagamento do imposto, deverá resguardar, conseqüentemente, as informações obtidas de qualquer publicidade, tendo em vista que os procedimentos administrativos fiscais não são afetados pelo princípio da publicidade que somente atinge matéria de interesse coletivo ou geral, nos termos do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição de 1988”.

A tal propósito é muito elucidativa a lição do Juiz Federal Antonio Vital Ramos de Vasconcellos:

“Assim, os cadastros criados e mantidos pelos Tribunais Eleitorais, pela Receita Federal e entidades congêneres têm finalidade própria e não podem, por isso mesmo, servir de banco comum de informações para agilizar andamento de processo de execução, pois a simples circunstância de existir feito em tramitação não significa necessariamente existência de interesse público a justificar a adoção da medida excepcional ante o tratamento de rigorosa tutela ao sigilo dos dados, deliberadamente imposta pela atual Constituição”³.

E mais. Não havendo previsão expressa quanto à possibilidade de a administração submeter as CDA's a protesto, torna-se vexatório o meio, ainda que

2 NASCIMENTO, Carlos Valder do. Comentários ao Código Tributário Nacional. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p.495

3 Proteção Constitucional ao Sigilo, in Revista Forense, n.323, jul.-set., 1993, p. 41.

efetivamente exista a dívida, atitude coibida por nosso dígesto penal (§ 1º, do art. 316 do CP).

3 - *Cambial versus CDA e o desvio de finalidade do protesto*

Caso fosse possível vencer convincentemente os argumentos até aqui esgrimados, ainda um restaria a ser combatido.

Não desconhecemos que a CDA é um título executivo, pois assim prevê o CPC e a Lei de Execução Fiscal. Porém, o protesto cartorário, fundado em legislação do direito privado, tem sua causa existencial fundada na necessária filtração das relações de cunho mercantil, saneando e dando estabilidade a tais relações.

O protesto cartorário se presta, assim como está previsto na Lei 2.044, lei do cheque e das duplicatas, tão só aos títulos de crédito de natureza cambiária ou civil/comercial; o que não é o caso da CDA.

Vale dizer: **a CDA não é um título de crédito comercial, nem possui natureza cambiária, logo não é passível de protesto.**

E mais, como bem ministra Fran Martins⁴:

“Direito do Portador, o protesto, entretanto, só poderá por ele ser exercido se existirem causas que justifiquem.”

Assim, no direito comercial, o protesto não se dá por mero deleite do portador do título, mas por uma necessidade, sem a qual não poderia buscar a satisfação plena de seu crédito.

Veja, por exemplo, o art. 44 da Lei Uniforme, que torna necessário o protesto por falta ou recusa do aceite ou falta ou recusa do pagamento e, no caso das duplicatas, o protesto passa a ser necessária prova também da falta de aceite, pagamento ou devolução do título, o mesmo se diga do portador do cheque avalizado, cuja falta de protesto torna ilegítima a ação em face do avalista e, ainda, o necessário e especial protesto para fins falimentares.

Em outras palavras, o protesto, fruto de necessidade das relações comerciais, funciona como uma condição de procedibilidade para o respectivo credor.

Nos casos alinhados, o protesto possui causas justificadoras do procedimento. Qual seria a causa justificadora do protesto de uma CDA, **que não é um título de crédito cambiário, cambiariforme, nem tampouco materializa uma obrigação de cunho comercial e é constituída pela própria administração pública tributária, sem qualquer intervenção do contribuinte, possuindo liquidez e certeza presumida e os mais absolutos privilégios de tramitação processual e preferências creditórias?**

Neste passo, aliás, elucidativa é a lição do Professor Pedro Batista Martins, citada por Rubens Requião, senão vejamos:

“O titular de um direito que, entre vários meios de realizá-lo, escolhe

4 In Títulos de Crédito, 13.ed. Rio de Janeiro: Forense, v.1. p.200.

*precisamente o que, sendo o mais danoso para outrem, não é o mais útil para si ou mais adequado ao espírito da instituição, comete, sem dúvida, um ato abusivo, atentando contra a justa medida dos interesses em conflito e contra o equilíbrio das relações jurídicas.*⁵

Apenas por amor à argumentação, em juízo hipotético de se entender pela possibilidade de protesto de uma CDA, fato é que resta, estreme de dúvidas, o desvio de finalidade do instituto do protesto, que passa a exercer função claramente de coação e arbitrariedade, o que não pode ser admitido em face do **princípio da moralidade administrativa**.

Para restar estreme de dúvidas a questão, colacionamos decisão que cai como uma luva para o caso concreto:

“Certidão de Dívida Ativa. - Protesto de Título. *Certidão de dívida ativa municipal. Por não se tratar de título cambial, não pode o município protestar extrajudicialmente a certidão de dívida ativa, como nos títulos cambiais (Lei n.º 6690.79), mesmo porque desnecessário e injustificável o protesto, só explicável no propósito de exercer coerção sobre o contribuinte, atitude que pode caracterizar abuso ou arbitrariedade do Poder Público. Apelação improvida pelos fundamentos do parecer da Dra. Procuradora de Justiça e confirmada a sentença em reexame necessário.*”⁶

No mesmo sentido:

“Ações Anulatórias de Certidão de Dívida Ativa e Cautelar de Sustação de Protesto. - Mesmo improcedente a ação principal, procede a pretensão cautelar de ver sustado em definitivo o **protesto** da CDA porque, não sendo cambial, o único **protesto** de que pode ser objeto é aquele definido e para os fins preconizados na Lei de Falências (art. 10, 1 e 2). Se duvidosa a legitimidade da Fazenda Pública para requerer, falência por **dívida fiscal**, é certo que só o devedor comerciante pode figurar no pólo passivo.

Apelo parcialmente provido.

Protesto desnecessário e que se constitui em abusivo meio de coerção.

Sustação definitiva.

*Procedência da ação cautelar.*⁷

Destarte, s. m. j. , entendo não assistir razão à pretensão de se ver protestado CDA de origem tributária.

5 “In” *Curso de Direito Comercial*. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1992. 2 v. p. 363.

6 TARS - AC 191.163.856 - 1ª CCiv. - Rel. Juiz Juracy Vilela de Sousa - J. 16.06.1992 - os grifos são nossos.

7 Decisão do Tribunal da Alçada do Rio Grande do Sul - Recurso APC; Número 194245197; 17.08.1995; Órgão: Segunda Câmara Cível; Relator: Geraldo Cesar Fregapani; Origem: Santa Maria.

COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PORTO VITÓRIA

Célia Mariene Kampmann Ramos

Professora de História no Ensino Fundamental e Médio em Porto Vitória - PR, Graduada em História e Especialista em História Social, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI

1 INTRODUÇÃO

Os imigrantes europeus não se dedicaram somente à vida de lavradores.

Eles também se estabeleceram em áreas urbanas, notadamente nas grandes cidades.

No Sul do Brasil, havia muitos artesãos, refugiados políticos, professores, profissionais liberais, jornalistas e alguns cientistas. Estes imigrantes entraram no Brasil na condição de colonos e poucos se dedicaram à agricultura. Os que não se dedicaram à colonização e labuta na terra, ficaram nas cidades e foram responsáveis pela urbanização, industrialização e cultura.

Os imigrantes alemães tornaram-se pequenos empresários; alguns, grandes empresários, tanto que, eles dominaram a direção de olarias, cutelarias, cervejarias, fábricas de fósforos, cola, fabricação de móveis, tecelagem e fiações, desde o início deste século, além do comércio acentuado de produtos agropecuários. No comércio, destacam-se também os imigrantes sírio-libaneses e os italianos. Os portugueses, por sua vez, dedicaram-se, principalmente, ao comércio, em padarias e açougues, ou ainda, aos restaurantes e bares, hoje lanchonetes. O ramo hoteleiro é associado aos imigrantes de origem espanhola. O comércio ambulante, aos famosos “mascates”; foi liderado pelo imigrante sírio-libanês, denominados de um modo geral, como “turco”. Porém, turco, propriamente dito, foram poucos que imigraram ao Brasil. Já, o ramo da construção civil foi dominado por imigrantes italianos.

Na formação das classes sociais brasileiras, muitos imigrantes e seus descendentes constituíram a classe média, outras, a classe alta da sociedade, permanecendo nessa classe até os dias de hoje.

No Sul do Brasil, os colonos imigrantes de maior poder econômico foram e ainda são, os italianos, alemães, poloneses, japoneses (Norte do Paraná), ucranianos e russos. Alguns suíços também se sobressaíram, principalmente na indústria dos derivados do leite, juntamente com os holandeses.

O imigrante europeu, sinônimo de trabalhador, participou, em muito do progresso de nossa nação, principalmente no Sul do Brasil que, devido a seu clima, fez com que essa união de raças nele se dedicasse, trazendo o progresso para o país e suas famílias. (SEYFERTH, 1990)

2 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PORTO VITÓRIA

Porto Vitória, em 1907, era parte da Fazenda Santa Maria, de propriedade do Capitão Francisco Azevedo Müller e o General João Neiva de Lima que, aos poucos, foram vendendo lotes para os colonos vindos do Rio Grande do Sul, principalmente alemães que queriam trabalhar na lavoura. (RIESEMBERG, 1973)

Já, as colônias Amazonas e São Nicolau pertenciam a alemães natos ou descendentes. Na colônia Amazonas residiam os Schwartz, os Schneidermüller, os Neumann, os Olinger, os Matzembacher. A colônia São Nicolau tinha um grande proprietário, o Sr. Germano Pohl, com uma área de (210) duzentos e dez alqueires, que foi dividida em lotes de (10) dez alqueires, num lote total de (21) vinte e uma pequenas áreas de terras. Nessa área e nessa colônia residiam, além do proprietário, os Kampmann, os Beeres, os Trebin, entre outros. Todos estes proprietários se dedicaram à exploração agrícola.

O Sr. Carlos Beeres, também morador na colônia São Nicolau, além de agricultor era carpinteiro, construindo casa onde necessário fosse. A fazenda Santa Maria foi sendo vendida por seus proprietários a outras pessoas que lá se estabeleceram. Assim, outras pessoas originárias da Alemanha também passaram a residir e trabalhar em Porto Vitória. Em algumas dessas terras, onde residia Otto Bayer, foram encontrados ossos de um megatério (animal pré-histórico). Suas terras distavam apenas cinco quilômetros da sede da cidade. O Sr. Miguel Schmidt foi mecânico de motores das embarcações que trafegavam no Iguaçu, trajeto de Porto Vitória a União da Vitória. O Sr. Evaldo Jüngermann, era mecânico de embarcações e construtor de aparelhos para motores movidos a gasogênio, pois, no decorrer da 2ª Guerra Mundial, a gasolina e seus derivados foram racionados e, para dar prosseguimento as viagens, o combustível era o carvão de lenha.

Outro descendente germânico que promoveu o progresso de Porto Vitória foi o Sr. José Scheid que, levando em conta o tráfego de embarcações que tanto transportavam carga como passageiros, na parte navegável do Rio Iguaçu, isto é, de Porto Amazonas até Porto Almeida, localidade vizinha a Porto Vitória, montou um estaleiro para a construção desses vapores. Essa atividade teve prosseguimento através de seu filho, José Orlando Scheid, que fabricava as embarcações e também era mecânico para conserto delas. Foi uma época de grande progresso para a localidade, na época, pertencendo a União da Vitória. O Sr. Pedro Scheid, homem das lidas lavouras e construtor de moinhos e pontes, foi o responsável pela primeira ponte ligando União da Vitória a recém-fundada cidade de Porto Vitória, esta sobre o Rio Espingarda, logo abaixo da cachoeira. Os Von Müller Berneck tinham uma casa de comércio, uma queijaria de beneficiamento do leite, empregando muita mão-de-obra. Toda sua produção era exportada para grandes centros consumidores. Essa empresa foi um dos estímulos do progresso de Porto Vitória. Além desses bens possuíam uma embarcação de nome Olinda.

Na sede, os primeiros moradores que residiam foram: os Ritt, Lenz, Gaebler, Gärlach; e a família de Pedro e Elisabeth Sulzbach, isto em 1917. Vieram de Lageado, Rio Grande do Sul, com dez filhos e depois, em Porto Vitória, nasceram mais três filhas, das quais, mais tarde, duas passaram a fazer parte da família Kampmann. Pedro Sulzbach contribuiu na construção da primeira e segunda matriz de São Miguel Arcanjo e da qual foi ativo participante do culto religioso, aos domingos. Grande evento ocorreu em 1945, quando das bodas de ouro do casal Sulzbach, em que grande parte da comunidade esteve presente, inclusive Henrique Kampmann e esposa, o patriarca da família.

Os Lenz e o Sr. Pedro Sulzbach foram os que construíram a primeira casa de alvenaria em Porto Vitória. Entretanto, um dos que teve mais destaque no desenvolvimento local foi o Sr. Reynaldo F. Gaebler, que foi proprietário da primeira serraria de Porto Vitória, no Rio Jangada, onde hoje se encontra a indústria do Dr. Domit. Posteriormente, fundou na vila propriamente dita, uma serraria, onde atualmente se encontra a madeireira Irmãos Kampmann, uma casa comercial em que se podia adquirir de tudo que fosse necessário para a população e uma fábrica de bebidas; não bastando isto, com embarcações de sua propriedade, como a majestosa - Glória de Santa Bárbara - montou sua própria empresa e navegação fluvial.

Com o transporte fluvial, Porto Vitória passou a ser um centro de comércio, em que as pessoas de outros lugares (Bituruna, Cruz Machado, Santo Antônio, Augusto Loureiro, etc.) dirigiam-se a cavalo para União da Vitória, exigindo, assim, atividades hospedeiras, destando-se Adolfo Horstmann e Alfredo Meinerz. Essas propriedades, mais tarde, foram adquiridas por Alfredo Linzmeyer e Henrique Kampmann (Filho). (KAMPAMNN, 1999)

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. KAMPAMANN, Guilherme. Entrevista concedida a Célia Mariene Kampmann Ramos. Porto Vitória, 22 jan. 1999.
2. RIESEMBERG, Alvir. A instalação humana do Vale do Iguaçu. Curitiba: Grafipar, 1973.
3. SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: UMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Cristiano Augusto Ramos

Advogado, Graduado e Pós-graduado em nível de especialização em Direito Penal e Processual, pela FURB, Blumenau-SC.

1 INTRODUÇÃO

O fim do direito é a paz, o meio de atingi-lo, a luta. Enquanto o direito tiver de contar com as agressões partidas dos arraial da injustiça – e isso acontecerá enquanto o mundo for mundo – não poderá prescindir da luta. A vida do direito é a luta – uma luta dos povos, dos governos, das classes sociais, dos indivíduos.

(IHERING, 1978, p. 10)

A idéia predominante é que a vida é o bem mais importante dentre todos os bens que o homem possa possuir. Assim, seguindo esta premissa, concluímos que qualquer atentado contra ela implicará uma valoração maior.

O presente artigo decorre do retorno ao debate nacional das questões referentes à violência institucionalizada, em que a pena de morte e diversos casos de tortura são registrados e divulgados em nosso sistema carcerário, em plena chegada do novo milênio.

Assim, foram analisados diversos aspectos concernentes à execução penal no país, com destaque à violência praticada em determinados presídios, ressaltando o verdadeiro e cruel estado prisional existente.

2 NOÇÕES GERAIS

A título de curiosidade, a pena de prisão teve sua origem nos mosteiros da Idade Média, como punição imposta aos monges faltosos, fazendo com que eles se encontrassem às suas celas, para se dedicarem, em silêncio, à meditação e se arrependem da falta cometida, reconciliando-se assim com Deus.

Desde os tempos mais remotos os criminosos nunca tiveram direito de espécie alguma. Eram todos tratados sem dó nem misericórdia. Ladrões recebiam uma marca, a ferro em brasa, para ficarem conhecidos por toda a sociedade, enquanto vivessem, que haviam delinqüido; os que caluniavam, difamavam ou injuriavam, tinham a língua cortada; mulheres adúlteras ora eram mortas a pedradas,

ora afogadas.

Esquartejamentos, mutilações, olhos arrancados, torturas terríveis, mortes na fogueira. Na verdade, o condenado ficava remando, durante anos, e quase sempre morria antes de cumprir o tempo de pena.

Ao estudarmos sua historicidade, constatamos que só a partir da segunda metade do século XIX e princípios do séc. XX, começou a surgir uma nova concepção na Execução Penal, e o preso passou a ser encarado como ser humano que é.

Atualmente, graças a vários movimentos internacionais, e uma verdadeira tomada de consciência, o preso deixou de ser objeto do Direito Penal para tornar-se pessoa do Direito Penal.

Qualquer um que acompanha o dia-a-dia dos noticiários sabe a profundidade da crise no sistema prisional do nosso país – cadeias superlotadas, mal administradas, desprovidas de recursos, e em quantidade muito inferior às necessidades.

Ocorre que o nosso país vive intensamente a contradição entre as regras do sistema positivo e o seu descumprimento crônico. A primeira Constituição (1824), promulgada pelo Imperador Dom Pedro I, já declarava: as “*cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes.*” (art. 179, XXI).

3 SISTEMA PRISIONAL

Ao analisarmos a situação carcerária brasileira, chegamos à conclusão de que os reeducandos vivem em constante estado de tortura, tanto moral como física. A perda da liberdade não acarreta a supressão de múltiplos direitos naturais e sociais que decorrem da própria condição humana.

Encontramos, no Brasil, uma caótica realidade que adentra as muralhas dessas fábricas de delinquentes e cuja verdadeira situação é desconhecida pela maioria da população, que coloca a pena como forma de vingança social àquele que cometeu determinado delito.

Porém, segundo mandamento constitucional, este preso esquecido, afastado da família, do trabalho, submetido a tratamentos inadequados, retornará à sociedade, um dia, ainda pior e a causar, certamente, males maiores a essa mesma sociedade. Infelizmente, nossas autoridades insistem em virar as costas ao problema carcerário.

Nossas prisões tornaram-se indústrias da tortura e da morte, pelo seu abarrotamento de presos, levando à tortura, crueldade e, com certa freqüência, à morte, especialmente via “AIDS”. Segundo FOUCAULT (1997, p. 214) “*A prisão, essa região mais sombria do aparelho da justiça(...).*”

Destarte, não tem nenhum sentido pagarmos caro para transformar, nos presídios que temos, jovens e primários em criminosos violentos.

“Hoje, não se ignora que a prisão não regenera nem ressocializa ninguém: perverte, corrompe, deforma, avilta, embrutece, é uma fábrica de reincidência, é uma universidade às avessas onde se diploma o profissional do crime.”[grifo nosso]. (SILVA, 1991, p.33).

“Hoje, condenar alguém ao presídio, é condená-lo à morte” (CARVALHO, 1994, pp. 12-13).

Colocar alguém em uma cadeia pública ou penitenciária é sinônimo de transferi-la para uma faculdade de crimes, em que, pelo tempo que esta pessoa permanecer presa, poderá sair “*pós-graduada.*” (RAMOS, 1999, p.82).

De todas as considerações feitas, chega-se à conclusão de que o encarceramento do homem não o melhora, nem o aperfeiçoa, nem corrige a falha cometida, nem o limpa de culpa para um retorno à vida da sociedade que ele perturbou com sua conduta delituosa. (SILVA, 1991, p.40).

Na verdade, a prisão *“tem que coletar permanentemente do detento um saber, que permitirá transformar a medida penal em uma operação penitenciária: que fará da pena tornada necessária pela infração, uma modificação do detento, útil para a sociedade.”* (FOUCAULT, 1997, p. 210).

4 LEGISLAÇÃO

Nossa Constituição de 1988 dedicou várias disposições referentes à proteção dos direitos da pessoa presa. Não há, portanto, lacuna legislativa no panorama dos direitos humanos do presidiário.

O direito é algo que passa e deixa sua marca, eternamente gravada na memória do tempo. *“A lei caminha sobre foguetes, quando protege os poderosos; rasteja sobre lesmas, ao dirigir-se aos necessitados.”* (BASTOS, 1998, p. 30).

Agora, parafraseando o eminente autor Edilberto de Campos TROVÃO (1995, p.21), a restrição da liberdade, por meio de uma norma penal é fundamental para que a sociedade possa viver em harmonia; o homem não pode ser totalmente livre, sob pena de a sociedade não ter condições de sobrevivência. É preciso que sejam criadas normas para esse convívio em sociedade.

Deve-se limitar a ação ou omissão do destinatário da norma penal, restringindo, conseqüentemente, a sua liberdade. Seja através das penas privativas de liberdade ou alternativas.

“É muito importante que a execução penal, em qualquer circunstância, consiga despertar a consciência do condenado para o prejuízo que ele causou

à sociedade e, particularmente, à vítima, ainda que ele não venha intimamente a sofrer os prejuízos materiais e morais oriundos do seu ato." (OLIVEIRA, 1996, p. 292).

A Lei de Execuções Penais brasileira é considerada uma das mais avançadas no mundo e, se fosse cumprida rigorosamente, proporcionaria a reeducação e a ressocialização de uma boa parte da população carcerária atual.

Mister se faz ressaltar que a presente lei tornou-se utópica, não passa de letra morta em vários pontos, como, por exemplo, separar presos por tipos de crimes, excelente no papel; porém não se consegue nem separar os presos provisórios dos já condenados definitivamente, sem contar a falta de espaço para acomodar os presos, e em regiões, como São Paulo, o preso precisa ser amarrado às grades, pois não existe espaço físico no chão nem para colocar os pés, muito menos para deitar e dormir.

Um estudo feito pela Pastoral Carcerária de Igreja Católica de São Paulo constatou que o preso tem uma média de 33 cm² - de área, enquanto que nossa Lei de Execução Penal preconiza uma área de 6m² (art. 88, parágrafo único, letra 'b'); isso sem falar nas deficiências intrínsecas como os atentados sexuais, a falta de ensino e de profissionalização e a carência de funcionários especializados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da pena percorreu longo caminho até chegar ao estágio atual, com o reconhecimento de que a sua aplicação não pode ultrapassar ou violar os Direitos Humanos, consagrados, expressos e compendiados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

Denota-se que, cada época criou suas próprias leis penais, utilizando os mais variados métodos de punição, que vão desde a violência física até a aplicação dos princípios humanitários que apostam na recuperação e reintegração dos delinqüentes na sociedade.

Infelizmente, torna-se notável a correspondência entre o preso e o pobre, ambos destinados, ou no cárcere ou no meio social, por formas sutis e veladas de extermínio, à exclusão definitiva, enquanto se apregoa na Constituição que "*todos são iguais perante a lei(...)*," e que "*não haverá pena de morte*", bem como "*ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante*" (Art. 5º, *caput*, inc. XLVII, letra 'a' e III).

Nota-se o desprezo das autoridades para com as condições objetivas de encarceramento digno, bem como o tratamento desumano; uma verdadeira tortuosidade restrita a muros e grades, além da crescente corrupção de agentes despreparados, provocando rebeliões, mais violência e promiscuidade. Neste

aspecto, a convivência prolongada com a malandragem, a falta crônica de dinheiro e a própria burocracia da Justiça brasileira fermentam o caldo da corrupção.

Enfim, o ambiente prisional brasileiro, em regra, é muito mais propício ao desenvolvimento de valores nocivos à sociedade, do que de valores e condutas benéficas. Desse modo, podemos afirmar que a prisão fabrica sua própria clientela, que retornará, futuramente, em grande escala, bastando a verificação de nossos altos índices de reincidência.

Os crimes, como sabemos, são comportamentos ilegais que agredem direitos de outros indivíduos ou o bem-estar coletivo, daí o direito de o Estado reter todas as razões morais possíveis para punir os criminosos

Assim sendo, a pena é necessária como prevenção geral, sendo um alerta para os demais; é um meio de recuperar o criminoso, quando aplicada como tratamento, mas nunca como tem sido aplicada em nosso sistema prisional, em que o condenado cumpre a pena na mais completa ociosidade e promiscuidade.

Mister se faz ressaltar a importância de minimizar os efeitos degradantes do cárcere, na esperança, ainda acesa, de que o homem pode, em sua maioria, ser recuperado, porém não num sistema carcerário em que a violência esteja institucionalizada.

Devemos partir rumo a uma política criminal séria e competente, disposta a combater os malefícios da prisão, transformando as prisões em verdadeiros centros de recuperação, com a devida infra-estrutura, com funcionários especializados e equipados, dirimindo e melhorando, ao menos em parte, esta grave crise prisional.

Resta o alerta para que todos se conscientizem, em especial quem trabalha ou trabalhará com o Direito, que há necessidade urgente de se buscarem mecanismos para uma adequada aplicação de nossos normativos legais, máxime a Lei de Execução Penal.

Atualmente, pouco se faz nos Estados, por exemplo, para diminuir a superlotação e conseqüente violência nos centros de detenção; quando a simples construção de colônias agrícolas, industriais ou similares, viriam, em parte, fornecer perspectivas de melhora em todos os sentidos: humanitário, econômico, psicológico, educacional e social.

Verificamos que o Direito Penal moderno revela a preocupação, através de seus aplicadores, em considerar com polidez e senso mais humanitário os criminosos. Não frisando o castigo dos mesmos, mas sua recuperação, a fim de reintegrá-los à sociedade, obedecendo aos mandamentos legais - à própria dignidade humana.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASTOS, João José Caldeira. Curso crítico de direito penal. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.
2. CARVALHO, Amilton Bueno de. Direito alternativo: um caminho para a justiça acima das leis. Revista Mundo Jovem. São Paulo, p. 12-13, maio/1994.
3. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 16.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
4. IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. Rio de Janeiro: Rio, 1978.
5. KUEHNE, Maurício. Lei de execução penal anotada. Curitiba: Juruá, 1999.
6. NETO, Cândido Furtado Maia. Direitos humanos dos presos. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
7. OLIVEIRA, Edmundo. Política criminal e alternativas à prisão. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
8. RAMOS, Cristiano Augusto. Apontamentos sobre tortura e pena de morte. Revista Jurídica da Universidade Regional de Blumenau. n. 3, p. 77-84, II Semestre/1999.
9. SILVA, Evandro Lins *et al.* Sistema penal para o terceiro milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
10. TROVÃO, Edilberto de Campos. Reflexões de um aprendiz de promotor de justiça no tribunal do júri. Curitiba: JM, 1995.
11. VARELLA, Drauzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

A SOCIEDADE UNIÃO AGRÍCOLA-INSTRUTIVA

Amélia Teresa Zabendzala Giraldi

Professora de História, Ensino Fundamental e Médio, Especialista em História Social, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI.

1 INTRODUÇÃO

Ao buscar a história da sociedade União Agrícola-Instrutiva, (U.A.I), de União da Vitória buscou-se também a história não só do crescimento do município como, também, a história, de um povo, no contexto da história do Brasil.

Observou-se que os imigrantes, em geral, procuravam reservar-se em seus núcleos, apesar de haver, em alguns casos, a mistura de raças, inclusive com o brasileiro. Considerando todas as dificuldades encontradas para permanecer com dignidade na terra que escolheram, ou a que foram conduzidos, criavam alternativas, em seus próprios núcleos, para que pudessem preservar alguns valores étnicos, bem como assegurar ou favorecer às gerações seguintes mais tranquilidade.

Assim, a sociedade foi uma dessas alternativas, estando a ela também ligados: a imprensa, a escola, a biblioteca e todo o movimento social, político e econômico da vida dos Ucrânicos no município, mantendo vivas as suas tradições.

2 CLUBE UCRANIANO BRASILEIRO

Diretoria Atual:

Presidente de Honra: João Mitzko

Presidente: João Sliwinski Primo

Vice-Presidente: Gerson José Snheszak

Tesoureiro: Clemente Jackiw

2º Tesoureiro: Severo Boiko

Secretário: Luíz Caznok

2º Secretário: Lourdes Parastchuk

Departamento Social: Davi Drosdoski e Geni Nicolaiev

Departamento de Esporte: João Marcos Hunhevicz

Departamento de Patrimônio: Celso Drosdoski

Departamento de Coreografia: Maria Margarete Dileski, Daniel Sliwinski,

Fernando Snheszak, Cláudia Luciana Treuke

Departamento Cultural: Waldomiro Vodiani

Departamento Jurídico: Dr. Eugênio Covalchuk Primo

Relações Públicas: Antonio Cândido Lopes Pinheiro

Conselho Fiscal: Sérgio Jackiw - Presidente e José Pedro Waldck - Vice Presidente

Membros: Waldemar Juraszek, Luíz Fernando Mitzko, Luiz Lúcio, Maurício Kornyluk, José Jackiw, Dionízio Repukna e Antônio Kczyszyn

Departamento Feminino: Hermínia Sliwinski e Lindair Jackiw

Membros do Departamento: Amélia Madalena Pinheiro, Célia Juraszek, Maria Boiko, Angela Jackiw, Zilda Mitzko, Maria Kominski, Janete Marunhak, Natalia Drosdoski, Izabel Bileski, Emília Sliwinski, Estefânia Vodiani, Nádía Lúcio, Verônica Lúcia, Eugênia Hunheviz, Maria Charnoski, Eva Furtak, Teodora Seroíska, Cléa Mitzko, Cláudia R. Walck Vodiani e Tecla Jackiw.

3 COMO SURTIU A SOCIEDADE

Era o ano de 1921, em União da Vitória, alguns cidadãos ucranianos reuniram-se para conversar, sobre política e outros assuntos de interesse da sociedade.

Pedro Mazurechem e André Lhubei trabalhavam com beneficiamento de couro; Basílio Letvinski vendia e consertava sapatos; João Kuritza lidava com hotel e era padeiro; Miguel Tchaikowski possuía frota de carroções e João Kutchma era alfaiate e comerciante. Certa noite, depois do trabalho, entre conversas, como de costume, surgiu a idéia de criar na cidade um “tovarestvo” (comunidade), justificando-se o fato de que as famílias ucranianas estavam alheias à vida comunitária, com risco até de perder a sua identidade.

A partir daí, as conversas tomaram outro sentido, e no dia quatorze de agosto de mil novecentos e vinte e um, lavrou-se a primeira ata da sociedade, registrando-se, assim, sua fundação, que teve como presidente Pedro Mazurechem e 1º tesoureiro André Lhubei.

O ponto de partida seria como construir a sociedade, o imóvel. Planejavam sua construção, mas precisavam de doações. Segundo a ata nº 1, todos concordaram em doar cem mil réis para aquele fim; alguns ofereceram mais:

Alexandre Charavara - doou 600m² de terra

João Kuritza - doou 300 mil réis

André Lhubei - doou 300 mil réis

Pedro Mazurechen - doou 300 mil réis

Basílio Javorskei - doou 100 mil réis

João Kutchma - doou 100 mil réis

Procópio Klevetz - doou 100 mil réis

Felipe Tereska - doou 100 mil réis
 Miguel Tchaikowski - doou 100 mil réis

Para esta primeira reunião foram convidadas 16 pessoas, que ao final, elegeram a primeira diretoria:

Presidente - Pedro Mazurechen
 Vice Presidente - João Kutchma
 Secretário - Estevão Kobelanski
 1º Tesoureiro - André Lhubei
 2º Tesoureiro - João Kuritza
 Conselho fiscal - Alexandre Charavara, Gregório Flessak e Felipe Tereska

4 SOBRE SUA FUNDAÇÃO E TRAJETÓRIA

Analisando a primeira ata, constatou-se que a data de fundação foi 14 de agosto de 1921. No entanto, BURKO (1963, p.83) coloca que sua fundação ocorreu em 1922 e Cleto da SILVA (p.157) precisa a data em 3 de março de 1922, “a três de março de 1922, é fundada na cidade de União da Vitória, a sociedade Ukraina “Hromada”, sendo seu presidente João Kuritza (...). Em 1924 funda-se em União da Vitória, a sociedade União Ukraina no Brasil, sendo seu primeiro presidente Sérgio Zanski e secretário Pedro Mazurechen”.

Pedro Kutchma, filho de João Kutchma, em fevereiro de 1996, escreve um relatório de acontecimentos da História da Sociedade, em que afirma que a idéia, realmente, surgiu em 1921, e que a sociedade “Ukraina Hromada”, que significa Coletividade Ucraniana, iniciou sua construção de madeira, em 1922, e concluiu em 1923, e que as reuniões, até então, eram em sua casa.

O prédio nem havia sido construído, e já fora convertido em filial da União Ucraniana do Brasil, fundada em Dorizon e Municípios vizinhos.

Segundo o estatuto de 1992, no seu art. 1º, p.1, a sociedade foi fundada em 07 de julho de 1922, no atual distrito de Dorizon, município e comarca de Mallet, sob a denominação de “UNIÃO UCRAÍNA DO BRASIL”, transferiu-se para Curitiba no ano de 1934, incorporando ao seu acervo o patrimônio e os sócios da sociedade Tará Chewtchenko, fundada no ano de 1938, passou a denominar-se “UNIÃO AGRÍCOLA-INSTRUTIVA” - “UAI”, incorporando, em 13 de maio de 1939, ao seu acervo, o patrimônio e os sócios do “CENTRO UCRAÍNO DE CURITIBA”.

Conta Pedro Kutchma que, devido à partilha do território ucraniano nas décadas de vinte e trinta, alguns intelectuais saíam da Ucrânia na primeira oportunidade que houvesse. Foi assim, então, que chegou à cidade o fundador da União Ucrânia, em União da Vitória.

Petró Karmanskey (P.K.), apresentou-se como enviado da Ucrânia, com a missão de arrecadar fundos de ajuda ao Tesouro Ucraniano, para as vítimas da guerra.

Por todos os locais onde passou foi bem recebido, e quanto às doações davam-lhe o último que tinham. Se as mesmas eram para o fim por ele colocado, nunca se ficou sabendo (relatos também encontrados em seu livro sobre sua visita no Paraná e Santa Catarina).

Permaneceu na região por sete meses, viajou para a Argentina, voltou para o Brasil; em dezembro regressou para Viena e no ano seguinte retornou ao Brasil, em caráter permanente, fixando-se em União da Vitória.

Durante o tempo que ficou no Paraná, em Dorizon, fundou a União Ucraniana do Brasil, que não prosperou. Inicialmente, para ele, foram momentos de grande satisfação e realização.

Quando voltou para o Brasil, em 1923, incluiu-se ao grupo, formando em União da Vitória, de 1921 a HROMADA, que ainda não se havia estruturado. Assumindo a direção, intensificou o trabalho, convocando uma assembléia, da qual participaram delegados de todas as comunidades, agricultores, comerciantes, industriais, profissionais liberais. E, assim de, HROMADA, passou a UNIÃO UCRANIANA NO BRASIL, filial de União da Vitória, uma vez que a matriz estava em Dorizon.

A primeira meta a ser alcançada a partir daí, seria ter um jornal porta-voz do povo ucraniano, em que as matérias seriam de interesse exclusivo da coletividade; seria neutro quanto às convicções religiosas e políticas dos associados, excluindo somente o comunismo ateu.

Após a gráfica montada, a tiragem do jornal assegurava a assinatura de 2000 exemplares. Neste período estava sendo construída uma hidrelétrica, num dos afluentes do Rio Iguaçu, o que veio beneficiar o aumento da tiragem, visto que o motor da impressora precisava de muitos homens para movimentar sua manivela, homens voluntários da fábrica de couro e de uma ferraria, que, após sua jornada de trabalho, iam para a gráfica garantir o trabalho do dia seguinte.

Assim criou-se “O Lavrador Ucraniano” que era enviado semanalmente aos seus assinantes. Em seguida, fundou-se a Editora “Lidia”, cuja finalidade era editar obras de autores ucranianos radicados no Brasil. Segundo relata Waldemiro Mazurechen, foi o primeiro jornal autenticamente anticomunista no Brasil, pois naquela época divulgava e combatia as barbaridades e carnificinas praticadas sistematicamente pelo bolchevismo comunista na URSS (União Soviética).

O Lavrador só entrou em decadência, ficando a tiragem reduzida pela metade, devida a divergências de opinião do dirigente do jornal “O Lavrador”, P.K., e os padres responsáveis pelo jornal “Pracia”. Ficou difícil para a comunidade, uma vez que consideravam os padres pessoas simpáticas. Em contrapartida, P.K. foi considerado radical como dirigente, no sentido de que um líder deve saber contornar divergências.

Com o afluxo de novos imigrantes procedentes da Ucrânia, três destes, solteiros, vieram contribuir para que a sociedade desse novo impulso a suas atividades. Eles promoveram e participaram de representações teatrais, sessões cívicas, comemorativas de datas nacionais e outros eventos culturais.

Quanto ao colégio secundário, a previsão era para início de 1925. Com trinta e dois alunos entre internos e externos, o corpo docente compunha-se de três professores, cada um com três ou quatro disciplinas.

Autoritário, P.K., além de diretor, lecionava Ucraino (facultativo), História da Ucrânia e idioma Alemão, obrigatório nos cursos secundários. Estevão Kobelanski lecionava geografia, aritmética, francês e contabilidade e o professor Brito, diretor do Grupo Escolar “Professor Serapião” lecionava Português, História da Pátria e História Universal.

O prédio da sede de alvenaria da União Ucrânica do Brasil, em Porto União, no ano seguinte, ficou pronto. Assim, o jornal e a escola foram transferidos para lá, na tentativa de o governo reconhecer o colégio oficialmente; porém isso não ocorreu, vindo o colégio a fechar suas portas em 1928.

Devido ao gênio impulsivo e obstinado, P.K., que se indispôs com muitos associados e membros da diretoria, criou uma situação insustentável no seio da sociedade. Ele foi obrigado a mudar-se para São Paulo, em Rancharia, onde tentou fundar uma colônia Ucrânica, porém não teve êxito. Voltou à Europa, aderindo ao comunismo.

O nome de P.K. aparece em ata, pela primeira vez, em trinta de março de 1924, como sócio admitido.

A deliberação da mudança de sociedade “Hromada”, para “União Ucrânica do Brasil” ocorreu na reunião extraordinária de 10 de setembro de 1922. “Deliberou-se mudar o nome da sociedade para Sociedade Ucraina no Brasil” (Ata 10/09/1922).

Em 10 de outubro de 1926, aparece outra deliberação. “Deliberou-se também que todas as filiais da sociedade “Ucrainska Hromada” passarão a ser filiais da União Ucrânica no Brasil, e para isso os estatutos deverão ser atualizados.” (Ata 10/10/1926)

Acredita-se que por falta de esclarecimentos sobre como redigir atas, até a década de cinquenta, mesmo deliberada a mudança de nome, estes não usam “União Ucrânica do Brasil e sim: “Ata da reunião da diretoria do clube “Ucrainska Hromada”. (Ata 10/09/1933)

A mudança posteriormente para União Agrícola-Instrutiva ocorreu, segundo o estatuto de 1922; em 1938, passou a denominar-se “União Agrícola Instrutiva”, com sede em Curitiba; as filiais devendo seguir o mesmo estatuto.

Segundo Ata nº 17, de 18 de janeiro de 1997, ocorreu proposta para nova mudança do nome para Clube Ucraino Brasileiro, que, a partir de então, está sendo usado desta forma.

Como UAI, o grupo folclórico de teatro e dança se apresenta em várias

regiões do Paraná, Santa Catarina e outros Estados, promovendo não só a cultura, como o nome da sociedade ucraniana.

Se inicialmente o clube se preocupava com assuntos superficiais como: construção, chaves e limpeza, aos poucos, irá estabelecendo normas, mesmo que intrínsecas ao discurso, como o futuro da escola e do jornal. No decorrer dos anos, demonstram preocupar-se com questões sociais, e até políticas, no sentido de perceber a importância de seus representantes em assembléias na matriz, por exemplo.

A partir dos anos 60, aparece maior organização, desde a ata em si, estabelecendo os assuntos a serem discutidos até o resultado das ações.

Em 1961, criou-se o Banco Agrícola da UAI, que foi reconhecido pelo Banco do Brasil; incentivou-se e promoveu aos associados, a naturalização para os que não haviam conseguido; criou-se o CLEM (Organização Feminina, Centro Lútero Esportivo Mocidade) e o clube de campo, bem como incentivo aos agricultores em Curitiba.

5 OBJETIVOS DO UAI

Com certeza, o principal objetivo da UAI sempre foi a preservação da cultura e das tradições. Desde sua fundação e segundo as atas, é repetitiva a questão da tradição e cultura, muito especialmente, nos dez primeiros anos.

Segundo o estatuto de 1952, já como UAI, esta vem reforçar a cultura e a tradição através de seu objetivo que é “O desenvolvimento moral, cívico, intelectual, agrícola e técnico dos seus associados em geral, bem como a integração de seus sócios naturais da Ucrânia na coletividade brasileira. Entendendo que o agricultor ou que as causas da agricultura seriam prestigiadas pelo clube,”

Para que a sociedade conseguisse tais objetivos, a mesma se propõe a:

a) que tanto a matriz como as filiais tenham a mesma finalidade, elas devem estar atreladas, ajudando-se mutuamente; bem clara esta questão, os associados conseguem trabalhar pelo bem comum, e esta relação é bem colocado nas atas, quando regularmente arrecadam fundos para qualquer ajuda solicitada pela matriz, bem como pedem ajuda, quando precisam, e as recebem.

b) organizar os agricultores, operários, técnicos e profissionais liberais, intuindo-os nas idéias da comunhão nacional, no cooperativismo, no progresso agrícola e técnico e no aperfeiçoamento em todos os ramos de suas atividades, para, dessa forma, se tornarem fatores, da prosperidade e do progresso nacional;

Há relatos de empréstimos de alguns bens do clube, para outros clubes, de sócios, por parte da igreja e outros, os ucranianos sempre foram agradecidos por estar nesta terra (país).

c) organizar bibliotecas, gabinetes de leitura, teatros, conferências científicas

e literárias, concertos, etc.;

Foi a biblioteca o primeiro bem da UAI, antes “Hromada”. Em nove de março de 1922, em reunião ordinária, foi deliberado: “(...) também organizar uma biblioteca de doações dos sócios”.

Naquele dia, foram arrecadados 124 mil réis, e a responsabilidade de comprar livros ficou a cargo do secretário do clube. Até o final do ano de 26, foram feitas diversas campanhas para compra de livros. Através de relatos nas atas, como: a solicitação de devolução de livros; verba para compra de livros; doações de livros; situações de fichário; melhor organização ..., constatou-se que a biblioteca sempre esteve atuante. Mais tarde, aparece para compor a chapa da diretoria o bibliotecário. Junto a este veículo de preservação cultural está o teatro e o coral, que desde 1924, coordenado inicialmente por P.K. e Leonídas, o grupo teatral apresentou duas peças: “Dia Azarado”, obra de Gregório Gregorievoskei e “Moscovita Feiticeiro”, de João Kotlharenskei. Com a chegada de novos ucranianos, ainda na década de vinte, três jovens assumiram a coordenação do teatro, dando nova vida a este que estava desmotivado pelos associados.

d) fomentar a criação de escolas rurais e cursos especiais particulares, onde houver necessidade;

Foram criadas escolas, foram fechadas e depois reabertas, porém o que teve êxito foram os cursos de língua ucraniana, desde a fundação do clube, se não totalmente, ao menos parcialmente.

e) e editar um órgão periódico, informativo, de caráter agrícola, cultural, social, instrutivo e econômico, que corresponde aos fins do estatuto;

Além do jornal “O Lavrador”, o clube sempre manteve assinaturas de outros jornais, como o “Zoria” o “Lhvio”, e o “Nach Napriane”; “O Lavrador” pertence ao clube até hoje, como Boletim Informativo.

f) manter o caixa de beneficência mútua para os seus associados;

O clube, em muitas ocasiões, prestou ajuda aos órfãos, às viúvas e às pessoas necessitadas.

O estatuto de 1979 corrige alguns artigos, e acrescenta outros; em 1992, ocorrem poucas alterações.

A letra b, ficou com a seguinte redação: “(...) assim como nas questões de legislação rural, trabalhista, fiscal e de previdência social, nas suas obrigações cívicas para que tomem parte na vida política (notadamente nas eleições) através das entidades correspondentes, e assim se tornem elementos cultos, trabalhadores, conscientes de seus direitos e de seus deveres de cidadão, geradores de prosperidade e progresso nacional”.

Por se tratar de uma sociedade agrícola é importante que seus associados se inteirem da legislação rural.

Em ata de 12/07/1976, registrou-se ajuda para todos os lavradores ucranianos, oferecida pelos Estados Unidos. “(...) ajuda que será dada a todos os lavradores ucranianos, ajuda esta oferecida pelos Estados Unidos. Para isso serão

reunidos dados, através de agrônomos, veterinários e posteriormente enviados aos Estados Unidos, e então esperar. Com essa ajuda poderá nosso lavrador colher com mais abundância e, com freqüência, melhores frutos.”

g) preparar, encaminhar, auxiliar de todas as formas possíveis e financiar, dentro das possibilidades, total ou parcialmente, os estudos de filhos de seus associados, particularmente dos agricultores de posses modestas, nos colégios, notadamente rurais, nas escolas técnicas de todos os níveis e nos cursos Superiores, particularmente nos ramos de mais necessidade para as populações rurais;

Em 1926, o clube promoveu curso de professores do idioma Ucraniano, em 1937, promoveu bolsas de estudo para jovens ucranianos. Em 1976, consta ajuda ao centro de estudos ucranianos.

h) organizar associações e grupos de poupança e empréstimos às cooperativas rurais, para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de mecanização de lavouras, particularmente para aquisição de máquinas agrícolas por grupos de lavradores vizinhos, em base de condomínio cooperativista de cooperativismo, e para aquisição de reprodutores, de sementes selecionadas, de fertilizantes e produtos químicos para a lavoura e a pecuária;

Em ata, da década de 1960, aparece o sistema de cooperativismo, através da descrição de uma briga, na disputa por um suíno reprodutor, de propriedade de um dos componentes da diretoria do clube da época. A Diretoria resolveu mandar uma comissão para resolver o problema, em que o Sr. Miguel Zabendzala foi o fiscal e mediador da questão.

Ao que tudo indica, o dinheiro do clube foi sempre aplicado, ou depositado em banco, pois há relato de ida à Caixa Econômica Federal, de abertura de poupança, de empréstimos aos associados.

i) orientar e auxiliar os seus sócios agricultores na aquisição de terras próprias e adequadas para o exercício da sua profissão, e para uma produção condizente com as necessidades das condições gerais e do abastecimento do País;

Em 1980, o presidente do clube, ao encontrar com o secretário da agricultura, recebeu a promessa de ajuda para os agricultores da região; em contrapartida, o secretário sugeriu que o clube promovesse mais a cultura através do teatro, do coral e de outras formas.

j) especialmente com referência a seus sócios operários, orientar e auxiliá-los no aperfeiçoamento profissional, através de cursos, estágios e publicações respectivas, e orientar e auxiliá-los na aquisição de casas próprias;

l) fomentar nos núcleos coloniais a instalação de oficinas profissionais técnicas para a satisfação das necessidades locais (oficiais de ferreiro, serralheiro, mecânico, carpinteiro, marceneiro, etc.);

m) criar colônias de férias e sedes campestres, que:

1) ficarão subordinadas à Diretoria Geral e serão administradas e dirigidas por um conselho Administrativo, composto de Presidente da Diretoria Geral, 3

membros da Diretoria Geral designados para esse fim e 3 membros eleitos pelos quotistas;

2) serão eleitos por regulamento aprovado por Assembléia Geral da União;

Aparece, nos anos 60, aquisição de três terrenos na praia, e, na década de 1970, a criação do Clube Campestre.

n) organizar setores de assistência social na sede Central e filiais, subordinadas às respectivas diretorias com atribuições específicas e administradas por um conselho composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos juntamente com a Diretoria;

Mesmo passados muitos anos, as gerações mais antigas procuraram incentivar seus jovens na preservação do que foi, no início da imigração, o *vínculo* com seu país, a Ucrânia.

Na expectativa de fazer no seu núcleo ou comunidade uma Ucrânia ideal, estes conseguiram vencer a barreira da história, passando a compor o número de brasileiros existentes no país.

Com sua vontade de não deixar morrer sua identidade, promoveram a agricultura, através de sua maneira própria de cultivar a terra; a diversão sadia, através de seus bailes, do teatro, do coral e outros; e a religiosidade, através da fé.

6 O SÓCIO E SUA PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

Por se tratar de um clube de etnia, para que as pessoas consigam associar-se precisam seguir as normas do clube.

Os interessados deveriam ser apresentados pelo menos por um sócio do clube. Depois de avaliado pela diretoria, este passava a participar das atividades oferecidas.

Em ata de dez de setembro de 1922, deliberou-se: “também aceitar como sócios, pessoas dos arredores, colônias etc., e que pagassem mil réis de contribuição anual. Os sócios da cidade que pagavam cinco mil réis anuais, começarão a pagar mil réis por mês”.

Atualmente, são admitidos como sócios contribuintes, sob proposta de três outros sócios para aprovação da diretoria geral. A entrada em eventos promovidos por não-sócios se faz com convite nominal.

Inicialmente, observou-se que os sócios faziam questão de contribuir, de alguma maneira, para a edificação do clube. Quando este não conseguia vencer seus compromissos, sempre recebia ajuda dos sócios, através de doações ou com trabalho. Ao examinar as atas, no que se refere à participação dos sócios, é constante, se não com um número elevado de associados em reunião, os que estavam presentes, além de assumir suas posições, iam buscar os ausentes para ajudá-los.

Em 1929, constatou-se que um sócio pagou a jóia com serviços de reparo. Sempre houve doações em dinheiro para que o clube pudesse repassar aos necessitados.

Em 1934, registravam-se duas doações de 200.000, para inválidos e a mesma quantia para fundos pró-independência da Ucrânia. Nesta mesma ata relata-se a doação de um terreno, para a sociedade, de 13 m de frente, junto à sede.

Os sócios participavam das atividades promovidas, como: os bailes, os teatros, confeccionando as roupas e pintando o palco quando necessário. Em 1936, os associados se reuniram para participar de bloco carnavalesco com fantasia de cossacos.

Em relação às brigas, a primeira que ocorreu, com registro, foi em 1963, quando um sócio levou pessoas ao clube, que, alcoolizadas, acabaram provocando confusões.

No início da década de 30, destaca-se uma discussão sobre o jornal “O Lavrador”, que estaria publicando somente artigos de “atividades dos ortodoxos”, que alguns artigos até ofenderiam os colonos.

Após a exposição do problema, o presidente da época lembrou aos associados que o clube tinha posição de neutralidade em relação às igrejas “ortodoxa e a católica”, pois o clube contava com sócios de ambas as religiões, e o importante mesmo era a preservação da cultura.

Em contrapartida, em ata da década de 70, os ortodoxos são criticados por assumirem outra religião, citada como Protestantes ou Batistas.

É fundamental que se compreenda o momento histórico; a princípio, era de fundamental importância que os ucranianos se unissem, precisavam uns dos outros, independentemente da fé; para sobreviver em terras estranhas. Na segunda metade deste século, a igreja desempenhou papel importante nas comunidades, e isso se refletia em todo o segmento da sociedade.

O clube e a comunidade ucraniana de União da Vitória sempre estiveram juntos. Através das atas pode-se estabelecer o quanto valorizavam suas origens, e a terra onde estavam. Se no primeiro momento parecia que queriam voltar a sua terra natal, depois, conformados, o trabalho e as realizações, por menores que fossem, davam-lhes a certeza da realidade: a terra e a dignidade de ter seu chão fazia-os vitoriosos por terem vencido em lugar tão diferente do seu.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ATAS DA DIRETORIA DA UAI. 1921 -
2. ESTATUTO da União Agrícola-Instrutiva - Sociedade Recreativa, Beneficente e Instrutiva. Curitiba: 1952, 79, 92.
3. RELATÓRIO escrito pelo filho de João Kutchma, Sr. Pedro Kutchma, 1996.
4. RELATÓRIO escrito pelo filho de Pedro Mazurechen, Sr. Waldenir Mazurechen.

ÍCONE DE NOSSA SENHORA DOS CORAIS

Maria Knapik Schwartz

Professora do Ensino Fundamental e Médio no Colégio Estadual Duque de Caxias - Antonio Olinto - PR; Responsável pela Fundação da Casa de Cultura de Antonio Olinto, Graduada e pós-graduada em História, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI; Escritora da obra: O imigrante.

1 SURGIMENTO DA PADROEIRA

O livro toambo da Igreja N. S. do Perpétuo Socorro¹, permite que se verifique a história da Igreja construída, com tanto esmero, pelo Pe. João Michalczuk.

Antes de haver residência de um sacerdote na colônia Antonio Olyntho, ficaram os moradores da mesma colônia em dúvida a respeito do padroeiro querendo uns este outros aquele. Logo porém, depois da chegada do Padre pediam o povo de nomear o padroeiro da colônia rutena. Lembrando o padre João Michalczuk da devoção histórica do povo ruteno a Maria Santíssima chamando-a de nossa Mãe (...) o padre das muitas graças recebidas na sua vida privada por intercessão da Imaculada Virgem e estando o mesmo Padre plenamente convencido de empreender ao povo ruteno por todo tempo as graças divinas alcançadas por Maria Santíssima (...) resolve nomear a Imaculada Conceição da Santíssima e Puríssima Virgem Maria por perpétua padroeira da colônia rutena Antonio Olinto, (...) publicado no primeiro domingo de setembro de 1911. (...) Nesta ocasião exclamou o Padre João aos colonos por comovente alocução de ficar fiel a Imaculada Virgem Maria por toda a vida sendo dali em diante o dia 22 de Dezembro dia da Padroeira dos rutenos de Antonio Olinto. (livro toambo, p.5) (sic)

As imagens nas igrejas são como que retratos dos Santos, são uma espécie de livros em que lêem as que não sabem ler, segundo disse Gregório Magno ao sereno bispo de Marcélia. São João Damaceno escreveu a certo imperador: o que é um livro aos que sabem ler, são as imagens para os ignorantes, e em outra parte, como a palavra age por meio da audição, do mesmo modo age a imagem mediante a vida. (...) desde 431 após o concílio começaram a expor-se e a venerar-se publicamente imagens da Mães de Deus depois da declaração dogmática da Imaculada Conceição, a imagem da Virgem Maria sem mácula. (livro toambo, p.6) (sic)

O padre Michalczuk tinha duas capelas, cujas padroeiras eram de Nossa Senhora. Foram encomendadas da Academia de Belas Artes, em Cracóvia, duas

¹ A Igreja tem como padroeira N.S. do Perpétuo Socorro, mas também é conhecida como Igreja de N. S. da Imaculada Conceição. Acrescenta-se, hoje, o título de N. S. dos Corais

imagens e, quando chegaram, vieram artisticamente emolduradas. No dia 22 de dezembro de 1913, em Antonio Olinto, foi solenemente benta uma delas, e colocada num lugar destinado à imagem da Santa, já na outra capela, do interior Santos Andrade, dia 24 de janeiro de 1914.

Ao mesmo tempo em que se edificava a belíssima construção da Igreja para a Padroeira dos ucranianos, o padre desde 1913 até 1920, mais ou menos, fazia campanhas junto à população, para que fossem feitas doações de jóias, visando à confecção de um quadro com a imagem da Santa Padroeira.

Os imigrantes, quando vieram ao Brasil, trouxeram dinheiro em libras esterlinas, então toda a negociação era feita em libras. Era o dinheiro que possuíam e o valor metálico era difícil na negociação; trouxeram para evidentes necessidades de sobrevivência.

Tudo o que era de melhor foi doado pelos colonos, como: colares de pérolas, corais, diamantes, anéis de ouro e pulseiras. **Os pedidos do padre eram uma ordem**, acreditava o povo que a doação já ajudava a garantir um lugarzinho na eternidade, pela sua fé. O pároco queria deixar uma recordação histórica para este povo de imigrantes rutenos e aos seus descendentes. Para quem doava jóias não eram mais cobrados os benefícios pedidos ao pároco.

Houve uma segunda arrecadação de doações de alianças e pedras preciosas, dos homens, para confecção de cálices. Esta arrecadação nas épocas passadas não era novidade. No governo de Castelo Branco, Assis Chateaubriand fez aquele movimento de doações para pagar a dívida Nacional, muita gente doou suas alianças.

A história mostra que o povo ruteno, vivendo isolado, sem comunicação, na miséria, com promessa de salvação, doava qualquer objeto precioso, sem sentir pena de desfazer-se de seus tesouros.

Um episódio que ocorreu com jóias arrecadadas pelo padre João, em 1918, leva-nos a crer que o pároco também fora vítima de pessoas mal intencionadas. Organizou as pedras e jóias em ouro e levou à cidade de Mafra, Santa Catarina, para fazer os cálices para as Santas Missas. Levou a um relojoeiro estabelecido, para esta confecção, inclusive o padre dormiu naquela noite na casa do irmão de Alexandre W. da Silveira, que era vizinho do relojoeiro. Após alguns dias, o relojoeiro desapareceu da cidade de Mafra e nunca mais houve notícias do mesmo, e nem das jóias. Este fato foi relatado por Silveira. (SILVEIRA, 1914)

A colônia perdeu aquelas riquezas, o religioso foi vítima do ourives. Não se abalando, o reverendo continuou a conclamar os moradores a fazerem doações de jóias para concluir o belíssimo ícone da Padroeira e os cálices para as Santas Missas.

2 A OBRA

Um mosaico de aproximadamente de 1,20m de altura por 0,80m de largura, uma obra de arte de valor incalculável, quadro com forma de imagem, cravejado em pedras corais, diamantes, pérolas e esmeraldas, com detalhes em fios de ouro.

No início, o padre Michalczuk tentou mandar confeccionar o quadro em São Paulo, não conseguindo quem o fizesse. Em 1923, esse trabalho foi confiado às irmãs: Vanda e Lídia, da Congregação da Sagrada Família de Curitiba; após um grande trabalho artístico concluído em 1931, foi, a primeiro de maio de 1933, exposto à veneração dos fiéis.

Portanto, concluída e exposta a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, passou o local a ser um ponto religioso e turístico da região, sendo visitada não só pela comunidade, mas também por pessoas de outros municípios, Estados e até de outros países.

Devido a sua beleza, à riqueza apresentada, foi venerada pelos imigrantes de origem ucraniana, com o sugestivo título de **Nossa Senhora dos Corais**. Para eles lembra a pessoa de verdade, ela intercede a Deus, obtendo curas, a Mãe do Povo.

Existem relatos de muitas graças alcançadas e curas pela intercessão de Nossa Senhora. Ludovico Petraski relatou que sofria de pressão alta por uns quinze anos, e por pedido a Nossa Senhora, já faz mais de vinte anos que está curado. Segundo depoimento a 15 de janeiro de 1998, para ele, até hoje a Santa faz milagres. Os fiéis sempre tiveram-lhe um respeito muito grande e veneração.

O ícone só era exposto quando havia missa solene, como em dias de festas os fiéis a viam a distância, até que ocorreu o trágico roubo da imagem.

3 O FURTO DA IMAGEM

Por mais de meio século a imagem permaneceu guardada, sendo exposta somente nos dias festivos. Outro quadro (pintura) encobria a obra de arte e, mesmo assim, quem a visitasse teria que assinar o livro de visita, bem como descrever a sua procedência.

Furtada possivelmente durante a madrugada do dia 23 para 24 de julho de 1995, na igreja Nossa Senhora da Conceição, na comunidade de São José de Antonio Olinto, localizada apenas a um quilômetro da sede. O furto gerou indignação e revolta da população, principalmente dos imigrantes ucranianos e seus descendentes.

O Diácono João Karpovicz, da igreja ucraniana, após tomar conhecimento do roubo, imediatamente ligou para o pároco de Igreja, padre Meron Mazur, residente em Curitiba, que por sua vez, comunicou à polícia da Capital, a qual solicitou ao Instituto de Criminalidade que tomasse as devidas providências, também registrando-se queixa na Delegacia de Antonio Olinto.

O bispo geral de Igreja Ucraniana no Brasil, o Eparca D. Efraim Krevey, em visita, para tomar conhecimento dos fatos, falou do prejuízo que causou e das esperanças da Comunidade de reaver o Ícone.

Falou de que o prejuízo maior não dizia respeito à parte material ou monetária, que é incalculável, mas por ser em torno do Ícone que a comunidade se reunia para expressar sua fé e devoção.

Ao mesmo tempo em que relatava a esperança da comunidade em recuperar o Ícone, o Eparca conclamava os fiéis a que fizessem correntes de oração para que os ladrões se conscientizassem de que a riqueza material, gerada pelo roubo do quadro, não lhes traria felicidade e que o devolvessem.

Aproximadamente 40 dias antes do roubo, o quadro foi tema de uma reportagem efetuada pela Rede Globo de Televisão, tendo aí aumentado o número de visitas.

Com a ajuda de uma alavanca de ferro (pé-de-cabra), fora arrombada a porta lateral, já no interior da igreja, onde se encontrava fixado o Ícone, que era mantido escondido atrás de uma parede de vidro, os ladrões demonstraram ter conhecimento do local, pois sabiam como funcionava o mecanismo que baixava o quadro que servia como fachada para esconder a obra sagrada.

Os ladrões destruíram a porta que protegia a Santa e destruíram toda a moldura do quadro, isto faz crer à polícia que não conheciam de obra de arte, mas recortaram a parte das pedras preciosas.

Segundo depoimento das irmãs, nem as pessoas mais antigas e até as próprias irmãs não sabiam que o vidro que protegia a obra, uma espécie de vitrine, abria-se para frente, em forma de uma porta.

4 REPERCUSSÃO DO FURTO

Foi imediata a reação da comunidade, como de todo país, unindo esforços para recuperada a obra. Antiquários e especialistas em obras foram alertados sobre a eventual tentativa de comercialização do Ícone de Nossa Senhora.

Ao visitarmos a igreja, no dia seguinte ao roubo, o clima emocional era bastante triste; verificamos isto, pela fisionomia dos padres e freiras responsáveis pela igreja e, principalmente, dos imigrantes, os mais idosos. Todo o povo chorava, lamentando a perda.

5 POPULAÇÃO FAZ A FESTA COM A VOLTA DA SANTA

A tristeza durou dez dias. Uma verdadeira festa marcou o dia 02 de agosto de 1995, a devolução da Santa. A cidade parou, os moradores esperaram no estádio de futebol, João Dubiel, com faixas, cartazes dizendo:

Antonio Olinto em festa pela volta de sua Santa. Obrigado Senhor pela volta da Nossa Senhora dos Corais.

Estávamos muito tristes nestes dias e agora estamos alegres pela volta. (KARPOVICZ, 1995)

A Santa tem muito valor para a gente, não valor econômico, mas valor espiritual, histórico. Para o município foi muito bom a sua volta. (ROSA, 1995)

O próprio secretário de segurança do Estado, Cândido Martins de Oliveira, acompanhado do alto comando da polícia civil e polícia militar do Paraná, fez a entrega da mesma ao prefeito municipal da época, José Cleomar Machiavelli, que, por sua vez, entregou-a ao bispo D. Efraim Krevey, representante da Igreja Católica Ucraniana do Brasil. Às 11 h e 05 minutos, no estádio municipal, D. Efraim levantou a imagem da Santa, toda danificada, com falta de pedras preciosas e exclamou: **“Nossa Senhora fique sempre conosco e abençoe o povo desta região do Paraná e Brasil todo.”**²

A multidão se aglomerava cada vez mais, aos gritos e vivas. Foi um dos momentos mais emocionantes, pois era o maior tesouro do município que voltava às suas origens.

Ao som da sirene do carro-chefe, a carreata desfilava pelas ruas da cidade com a Santa, pela primeira vez em 62 anos.

Meios-fios e árvores pintados em branco, simbolizando a paz e jardins floridos dando um ar de primavera, em pleno inverno. Ao passar pelas casas, os poucos que não puderam ir ao encontro, saíam para aplaudi-la na rápida passagem.

Do estádio para a igreja, a uma distância de mil metros, todos procuravam o menor caminho, de carro, trator, bicicleta, a pé, tentando chegar antes que a carreata com a Santa Mãe. Ao chegar na igreja Nossa Senhora da Conceição, aplaudida de todas as maneira, sinos repicavam em sons festivos ao espocar dos fogos e uma grande multidão, misturada entre jovens, as crianças, adultos e os mais idosos a recepcionaram com cânticos sacros. A igreja belíssima, cercada de verde, o céu azul e o sol radiante com uma temperatura amena, era, portanto, o retorno daquela que sempre foi venerada, não só pelo seu povo, mas também por outros visitantes de diversos lugares e credos.

Relembrem os mais idosos todo o passado vivido com Ela, milagrosa, e

² Depoimento da pesquisadora Maria K. Schwartz

mostram em suas faces as rugas do tempo, o sofrimento e as emoções pela sua venerável Mãe, Nossa Senhora dos Corais. João Yurky esperava desde as nove horas, sentado, sozinho, no último banco da capela, a volta da imagem, arrancada do nicho sagrado havia duas semanas. Rezava com paciência, com seus 82 anos, e chora. Descendente de ucranianos, contribuíra com pedras e corais trazidos por seus pais, da Europa, para o bordado da imagem.

Os mais jovens também expressam seu sentimento de amor à Mãe Santíssima, de clamando em viva voz:

Querida Mãe

Tu és nossa mãe
nunca nos abandonaste,
pois és nossa mãe, mãe
deste povo que tem fé
e crê em teu amor e na pureza.

Durante o teu desaparecimento,
este povo que tanto admira,
rolou lágrimas, lágrimas comoventes
e ardentes, perde aquela que mais venerou.

Oh, Senhor Deus, nosso grandioso pai,
que dias tristes e sofridos passamos.
Choramos de tristeza e hoje estamos alegres,
a querida e Santa Mãe voltou.

Obrigada, Senhor, pelo povo,
que com suas orações humildes
e simples, mas com muita devoção,
fé e esperança, que um dia, ela que
é a mãe de todos voltaria.

Obrigada, Senhor, por estas pessoas, que
se empenharam, sentindo a dor, a perda de
nossa mãe que lutaram, se uniram e conseguiram
fazer com que ela voltasse.

Protegei todas as pessoas, principalmente,
as que tiveram a coragem de tirá-la, pois,
foi como se cortassem o coração de cada ser. (DIADIO, 1995)

6 RESTAURAÇÃO DA SANTA

A restauração do quadro mosaico, em São José dos Pinhais, na Colônia Marcelino, foi realizada pela irmã Francisca Stiber, da Congregação Maria Imaculada. Foi procurada pelo bispo da Eparquia D. Efraim Krevey, o qual confiou-lhe todo o trabalho de restauração (STIBER, 1997)

Segundo a irmã Stiber (1997), a restauração deu muito serviço, foi difícil o trabalho, por ser o ícone muito pesado. A irmã conta que teve que mandar fazer um bastidor especial e bem resistente. No bastidor armou a tela e, em cima da mesma, aplicou o veludo verde que foi trocado, pois havia sido danificado pelos ladrões, faltou material precioso, que foi pedido a Roma.

A auréola foi feita toda nova. A irmã relata ainda que os ladrões não entendiam de preciosidade, que muitas pedras legítimas, de grande valor, foram deixadas no ícone.

Ela repôs todas as pedras que faltavam, eram 35 pedras grandes e menores eram muitas, fora de contagem. Alguns corais foram resgatados pelos policiais.

Foram 50 horas de trabalho, 10 horas por dia, não podia ser menos, porque podia-se danificar, pelo peso. A irmã diz que, para ela, foi grande surpresa o Bispo pedir-lhe o serviço de restauração.

Após ter sido restaurada a imagem, no dia primeiro de outubro de 1996, foi levada para sua origem, Antonio Olinto, sendo recebida novamente, e exposta na Paróquia São José, igreja dos poloneses e outras etnias, depois de uma peregrinação, pelas Igrejas Ucrânicas do Paraná e Santa Catarina. Tendo recebida na igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição, como Maria dos Corais. Por alguns dias, ela permaneceu no seu Santuário, e logo após levada para Curitiba, pois o Santuário não mais oferecia segurança.

A comunidade toda reuniu-se, percebeu que a imagem deveria receber um lugar especial, com toda segurança contra roubo, incêndio ou qualquer danificação. Reconstruíram a parte que não mais dava segurança. E, finalmente, dia 12 de outubro de 1997, volta definitivamente a **Santa Nossa Senhora dos Corais**.

A manifestação popular em torno de sua Mãe foi superexpressiva. Às nove horas, no trevo da BR 476, recepção com carreata até a Igreja São José, padroeira dos brasileiros e poloneses, onde os fiéis das duas etnias a esperavam com lágrimas de alegria, expressando seus sentimentos. Em seguida, o ícone foi conduzido ao seu oratório definitivo. O trajeto foi feito a pé, pela maioria de seus fiéis, numa manifestação de sacrifício, dos descendentes de imigrantes e de romeiros vindos de vários lugares e Estados.

Foi celebrada uma solene Santa Missa. E logo após a celebração da Santa Misa campal, com a presença de vários sacerdotes, religiosas e o Bispo D. Efraim B. Krevey, conduziu o ícone ao seu local definitivo, o **Oratório**.

Nossa Senhora dos Corais recebeu homenagens, manifestações de fé e expressões profundas de respeito, de seu povo, historicamente lutador e de fé, que soube contornar dificuldades e crescer comunitariamente.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIADIO, Bernadete. Querida mãe. Poesia, 1995.
2. KARPOVICZ, Emília. Entrevista. Antonio Olinto, 25 set. 1997.
3. LIVRO Tombo do Curato de Antonio Olyntho. 1911-1980.
4. RESGATADA a obra sacra. Gazeta do Povo, Curitiba: p.37, 2 ago. 1995.
5. ROSA, Angélica. Entrevista. Antonio Olinto, 2 ago. 1995.
6. SILVEIRA, A. Weinhardt. Entrevista. Antonio Olinto, 2 jan. 1998.
7. STIBER, Francisca. Entrevista. Antonio Olinto, 12 out. 1997.

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA IGUAÇU: DO SONHO À REALIDADE

Marlene Goulart Jakubiw

Professora no Ensino Fundamental e Médio;
Graduada em História; Especialista em
História social do Brasil, Faculdade Estadual
de Filosofia, Ciências e Letras de União da
Vitória – FAFI.

Na década de 30, os municípios de Porto União – SC e União da Vitória – PR estruturavam-se, após as traumáticas mudanças ocorridas por ocasião do Contestado.

O que antes era só uma cidade agora transformou-se em duas administrações, em estados diferentes. Tal estruturação ocorreu com assentamento de uma população profundamente heterogênea, composta pelo imigrante europeu eslavo, germânico e italiano conjuntamente com o caboclo, formando assim uma miscelânea étnica, num Paraná e numa Santa Catarina em fase de colonização. Distâncias imensas separavam a região das capitais estaduais.

As barcas do rio Iguaçu e a rede Ferroviária significavam as únicas vias de suprimentos de víveres, além, naturalmente, das estradas interioranas que ainda eram, na verdade, caminhos de boiadeiros, numa região socialmente indefinida.

Porto União da Vitória, como passou a ser denominada popularmente, ansiava por um contato social entre as suas populações que necessitavam de um relacionamento mais intenso, para abrir a possibilidade de se instituir uma sociedade mais coesa.

Veio a calhar para isto o fato de que o futebol, na época, tornava-se rapidamente o primeiro esporte na história da humanidade a difundir-se e a apaixonar o planeta inteiro.

Aberto para todas as classes, raças e tipos físicos, não tardou a instituir-se, no Vale do Iguaçu, que possuía para isto uma excelente condição geográfica, com suas várzeas ao longo do Rio Iguaçu.

Das equipes varzeanas, dos pioneiros aprendizes do “esporte-rei”, não tardou para que se constituíssem os primeiros estádios e os primeiros clubes de futebol, com o mesmo entusiasmo e disposição com que o esporte se difundia pelo país e pelo mundo.

Em União da Vitória, com terreno doado pelo engenheiro da Rede Ferroviária Federal S/A, Sr. Antonio Pereira, construiu-se um Estádio com o nome de seu benemérito, vindo este a ser a sede do União Esporte Clube, que hoje é um moderno estádio com capacidade de público para 15000 pessoas. Nos anos que se seguiram surgiram outros: o estádio Bernardo Stamm, sede do São Bernardo Futebol Clube, no Bairro São Bernardo, o Estádio municipal de Porto União e o Estádio Ferroviário. (SILVA, 1998)

Com esta infra-estrutura e um grande apoio popular, organizou-se uma bem montada liga de futebol amador nas “cidade gêmeas”: a Liga Esportiva Regional Iguaçu (L.E.R.I.), em que despontavam equipes como União Esporte Clube, Avahi Futebol Clube, Ferroviário Esporte Clube, São Bernardo Esporte Clube, Juventus Esporte Clube e várias outras, coadjuvantes, que disputavam um campeonato regional de grande interesse, isto tudo à medida que, principalmente União da Vitória, nos anos quarenta e cinqüenta, despontava como grande centro madeireiro do Estado do Paraná, sendo Porto União o centro cultural da Região, com seus cinemas e colégios, alicerçado na estrutura que o contestado Ihe havia legado.

Anualmente, a equipe campeã da L.E.R.I. adquiria o direito de disputar a Taça Paraná, um torneio em âmbito estadual entre as equipes amadoras campeãs, sendo este, o melhor meio de difusão de Porto União da Vitória no Estado do Paraná, além dos jogos amistosos e eventuais torneios disputados em Santa Catarina.

Pode-se dizer que o grande feito foi a conquista da taça Paraná pelo Ferroviário Esporte Clube, em 1964, que foi, de uma certa maneira, um sinal evidente de que o amadorismo alcançaria seu ponto culminante, não tendo mais para onde evoluir.

O principal sinal desta saturação percebia-se no fato de certas equipes amadoras da L.E.R.I., “subsidiarem”, de diversas formas, seus atletas, praticando aquilo que pode ser chamado de “esporte amador marrom”, o que habitualmente leva o amadorismo à sua extinção.

“Times amadores, mas onde alguns jogadores recebem algum dinheiro, não dado oficialmente pelo clube, que não pode fazer isto, é contra lei, mas ofertado pelos diretores, que sempre auxiliam os jogadores de maior cartaz.” (O COMÉRCIO, 1971, p.19)

Para a manutenção de bons jogadores em seus plantéis, havia também o emprego vinculado, em que atletas do Ferroviário Esporte Clube normalmente trabalhavam na Rede Ferroviária Federal S/A; quem atuava no Avahi Futebol Clube tinha emprego na empresa dos dirigentes da equipe. Tais estruturas já davam ao nosso futebol parte do espírito do profissionalismo.

O país desenvolveu-se, as cidades de Porto União e União da Vitória cresceram. No início da década de 70, veio a ligação asfáltica com a capital Curitiba, e a idéia da fundação de uma equipe profissional de futebol ganhou corpo.

A idéia do profissionalismo era alimentada pelo desportista e cronista esportivo Leocádio José Vieira, que, bem entrosado no meio esportivo local e estadual, tinha no jornal o veículo de divulgação e fomento da idéia.

O próprio Leocádio foi, em caráter informal, à Federação Paranaense de Futebol, em Curitiba, para informar-se do que seria necessário para a estruturação de uma equipe profissional.

“Voltamos da capital com a idéia fixa: vamos iniciar uma campanha para formação FACE R., União da Vitória-PR, v.3: p.141-158, 2000

de uma equipe profissional aqui. A campanha foi iniciada. Estourou como uma bomba. Alguns apoiando, outros dando o contra. (...) Resultado, a idéia morreu na casca.” (O COMÉRCIO, 11 jun. 1971, p.19)

Outra investida no sentido da profissionalização foi efetuada pelo Ferroviário E.C., animada pela conquista do título da Taça Paraná, em 1964.

“O Ferroviário E. C. chegou a ir mais longe. Enviou um representante à F.P.F., e chegou a tomar conhecimento da papelada, dando uma esperança a todos nós. Mais uma vez, a falta de apoio derrubou a iniciativa do time da R.F.F.S.A.” (O COMÉRCIO, 11 jun.1971, p.19)

A década de setenta veio com boas novas. Num almoço de confraternização entre desportistas locais, esteve presente o então presidente da Federação Paranaense de Futebol, Sr. José Milani, que foi taxativo em garantir, para uma possível equipe de União da Vitória, um lugar garantido na primeira divisão do campeonato paranaense de futebol.

O problema, no entanto, persistia. A classe que mais precisaria engajar-se neste ideal seria a elite madeireira para que, com sua pujança na época, desse alguma sustentação financeira para este tão difícil início. Aí apresentava-se o grande impasse.

Havia aí a necessidade de um elemento aglutinador, e tal elemento surgiu com o tenente-coronel Ricardo Gianordolli, comandante do 5ºBeComb., nascido em Vitória, Espírito Santo, em 03/06/26.

Desportista nato, vinha, desde que assumiu seu comando local, atentando para aspiração da comunidade, no intuito de profissionalizar o futebol:

“Pois o referido desportista, o Tte-Cel. Ricardo Gianordolli, Com. do 5ºBeComb. não pensou duas vezes. Convocou o presidente da L.E.R.I., e os presidentes do Avahi, São Bernardo, Ferroviário, Juventus e São Cristóvão e jogou as cartas na mesa, expôs os seus planos.” (O COMÉRCIO, 11 de jun. de 1971, p.19)

Após os primeiros contatos com os primeiros desportistas o Tte-Cel. Ricardo Gianordolli começou a realizar almoços e conagração com os desportistas, comerciantes e empresários locais. Tais almoços eram realizados no próprio 5º BeComb., e o Tte-Cel Ricardo Gianordolli sentia-se completamente à vontade para oferecer seu nome e a estrutura do quartel em prol da fundação de uma equipe profissional de futebol.

A ocasião era propícia; ele, o homem certo; nada faltava para que a idéia tomasse vulto; e aceitação, compulsória ou não, foi unânime.

A relativa indiferença da elite local foi demovida pela boa vontade de Gianordolli, num período em que o país vivia sob regime da ditadura militar, tendo como presidente Emilio Garrastazu Médici.

Em 15 de agosto de 1971, o Clube era fundado com o nome de Associação Atlética Iguaçu (A.A.Iguaçu).

Aos quinze dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e um, na sede da liga Esportista Regional Iguaçu, sita à avenida Interventor Manuel Ribas, 126 - Edifício Jacobs, 3º andar, salas 33 e 3, em União da Vitória, estado do Paraná, presentes um grupo de desportistas desta cidade, resolveram fundar uma associação Atlética, com a finalidade de disputar o campeonato da Federação paranaense de Futebol, Categoria de profissionais: (Ata n.º 15, ago. 1971)

O clube nascia com uma organização invejável e muito semelhante aos grandes clubes de futebol na época. “Na mesma ocasião, foi nomeada uma comissão para elaboração dos estatutos, composta pelos senhores: Ricardo Gianordolli, Dr. Odilon Muncinelli e o Sr. Otto Conrado Grube.” (Ata nº1/15 ago. 1971)

A A.A.Iguaçu teve seu registro na federação paranaense de futebol, no dia 26 de agosto de 1971. “O Sr. Otto Conrado Grube, presidente da Liga Esportiva Regional Iguaçu esteve em Curitiba, na terça-feira última, ocasião em que efetuou o registro de Associação Atlética Iguaçu na federação paranaense de futebol.” (O COMÉRCIO, 29 ago. 1971)

Sob o comando de Tte-Cel. Ricardo Gianordolli, o grupo de desportistas locais via o sonho de profissionalizar o futebol local tornar-se realidade.

“(…) A primeira diretoria do clube ficou assim constituída: Presidente: Sr. Ricardo Gianordolli; primeiro vice-presidente: Joaquim Fernandes Luiz Filho; diretores de departamentos: Secretários: Sr. Osvaldo Forte; tesoureiro: Sr. Angelo Francisco Dall’Acqua; futebol profissional: Sr. Otto Conrado Grube; social: Vilmar Wolff; relações publicas: Dr. Giórgio Salussoglia; patrimônio: Sr. Ari Antônio Talamini; jurídico: Odilon Muncinelli; médico: Dr. Abdon Franklin de Meiroz Grilo; publicidade: Sr. José Leocádio Vieira; representantes junto à Federação Paranaense de Futebol: Sr. Rene Sibut e Lauro Fernandes Luiz”. (Ata n.º 1-15 ago. 1971)

Pronto o estatuto, foi registrado no cartório de registro de títulos e documentos Protesto de Títulos, Terezinha Magdal, no livro A-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o n.º 23, do dia 23 de agosto de 1971, e teve sua publicação no Diário Oficial, na mesma data, n.º 124, fls. p.14.

Com todos os aspectos formais dentro da legalidade, no espaço de dois meses, a equipe deveria estar formada, já que o campeonato de 1972 começaria ainda em novembro de 1971.

Os problemas financeiros ainda não haviam sido sanados e Gianordolli, agora já na condição de presidente da A.A.Iguaçu, recorre à imprensa falada e escrita, para que intensifique a campanha que já vinha fazendo, no sentido de arrecadar fundos para o clube, que ainda não possuía quadro associativo, nem renda de jogos.

“ A clareza, a transparência do que estava sendo feito e o entusiasmo do

Gianordolli, nos encheu de ânimo para incentivar a contribuírem com qualquer quantia.” (MALTAURO, 1998)

Contando com o apoio da imprensa e com a maciça aceitação da sociedade local, foi criada uma comissão que faria arrecadação dos colaboradores, “(...) acreditamos que com o grupo que foi nomeado fazendo uma visita a todas as nossas indústrias e firmas comerciais, ninguém se negará, na medida de suas possibilidades, de dar seu apoio financeiro. (...) ninguém está exigindo nada, apenas solicitamos a sua colaboração.” (O COMÉRCIO, 29 ago. 1971)

Os problemas financeiros foram aos poucos sendo sanados. Os colaboradores logo ficaram conhecidos como “Os amigos do Gianordolli”, tendo suas contribuições registradas no chamado “Livro Ouro”. “Eram realmente contribuições voluntárias, porém, como vivíamos num regime de exceção, ninguém em sã consciência, gostaria de ter o menor ponto de desavença com um comando militar.” (SILVA, 1998)

Surgiu então uma verdadeira corrida ao referido livro ouro. Desencadeou-se também uma campanha para formar um quadro associativo ou sócios contribuintes, que alcançou um bom índice de adesões.

As providências no sentido de formar o primeiro plantel iguaçuano já estavam sendo tomadas, bem como a comissão técnica.

A esta altura, em todos os pontos de aglutinação social de Porto União da Vitória, como nos clubes, bares e cafés, o assunto não era outro senão a fundação da A.A. Iguaçu.

A maioria recebeu a notícia com euforia, outros com certa dose de ceticismo, próprio daqueles que achavam tudo bom demais para ser verdade. De uma maneira ou de outra, nunca um fato novo mexeu tanto com a comunidade local. Numa época em que ainda comemorava-se, nacionalmente, a conquista do tricampeonato mundial, no México, a idéia de uma equipe profissional em União da Vitória foi muito bem recebida.

Ansiava-se agora por esta idéia que tomava vulto, transformando-se em onze jogadores profissionais adentrando o gramado do estádio Enéas Muniz de Queiróz, o chama Estádio do Ferroviário E.C., para sua primeira partida pelo campeonato paranaense de profissionais.

Para o presidente do clube, Ricardo Gianordolli, havia muito trabalho a fazer num curto espaço de tempo, para a formação da comissão técnica inicial, felizmente havia boas soluções caseiras a serem aproveitadas.

De dentro da unidade militar local, diversos elementos foram aproveitados, o cabo Dela Giacomo, atleta que representou o Brasil em competições no planalto da Suécia, foi o preparador físico.

Oswaldo Lazzaris ocupou a importante função de supervisor, tanto pelo seu conhecimento de futebol, como por sua capacidade de organização.

“(...) foi estruturador do setor esportivo para escolher os jogadores que viriam fazer parte do plantel, no que se houve muito bem, sendo um indivíduo cuja linha de conduta foi forjada no exército, era possuidor de uma organização invejável, atentando para cada mínimo detalhe das necessidades do clube.” (GODINHO, 1998)

Para o cargo de massagista também foi escolhido um elemento local, tratava-se de Mauri Silva, que já havia trabalhado com futebol profissional no Estado de Santa Catarina e que estava, no momento, trabalhando na equipe local do Avahi F.C..

“Outro militar que participou desta primeira comissão técnica foi o Sargento Osvaldo Freitas, como colaborador técnico, assumindo, posteriormente, por várias vezes, o comando técnico da equipe no decorrer do campeonato.”

No comando técnico, prevaleceu a chamada “prata da casa”, sendo escolhido para isto Paulo Alves que fora técnico, por muitos anos, da equipe que disputava o campeonato da liga esportiva regional Iguaçu. “(...) falou ainda da necessidade da contratação de um preparador técnico para dirigir a equipe de futebol profissional, tendo sido cogitado o nome de Paulo Alves.” (Ata n.º 214, out. 1971)

Para formação do plantel iguaçuano:

“A diretoria serviu-se principalmente de jogadores do Caramuru Esporte Clube de Castro Pr., que recentemente havia se desfeito e de alguns elementos oriundos do Rio Branco Esporte Clube. Na intenção de recuperar o pouco tempo de que dispunham para efetuar esta formação, conseguiram, assim, um grupo de atletas com algum entrosamento para a formação da equipe que disputaria o campeonato de 1972. “Foram também aproveitados jogadores do futebol amador local para a complementação do plantel, bem como jogadores vindos do futebol catarinense.”(MALTAURO, 1998.)

Com este grupo, era necessário montar-se uma equipe, no curto período de dois meses. Apesar da pressa, alguns cuidados faziam-se necessários.

Já saiu uma lista dos jogadores locais que poderão servir ao clube no certame de profissionais. Trata-se apenas de uma indicação de nomes, que serão submetidos a treinamento: nenhum jogador vai assumir o contrato de profissional, sem antes submeter-se a exames médicos. Jogadores de fora, somente serão contratados através de emissários credenciados, para que se evite que por aqui surjam os aventureiros e consigam um contrato com o Iguaçu. (O COMÉRCIO, 1971)

A estrutura para acomodação e treinamento dos atletas foi toda montada nas dependências do 5º Batalhão de Engenharia e Combate, sob o comando do Tte. Cel. Ricardo Gianordolli, presidente do A.A. Iguazu.

Funcionaram como refeitório e dormitório, casas de propriedade daquela unidade militar, situadas juntas ao quartel e, para treinamento tático e físico dos jogadores, utilizou-se o campo e centro de atletismo lá existente. Assim, se por um lado toda a sociedade se mobilizava para a viabilização da A.A. Iguazu, quase toda a infra-estrutura inicial era do Exército, que foi um ponto fundamental para que o profissionalismo se realizasse.

Após a realização de testes físicos e técnicos, bem como de exames médicos, o plantel iguaçuano definiu-se com a seguinte composição: Jorge Batista, goleiro, nascido em 23.04.1936, atuou no América (RJ), Operário (PR), São Luiz (SC), Joinville (SC), Seleção Catarinense, Flamengo (RJ), Comerciarío (SC), Marcílio Dias (SC), Palmeiras (SC); Nelson Cândido da Silva (Bugrão), nascido em São Paulo (SP), em 28.12.1943, lateral direito, atuou no Anapolina (GO) Goiás, Grêmio Maringa (PR), Caramuru de Castro (PR); Osvanir Antonio Padilha (Nire) zagueiro central, nascido em Curitiba (PR), em 11.05.1944, atuou no Operário (PR), Curitiba (PR), Comercial (SP), América (SP) e Santos (SP); José Mário Camilo (Zé Mário), quarto zaqueiro, nascido em Curitiba, em 22.01.1947, atuou no Britânia (PR), Atlético Paranaense e Cascavel (PR); Benedito de Assis (Dito Cola), meio campo, nascido em São Paulo (SP), Apucarana (PR), Passos (MG), Caramuru de Castro (PR), foi considerado um dos melhores meia cancha do campeonato paranaense de 1972; Jorge Moreira dos Santos (Santos), lateral esquerdo, nascido no Rio de Janeiro, capital, em 16.02.1946, atuou no América (SP), São Jorge (SP) e Caramuru de Castro (PR); Cláudio Ferreira (Índio), meio campo, nascido em Santos, (SP), em 17.01.1947, atuou no Santos (SP), Britânia (PR), Ferroviário (PR), América (SP) e Operário (PR). Foi considerado, juntamente com Dito Cola, o melhor meia cancha do campeonato paranaense de 1972, por sua atuação na A.A. Iguazu; Jorge Leite Souza (Jorginho), lateral direito, nascido em Bajé, (RS), em 12.02.1944, atuou no Grêmio Bajé, Caçadoreense de (SC), Náutico (PE), Marcílio Dias de Itajaí (SC); Joaquim Valdir Pires (Joaquim), atacante, nascido em Montenegro (R.S.) em 16.10.1946, atuou nos clubes Aimoré (RS), Internacional (RS), Portuguesa de Desportos (SP) e Ferroviário (PR), foi um dos artilheiros do campeonato paranaense de 1972; Melchiades Rosa (Kide), meio campo, nascido em Corupá (SC)., em 18.01.1944, atuou no Tupi de Joinville (SC), Operário e Guarani de Ponta Grossa (PR); Iluir Pires de Oliveira (Duda), atacante, nascido em Curitiba (PR) em 13.02.50, atuou no Guarani e Operário de Ponta Grossa (PR) e Caramuru de Castro (PR); Paulo José Henrique da Costa (Paulo Henrique), goleiro, nascido no Rio de Janeiro, em 24.01.1948, atuou no América (RJ), Uberaba (MG) e Rio Branco de Paranaguá (PR); Lorival Antônio Albini, atacante, nascido em Rio Azul (PR), em 19.05.1952, profissionalizou-se na A.A. Iguazu e tornou-se grande revelação do futebol

Paranaense de 1972; Geime Luiz Rotta (Rotta), meio campo, nascido em Concórdia (SC), veio a Porto União para prestar o serviço militar, profissionalizou-se na A.A. Iguaçu. Rotta foi outra grande revelação local para o futebol brasileiro; Douglas Francisco Chila (Chila), atacante, nascido em União da Vitória (PR), uma das “pratas da casa”, atuou pelo futebol amador local e profissionalizou-se na A.A. Iguaçu; Nelson Chavalla (Chavalla), zagueiro central, nascido em 18.09.1950, atuou no futebol amador local e profissionalizou-se na A.A. Iguaçu. Foi também uma das revelações do ano de 1972; Reinaldo das Graças Alves (Reinaldo), atacante, nascido em Castro (PR), em 08.04.1950, atuou no Caramuru de Castro; Valdir de Jesus Mendes (Garrincha), atacante, nascido em União da Vitória (PR), em 18.08.1951, atuou no futebol amador local e profissionalizou-se na A.A. Iguaçu; Gentil Alves da Cruz (Gentil), atacante, nascido em 17.12.1944, atuou no Palmeiras de Blumenau (SC) e Jandaia (PR); Celso Angelo Lazzarini (Lazzarini), goleiro, nascido em União da Vitória (PR), em 24.05.1950, atuou no futebol amador local e profissionalizou-se na A.A. Iguaçu; Ronaldo Meskau (Roni), atacante nascido em União da Vitória (PR), em 02.08.1945, atuou no futebol amador local e profissionalizou-se na A.A. Iguaçu.

Analisando em termos nacionais, o plantel iguaçuano podia ser considerado um plantel mediano, bastante razoável, considerando-se as circunstâncias nas quais foi formado. Com uma média de idade em torno dos vinte e cinco anos, que pode ser considerada uma média ideal, era composto de alguns jogadores que só por força de algumas circunstâncias não estavam atuando em grandes equipes do país, se considerarmos sua capacidade técnica, mesclados com jogadores medianos e somando-se a isto a excelente recepção que todos tiveram em União da Vitória, a A.A. Iguaçu formou-se até com certa facilidade.

“Causou-me estranheza que jogadores como Índio e Dito Cola estivessem por aí, sem contrato com equipe alguma.” (SILVA, 1998)

A A.A. Iguaçu entra em campo

Em meados de outubro de 1971, os treinamentos da equipe tiveram efetivamente o seu início. sob o comando do técnico Paulo Alves e do preparador físico Arnaldo Dela Giacomo, eram realizados treinos táticos e físicos nas dependências do 5º BeComb. e os coletivos no estádio do Ferroviário, que passava por reforma e ampliação para sediar os jogos da A.A. Iguaçu.

Já aí, a aceitação do clube era evidente, com uma grande presença de público nos coletivos realizados duas vezes por semana, com um público que literalmente ia “dos oito aos oitenta”.

O público infantil parecia extasiado com a presença daqueles “semideuses” que enchiam seus olhos com jogadas que, muitas vezes, eram triviais no

profissionalismo, mas que aos olhos de uma juventude que na época ainda tinha pouco acesso aos jogos pela televisão, pareciam realmente fantásticas. Os mais velhos, arraigados ao tradicional futebol amador, viam tudo num misto de curiosidade e ceticismo, quanto ao deixar para trás todo um passado amadorístico que, dentro de seus limites, foi até glorioso, para um denominador comum que passou a ser a A.A. Iguaçú.

O velho e bom campeonato da (L.E.R.I.) não teria mais que dois anos de vida. Estas poucas semanas de treinamento despertaram em muitas pessoas influentes e de bom poder aquisitivo o desejo de colaborar, da melhor maneira possível com o clube, pois o trabalho realizado pelo presidente Ricardo Gianordoli e sua equipe era excelente e tinha tudo para dar bons frutos.

O início do campeonato paranaense de futebol do ano de 1972 foi marcado para o dia 14/11/71. Ainda no mês de outubro, a A.A. Iguaçú realizou alguns jogos-treino locais, como contra a própria equipe do 5º BeComb., a que a equipe profissional venceu por goleada e contra o Avahi F.C., que terminou em empate.

O primeiro amistoso com uma equipe profissional ocorreu em 1/11/71, contra a equipe do Caramuru de Castro que, não tendo conseguido sua inscrição na Federação Paranaense de Futebol, para a disputa do Campeonato Paranaense de 1972, havia cedido uma base de jogadores para a A.A. Iguaçú.

Estando o Caramuru E. C. em fase rescisória, enviou a União da Vitória um combinado de jogadores que ainda possuía, com alguns elementos da capital paranaense.

Diante de um público muito bom, tivemos domingo à tarde no estádio da “Vila”, a primeira apresentação oficial da A.A. Iguaçú, jogando amistosamente com o Caramuru E.C. (...) o nosso representante não conseguiu fazer uma boa exibição, demonstrando alguns furos na equipe que no próximo dia 14 entrará na “guerra” do campeonato paranaense (...) até a estréia no certame paranaense poderá ganhar mais objetividade, mais conjunto, mais acerto em suas diversas linhas (...) O primeiro Gol da partida foi marcado aos 39 minutos, por intermédio de Duda para o Iguaçú. Aos 40 minutos da fase final, Reinaldo, marcou o gol do Caramuru E. C. (O COMÉRCIO, 1971)

Esta primeira partida amistosa, quase às vésperas do início do campeonato, abriu os olhos da diretoria para a necessidade de alguns ajustes e principalmente de algumas contratações, para enfrentar, de maneira satisfatória, o que viria pela frente.

No dia 14/11/71, o Estádio Enéas Muniz de Queirós (estádio do Ferroviário), que acomodaria, quando muito, três mil torcedores, recebeu um público estimado em cinco mil pessoas, para assistir à A.A. Iguaçú estreiar no Campeonato Paranaense de Futebol, contra a equipe do Pinheiros E.C., da Capital.

Até o início do segundo tempo, a equipe da capital vence por 2 X 0, porém uma torcida já na estréia da A. A. I. se mostrava fanática, em momento algum deixou de apoiar o time que, mostrando melhor preparo físico e boa disposição tática, pressionou a equipe do Pinheiros até obter os gols que lhe proporcionaram o empate

O Pinheiros só não foi vencido por absoluta falta de tempo. No final da partida, era uma equipe “acuada” em seu campo, assistindo ocorrer ao seu redor uma verdadeira apoteose. Uma torcida enlouquecida sentia na carne, pela primeira vez, os sintomas típicos que fazem do futebol uma doutrina mundial. O jogo termina em 2 X 2, o estádio esvazia-se, a cidade comemora, a A.A. Iguazu havia dado certo.

Um enorme público compareceu domingo à tarde no estádio da Vila, para presenciar a estréia da A.A. Iguazu no campeonato paranaense (...) enfrentando o quadro do E. C. Pinheiros, uma das forças do futebol na capital, nosso onze não se intimidou, jogou de igual para igual e após estar perdendo por 2x0, reagiu, chegou ao empate de forma notável (...) foi um empate com autêntico sabor de vitória, dadas as circunstâncias em que ele foi arrancado. (...) O juiz, Sr. Plínio Duenas, teve uma atuação apenas regular. Amarrou muito o jogo no meio de campo não obedecendo nunca à lei da vantagem, marcando faltas vencidas, e beneficiando sempre o infrator. (O COMÉRCIO, 1971)

A paixão com que os torcedores aceitaram a A.A. Iguazu comoveu o seu idealizador, Ricardo Gianordolli que, de uma maneira ou de outra, sentiu que providências teriam de ser tomadas em relação à atuação do juiz.

Os torcedores sentiram-se lesados dentro de seu próprio estádio e não se conformavam com a maneira que a arbitragem conduzira o espetáculo. “(...) Foi decidido, ainda, que seriam enviados dois ofícios à Federação Paranaense de Futebol, um vetando o Sr. Plínio Duenas como árbitro das partidas em que a A.A. Iguazu estivesse empenhada (...)”

Tal reprimenda em relação ao juiz pela diretoria fazia-se necessária, pois já era sabida a tendenciosidade dos juizes nos jogos dos times da capital em relação aos chamados “times pequenos do interior” e as diretorias que não atentavam para este fato tinham suas equipes vitimadas por “autênticos roubos” no decorrer do campeonato.

O fato é que a semana que se seguiu a este primeiro jogo, a A.A. Iguazu era o início e o fim de todas as conversas em Porto União da Vitória. Valiam as mais variadas opiniões, só não era mais permitido o ceticismo e o derrotismo em relação ao caçula do campeonato paranaense, que foi adotado com um carinho incomum pelo povo do Vale do Iguazu. “(...) No centro da cidade podia-se ver uma roda de amigos, um torcedor exibindo orgulhosamente a manchete do jornal “Tribuna do Paraná”, de Curitiba: “Pinheiros só empata em União da Vitória com Iguazu que

mostrou muito futebol”. (SILVA, 1998)

Todo este entusiasmo não contagiou apenas as Gêmeas do Iguaçu, mas toda a região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. Nos dias de jogos da A.A. Iguaçu, as ruas da cidade eram tomadas por muitos ônibus, trazendo torcedores da região. O fenômeno A.A. Iguaçu abalou as estruturas da cidade, tirando-a daquela letargia tão freqüente em cidades interioranas. Os restaurantes, bares e lanchonetes viram seu movimento triplicar em dias de jogo na cidade, com o público que vinha de fora. Todo o tipo de público se fazia presente ao estádio do Ferroviário, que, com sua pequena capacidade de recebimento de público, acolhia, muitas vezes, até o dobro de torcedores do que seria recomendável.

“(...) homens, mulheres e crianças, pintavam de azul e amarelo as nossas tardes de domingo, com dezenas de bandeiras, que iam da rua para o estádio e do estádio para a rua. A A.A. Iguaçu nunca decepcionava nos jogos; em casa, as bandeiras nunca se enrolavam”. (MARCONDES, 1998)

Tal afluência de público, as rendas excelentes, fizeram os olhos mais ambiciosos mudarem sua maneira de encarar a A.A. Iguaçu.

“(...) foi apreciado um ofício em que o Ferroviário E. C., por intermédio de seu presidente solicita que do total das importâncias arrecadadas nas partidas realizadas no seu estádio, sejam-lhes destinados 10% (dez por cento), a título de aluguel do campo. Tal pretensão não foi concedida, tendo em vista os grandes melhoramentos introduzidos naquela praça de esportes, por conta da A.A. Iguaçu”.

Provavelmente tal fato tenha provocado nova investida da A.A. Iguaçu através de seu presidente, o tenente -coronel Ricardo Gianordolli. O União E.C., a mais antiga equipe amadora de Porto União da Vitória, possuía o Estádio Antiocho Pereira, com excelente localização em área central de União da Vitória. Embora com instalações acanhadas de estádio de futebol amador, poderia ser transformado, futuramente, no campo de mando de jogos da A.A. Iguaçu, bem como sua sede.

“A fusão A.A. Iguaçu-União E.C. deu-se no dia 24 de agosto de 1972, prevalecendo, no entanto, o nome de A.A. Iguaçu para a equipe. De certa forma o estádio Antiocho Pereira foi uma doação efetuada pelo União E.C. à A.A. Iguaçu, somente com a cláusula de que se porventura a A.A. Iguaçu se extinguisse, o patrimônio retornaria ao União E.C.”(SILVA, 1998).

Neste mesmo ano, iniciam-se as obras de reforma do velho estádio do União E.C., com a total reforma do gramado e troca de alambrados, bem como o início da

construção da sede do clube, onde se localizaria, em anos seguintes, a concentração dos jogadores.

Atualmente o estádio Antíocho Pereira passou a pertencer à administração pública municipal. Suas dependências compõem um complexo esportivo com o estádio com capacidade para 15.000 pessoas, o ginásio de esportes Isael Pastuch e o campo de futebol suíço Dona Maria, sediando também a Comissão Municipal de Esportes. Pode-se dizer que tais investimentos tiveram origem na receptividade com a qual a fundação da A.A. Iguazu foi acolhida.

Considerando-se ser a A.A. Iguazu uma equipe estreante no campeonato paranaense no ano de 1972, sua campanha pôde ser considerada das mais promissoras. Talvez seja inédito em todo o futebol brasileiro no que se refere a campeonatos regionais, uma equipe estreante, do interior, “roubar” pontos de todos os times grandes da capital.

Embora não tenha vencido nenhum deles, a A.A. Iguazu igualou-se no placar com Curitiba, Atlético, Colorado e Pinheiros, tanto jogando em União da Vitória como em Curitiba, causando danos irreparáveis às equipes que pretendiam o título e tinham como certa a vitória contra o time pequeno do interior.

Jogos memoráveis, como em 13 de fevereiro de 1972, quando veio à União da Vitória o Curitiba F.C., líder do campeonato, e que após estar perdendo para a A.A. Iguazu desde os 17 minutos do primeiro tempo, conseguiu o empate aos 43 minutos do segundo, num gol marcado em completo impedimento.”(MARCONDES, 1998)

É importante ressaltar o comportamento da delegação de A.A. Iguazu pelos quatro cantos do Estado paranaense para a disputa dos jogos do campeonato. tudo sempre dentro da melhor organização, com hospedagem sempre em bons hotéis, nada faltando aos atletas, para que tivessem toda a tranquilidade ao entrar em campo.

A imprensa local, tanto radiofônica quanto os jornais semanários, acompanhou a equipe em todos os jogos que realizou fora de casa, privilégio que não eram todos os times interioranos que possuíam, numa época em que as viagens e a telecomunicação não eram de todo satisfatórias. “O pagamento dos salários era efetuado rigorosamente em dia e os “bichos” (gratificações por bons resultados) faziam-se, muitas vezes, ainda nos vestiários, após a partida”. (LAZZARINI, 1998)

Detalhes de organização podem parecer óbvios, mas excelência nestes pontos como possuía o time do presidente Ricardo Gianordolli, não eram, e não são muito comuns no futebol brasileiro, mesmo se considerarmos as grandes

equipes nacionais. No decorrer do campeonato, os bons e maus resultados alternaram-se e uma ligeira caída de produção no final da fase de classificação impediram que a A.A. Iguazu conseguisse colocação entre as oito equipes finalistas do campeonato. Ao final de 28 jogos, a equipe ficou em 9º lugar. Foram 10 vitórias, 10 derrotas e 8 empates, encerrando sua campanha em 10 de junho de 1972.

Ao final do campeonato, o clube estava plenamente estruturado, sem dívidas, com um razoável quadro associativo de mais de mil sócios, uma diretoria que primava pela competência e honestidade e um horizonte cheio de possibilidades no âmbito estadual e até nacional.

“Abrindo a sessão, o Sr. Presidente convidou o diretor do Departamento da Tesouraria a fazer uma prestação de contas a todos os presentes, membros da diretoria, da situação financeira do clube, a qual foi considerada excelente por todos. O clube não possui dívidas e está com a folha de pagamento de empregados rigorosamente em dia.” (Ata de 07 nov. 1972).

No segundo semestre do ano de 1972, a A.A. Iguazu aproveitou o ótimo conceito que obteve na sua primeira participação no campeonato paranaense para realizar amistosos regionais e assim poder manter o bom plantel que possuía.

Participou também do “torneio integração”, disputado por equipes do Paraná e Santa Catarina que neste período estariam disputando o Campeonato Brasileiro.

Observe-se que o recorde de público e renda deste torneio foi a partida Atlético Paranaense 1, A.A. Iguazu 0, em Curitiba, o que demonstra a boa imagem e até a simpatia com que o público curitibano passou a encarar a equipe de União da Vitória.

Fundada sem patrocínio público ou particular, o que é uma praxe nos clubes interioranos, a A.A. Iguazu era fruto do prestígio e visão do seu idealizador, Ricardo Gianordolli, da participação maciça do empresariado e de torcida entusiasmada e fiel.

Também, neste final de 1972, foram realizadas obras de ampliação no Estádio Enéas Muniz de Queiroz (estádio do Ferroviário), como a ampliação do setor de arquibancadas, com a construção de arquibancadas de madeira, em caráter provisório no lado oposto das já existentes, no sentido de proporcionar um mínimo de conforto para os torcedores nos anos seguintes, já que a afluência de público extrapolava, em muito, a capacidade do estádio. Tais obras eram realizadas, quase em sua totalidade, com mão-de-obra militar, do 5º BeComb., sob ordens do tenente-coronel Ricardo Gianordolli, que sabia da necessidade da constante adaptação e manutenção deste estádio para sua utilização pela A.A. Iguazu.

O sonho do Estádio Antíoco Pereira só viria a tornar-se realidade 15 anos depois.

Durante todo o ano de 1972, a concentração dos jogadores do clube foi sediada no 5º BeComb., causou uma curiosidade nacional, era “o time que nasceu no quartel”. Apesar de estarem lotados no quartel, os jogadores não viviam sob

regime militar.

Evidentemente havia no ar alguma disciplina de caserna, mas os jogadores eram muito mais considerados como hóspedes de honra do quartel do que qualquer outra coisa, com boa comida e bons alojamentos. “Certa ocasião, por estar fazendo um batuque, o goleiro Paulo Henrique foi ameaçado de prisão por um jovem oficial. Ao saber de tal fato, o tenente-coronel Ricardo Gianordolli chamou o oficial às falas, repreendendo-o severamente”. (FERREIRA, 1998)

Tais privilégios aos atletas do A.A. Iguazu estendiam-se também no âmbito social das duas cidades, em que, também Gianordolli não admitia nenhum entrave ao livre trânsito dos “seus rapazes”, mesmo nos bailes mais elitizados, por exemplo. “Eram todos muito bons rapazes, de excelente criação, merecendo plenamente a confiança que o Presidente Gianordolli neles depositava”. (SILVA, 1998)

Em raras oportunidades, durante o campeonato paranaense, o time esteve só nos jogos fora de União da Vitória. Por iniciativa da própria torcida, eram organizadas caravanas de ônibus e automóveis particulares para acompanhá-los.

Nos jogos em Curitiba e mesmo no longínquo norte paranaense, a torcida iguaçuana se fazia presente, enfrentando as distâncias e muitas vezes a animosidade da torcida adversária. Valia a pena, dizem os antigos torcedores. Tudo era uma grande festa.

Após um ano e meio na presidência da A.A. Iguazu, o tenente-coronel Ricardo Gianordolli apresentou sua renúncia do cargo, em data de 28 de fevereiro de 1973, tendo como motivo sua transferência para outra unidade militar. Assim terminava o que pode ser chamado “A era Gianordolli” no clube.

Neste período foi dado ao clube, por ele e todos os colaboradores, uma estrutura que muitos clubes atravessavam décadas para conseguir. A A.A. Iguazu estava plenamente dotada de estruturação, “*know-how*” e principalmente conceito moral para seguir em seu processo de continuidade.

“(…) O Sr. Presidente solicitou do Departamento da Tesouraria, a prestação de contas até esta data. O Sr. Francis Gonçalves de Oliveira, apresentou um boletim com todos os pormenores da situação financeira do clube (...) O Sr. Presidente comunicou a mudança nesta data, de todos os atletas, para as instalações recém construídas de nossa sede, sita à rua Coronel Amazonas (...) apresentou sua renúncia, por motivo de sua transferência militar (...) agradecendo as atenções que lhe foram dispensadas durante sua gestão, solicitou a mesma boa vontade para com o Presidente que o substituirá, e em seguida, passou o cargo ao Sr. José Luiz Lopes Teixeira.” (Ata nº 9, 28 fev. 73)

A A.A.IGUAÇU PÓS-GIANORDOLLI

Durante o ano de 1973, o Presidente empossado por ocasião da renúncia de Ricardo Gianordolli, o major José Luiz Lopes Teixeira permaneceu no cargo que lhe foi atribuído. Houve uma razoável continuação da performance anterior, com boa participação no campeonato paranaense, continuação das obras do Estádio Antiocho Pereira, como a ampliação da concentração dos atletas e construção da sede do clube, reforma total no gramado e colocação de alambrados novos.

Todas estas obras ainda contaram com total apoio do 5º Batalhão de Engenharia e Combate.

A data de 16 de janeiro de 1974 marca o desmembramento da A.A. Iguaçu da unidade militar local, com a renúncia à presidência do clube do major José Luiz Lopes Teixeira, assumindo o cargo o industrial madeireiro Sr. Osvaldo Forte. No ano seguinte, assume o então Prefeito Municipal Sr. Alcides Fernandes Luiz, que permaneceu até 1976, quando assumiu a presidência da A.A. Iguaçu o novo prefeito de União da Vitória, o Sr. Gilberto Francisco Brittes, o qual ficou no cargo até 1979. (SILVA, 1998)

No segundo quinquênio da década de setenta, a A.A. Iguaçu já não mostrou o mesmo brilho dos seus primeiros anos. Foi uma época marcada por presidências que podem ser qualificadas de compulsórias, em que os prefeitos municipais assumiram o cargo.

Excetuando-se alguns colaboradores abnegados que trabalhavam arduamente para manter o nome do clube no patamar anteriormente alcançado, verificou-se uma grande debandada daqueles empresários que eram denominados “amigos de Gianordolli”.

Pode-se constatar, na própria confecção das atas, que a farda verde-oliva fez uma tremenda falta para a A.A. Iguaçu. As obras do Estádio Antiocho Pereira pararam no início da construção das arquibancadas, servindo para a equipe, somente, como campo de treinamento.

Os jogadores que naquela época iam para o clube, muitas vezes animados pelo que escutavam de jogadores que ali passaram anteriormente, já não encontravam a mesma estrutura, e a torcida, embora mantivesse grande parte do entusiasmo dos primeiros tempos, passou a conhecer muitos momentos de decepção.

Foi nestas circunstâncias que em 09 de maio de 1979, o advogado Odenir Borges assumiu a presidência do Clube. Colaborador já por alguns anos, o Dr. Odenir assumiu o cargo para não mais deixá-lo até a desativação da A.A. Iguaçu, no ano de 1994, devido principalmente a obrigações financeiras não salgadas pelo clube. A partir daí, Odenir Borges prosseguiu colocando equipes na disputa da

2ª divisão do Campeonato Paranaense de Futebol Profissional, porém usando nomes como antigo União Esportiva Iguaçu, outro clube amador do Distrito de São Cristóvão, em União da Vitória. (SILVA, 1998)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA IGUAÇU. Porto União. Ata nº 1, 15 ago. 1971. Livro nº 1
2. _____. _____. Ata nº 2, 14 out. 1971. Livro nº 1
3. _____. _____. Ata nº 3, 15 dez. 1971. Livro nº 1
4. _____. _____. Ata nº 4, 07 nov. 1971. Livro nº 1
5. _____. _____. Ata nº 5, 17 nov. 1971. Livro nº 1
6. _____. _____. Ata nº 9, 28 fev. 1973. Livro nº 1
7. FERREIRA, Cláudio. Entrevista. União da Vitória, 98 jul. 1998.
8. GODINHO, Jonas M. da Rosa. Entrevista. União da Vitória, 17 ago. 1998.
9. JORNAL CAIÇARA. União da Vitória, 1972. “Revista Suplemento Esportivo”.
10. JORNAL O COMÉRCIO. União da Vitória, 1971-2. “Caderno Esportivo”.
11. LAZZARINI, Celso. Entrevista. União da Vitória, 26 jun. 1998.
12. MALTAURO, Orlei do Rocio. Entrevista. União da Vitória, 20 out. 1998.
13. MARCONDES, Juarez Amazonas. Entrevista. União da Vitória, 02 out. 1998.
14. SILVA, Mauri. Entrevista. União da Vitória, 25 jul. 1998.

A IMAGEM DO CAMPO E DA CIDADE NA REGIÃO DE GUARAPUAVA: SÉCULO XIX¹

Michel Kobelinski

Professor assistente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória – FAFI, PR; Mestre em Movimentos Sociais na História.

¹ O presente texto é um resumo de parte da dissertação de mestrado (Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao marketing da cidade), desenvolvida junto às Universidades UNESP/ASSIS e UNICENTRO/GUARAPUAVA

Partindo de alguns relatos, de construções e interpretações literárias e históricas para o início do século XIX, a imagem que se forma durante a conquista da região dos Campos de Guarapuava, a imagem que se evoca a partir da fundação da cidade não chega a causar surpresa pela forma com que se desenrolou. A paisagem rural e a paisagem urbana na região de Guarapuava foram mensuradas e sistematizadas como componentes dinâmicos e entrelaçados¹.

Uma imagem bucólica, para o final do século XVIII, resultante do reconhecimento e ocupação dos campos de Guarapuava, denunciava a paisagem. Era uma região despovoada de espanhóis e do habitante nativo; um cenário de rios e florestas que se estendiam amplamente. Mais tarde, nas proximidades do que viria a ser a cidade, o explorador vislumbra uma área difícil de se conquistar pela presença de tribos indígenas hostis. Não foi só isso, os conflitos com a Coroa Espanhola, desencadeou uma ocupação pacífica, sem extermínio dos índios. Uma estratégia acertada, mas a custo de sua subserviência.²

A imagem construída para esta paisagem no século XIX, considerava as condições ambientais para o estabelecimento humano, isto é, um local adequado que fornecesse condições mínimas de adaptabilidade e subsistência para a rápida construção de uma fortificação, uma atalaia, destinada a proteger a expedição colonizadora dos ataques indígenas. A narrativa ressaltava também os conflitos existentes entre Diogo Pinto e padre Chagas durante a implantação definitiva do sítio urbano da cidade e a disposição do aldeamento indígena³. Em 9 de dezembro de 1819, o local estabelecido constituía a Freguesia de Nossa Senhora do Belém.

Por outro lado, antes do assentamento humano, a criação mítica também esteve presente. Só assim, os sertões poderiam ser desbravados pelo herói, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que domina os grupos indígenas e praticamente funda uma cidade em “meio ao nada”.⁴ A conquista do terceiro planalto paranaense se

1 WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*: na história e na literatura: São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

2 Ver MACHADO, Brasil Pinheiro. Expedições militares de conquista, In : História do Paraná, Curitiba, Grafipar, 1986. p. 77-102.

3 GRUBER DE ABREU, A. T. A posse e o uso da terra: modernização agropecuária de Guarapuava, Paraná Memória Momento, 1986.

4 AZEVEDO, Macedo. Conquista Pacífica de Guarapuava: Curitiba, Fundação Cultural, 1995. p. 71- 82.

transformou numa epopéia, comparável à mitologia grega.⁵ Não é sem intenção que se valoriza uma paisagem inóspita, rigorosa no inverno e, bárbara pela natureza arredia de seus habitantes.

As imagens da paisagem rural e da paisagem urbana confluíram. No meio rural, as realizações durante a conquista da região, têm um sentido de elaboração persistente e coletiva. Encerra sempre uma série de problemas, principalmente àqueles relacionados ao estabelecimento no meio físico e a aclimação, o empreendimento colonizador, a vasta área a ser ocupada, o isolamento da cidade de outros centros urbanos, o domínio da situação conflituosa junto aos indígenas locais⁶.

Por outro lado, as cenas do cotidiano na povoação de Nossa Senhora de Belém, a disposição espacial da “freguesia”, as características das casas ao redor do núcleo urbano, o interior das residências, a arquitetura rudimentar, e o quadro urbano da paisagem local, são elementos brandos nessa composição, quando comparados ao modo de vida adotado e os conflitos sociais. Esta imagem primeva de um punhado de casas de taipa enfileiradas junto à igreja seria representada artisticamente por Debret.

Na segunda metade do século, a paisagem urbana, a exemplo da paisagem regional não apresentava o mesmo dinamismo dos grandes centros urbanos da época. Era o retrato de uma monotonia das formas, da ausência quase que completa dos homens; muitas residências eram abandonadas pelos proprietários que passavam a maior parte do ano nas sedes de suas fazendas⁷. A cidade mostrava apenas um dinamismo aparente nas épocas de festividades religiosas⁸. Atividades realizadas em áreas de domínio público, ou seja, junto às áreas de comunicação coletiva que simbolizavam o poder público: praças, áreas recreativas, comerciais, feiras e mercados⁹.

Essa mudança nos aspectos materiais do cenário regional ocorreu na segunda metade do século XIX. Como a Lei de Terras de 1850 privilegiava uma “classe agrária”, suspendendo as concessões para aqueles que se dispusessem a povoar e ocupar as áreas de interesse público, alterou-se o que era rotina neste ambiente: *“Este sistema o das sesmarias – foi o tronco do qual se originaram muitas das propriedades rurais da região, porque o governo de D. João VI e os seguintes, a exemplo do governo português, e visando incentivar a posse e o uso*

5 AZEVEDO, Macedo. Idem, p. 124.

6 GRUBER DE ABREU, A. T., GRUBER MARCONDES, G. Escravidão e Trabalho. Guarapuava, FAFIG, 1990. p. 122.

7 GRUBER, de Abreu, A. T., Gruber Marcondes, G. O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava; Guarapuava, UNICENTRO – Cadernos de Pesquisa, 1992.

8 WESTPHALEN, Cecília Maria. A casa rural dos campos gerais. Boletim do Arquivo do Paraná. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo Público, 1987. Ano XII, n. 21., p. 29-32.

9 REIS FILHO, N. G. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500 – 1720: Rio de Janeiro, Pioneira Editora, 1968. p. 132.

FACE R., União da Vitória-PR, v.3: p.159-167, 2000

das terras coloniais, fizeram dele o instrumento de povoação".¹⁰ Como as propriedades passavam a ser privadas, (...) 'a facilidade na obtenção de terras atraiu novos povoadores; os economicamente mais fortes estabeleceram-se com fazendas de gado, no interior, e os mais fracos se estabeleceram ao redor da povoação'.¹¹ Em 1852, as transformações se evidenciavam, através da Câmara Municipal, que teve como medidas iniciais, denominar ruas e adequar o abastecimento de água para o núcleo urbano: "Muito utilizado desde a época colonial, o chafariz era o sistema mais prático e mais barato, e a Câmara optou pela sua utilização".¹²

A partir de 1872, o processo de crescimento urbano de Guarapuava decaiu em função da intensidade do tropeirismo, a ponto de se transformar em extensão da sociedade dos Campos Gerais e de Curitiba. O planejamento urbano deixou a desejar, uma vez que após a sua implantação, pouco se fez para readequá-lo às novas necessidades do crescimento populacional em sua trajetória evolutiva. O relator da província, por exemplo, já denunciava irregularidade no traçado das ruas e em edificações que comprometiam as disposições regimentais. Em 1882, o desmembramento de Palmas, a evasão populacional decorrente de ataques indígenas e a crise do sistema tradicional campeiro arrefeceram o crescimento urbano.

Nos textos que interpretamos, as remissões relativas às paisagens que aqui evidenciamos nos levam a essa composição: um meio físico a ser explorado, e a necessidade de consolidar e ampliar os interesses da Corte Portuguesa que se instalava no Brasil.

Os primeiros sítios urbanos no Brasil, desde o século XVI, lentamente deixavam de lado a preocupação exacerbada com relação a um posicionamento nas áreas mais elevadas, e, assim, em função da definição de locais planos para o assentamento humano se adotou um traçado regular para os centros menores: o plano em xadrez.¹³ Esta base estrutural na qual se assentaram os núcleos urbanos no Brasil permaneceu até a metade do século XIX, quando se passou a utilizar o plano ortogonal. No caso de Guarapuava, as circunstâncias obrigaram o estabelecimento de um baluarte para assegurar a implantação do sítio urbano, pelo fato de a região estar fora dos limites territoriais consolidados e por enfrentar uma resistência a essa ocupação. Constituíam os objetivos de ordem econômica e

10 GRUBER DE ABREU, A. T., MARCONDES, G. G., p. 44.

11 Ibid., p. 59.

12 Ibid., p. 39.

13 REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil: 1500-1720. Rio de Janeiro: Pioneira Editora, 1968. "No Brasil a tendência geral dos núcleos mais antigos foi a ocupação de sítios elevados. Facilitava-se dêsse modo a aplicação de um esquema defensivo elementar, e o controle eficiente das vias de comunicação, fossem caminhos ou vias marítimas e fluviais. A solução era aplicada a núcleos de importância diversa, das pequenas aldeias, às cidades." p.124-125.

política, expressos através da Carta Régia de 1º de Abril de 1809, expedida pelo Príncipe Regente D. João VI¹⁴. Foi isso que permitiu a ocupação definitiva daquela parte do território brasileiro.

A extensão da rede urbana brasileira que se firmava nos Campos de Guarapuava, isto é, no terceiro planalto paranaense abrigava algumas habitações em suas paliçadas,¹⁵ protegia famílias de colonos, religiosos, escravos, degredados e a milícia¹⁶. O retorno a esse passado rural e urbano de Guarapuava, que traz como referência uma atmosfera cerrada, em meio a uma paisagem bucólica e inóspita também nos permite outra prospecção histórica.

Aos poucos, nos textos, na história da cidade, algumas permanências são identificadas. No entanto, a imagem que se forma, inicialmente em Guarapuava se transforma; passa de um momento de restrição, da “cidade” fechada e protegida, para a povoação do Forte Atalaia, e depois do estabelecimento do sítio urbano da cidade, para um momento de expansão com as conquistas de áreas mais afastadas como os campos de Palmas. Em seus elementos estavam preservados significativos momentos de recorrências ao passado, resquícios provenientes do período colonial que caracterizaram as cidades da Idade Média na Europa, como a forma e o traçado urbano, a disposição de seus atributos simbólicos. Por outro lado, mesmo tendo sido erigida no período Imperial, as principais características urbanas que prevaleceram em Guarapuava se relacionam às do período colonial, aproximando-se do modelo de cidades existentes na Europa Medieval. Neste período as invasões bárbaras no “Velho Mundo”, ocorrências que já duravam irá pelo menos cinco séculos, impingiram o desejo de um resguardo coletivo, estabelecendo, às vezes, relações favoráveis entre os senhores feudais e demais grupos sociais.

Analisando o documento de fundação da cidade, isto é, o **formal**¹⁷ e a representação cartográfica¹⁸ elaborada pelo padre Chagas,¹⁹ pode-se verificar como as representações que construímos são incompletas.

A representação cartográfica elaborada pelo padre Chagas, em 1821, encontra-se reproduzida em vários textos, em diferentes compilações, e, é claro, com muitas simplificações.

14 GRUBER DE ABREU, Alcioly T. A Posse e o Uso da Terra: Modernização Agropecuária de Guarapuava.. Op. cit. p. 29-30.

15 GRUBER DE ABREU. Op. cit. p. 29-30.

16 GRUBER DE ABREU, Alcioly T., GRUBER MARCONDES, Gracita. Op. Cit. p. 22.

17 documento elaborado por padre Chagas e Diogo PINTO que seguia as recomendações prescritas na Carta Régia de 1809, para o planejamento e a ocupação espacial na região.

18 BANN, Stephen. A verdade em cartografia. In: As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994. p. 239-262.

19 LIMA, F. das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. In: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: IHGEP, 1977. V. XXXII, p. 13-28.

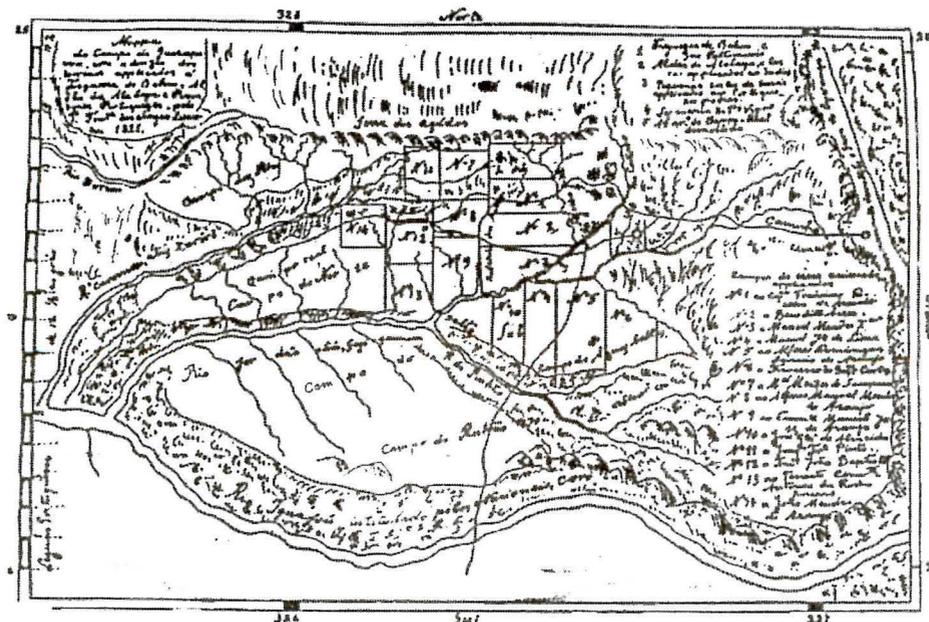


Figura 1: mapa de Guarapuava em 1821.

Fonte: ABREU, A.T.G., MARCONDES, G.G., 1992.

Na elaboração do formal, procurou-se ressaltar, a partir das bordas do terceiro planalto paranaense, na serra da Esperança, a hidrografia, o relevo, a divisão de terras em sesmarias e seus proprietários, uma área destinada aos “portugueses pobres”, os principais trajetos que cruzavam a povoação, a localização do Campo Real, a posição geográfica inicial da cidade, num sistema de coordenadas geográficas; além disso encontramos algumas referências a uma toponímia indígena para alguns rios da região. Se observarmos a localização da Freguesia de N. S. de Belém, a seis léguas e meia do “*abarracamento de Campo Real*”, constataremos outros motivos, sobre os quais, também recaiu a decisão sobre o local definitivo de assentamento da expedição colonizadora: a proteção e a menor distância da povoação a outros centros urbanos. Partindo destes princípios, a sua localização se deveu à montante dos cursos d’água, isto é, numa posição mais privilegiada do relevo, mais próximas às nascentes, com vistas a uma defesa mais eficiente do domínio estabelecido numa área plana, mas limitada ao sul por terrenos íngremes, entre os rios Coutinho e o vale do rio Jordão.

Na representação pictórica de Guarapuava, o que chama a atenção é uma escala que não permite a identificação dos atributos locais citados no documento de fundação da cidade. Foi a partir da escolha daquele ambiente pelo padre Chagas que o núcleo urbano se configurou. Desse modo, a transposição de um sentido textual, o do **Formal**, de 1819, para o pictórico, o que está presente no

mapa de 1821, não era mais necessário: os indícios nos levam a outros alguns interesses menos evidentes: o do estabelecimento urbano e o da conquista da região. A imagem da paisagem local foi substituída por um contexto regional, enquanto que, em outro plano, o signo pictórico, a partir daquele momento, passaria a exercer um papel importante no conjunto das representações, um marco inicial para as subseqüentes representações sígnicas neste núcleo urbano. Constatamos que as características naturais durante a organização do povoamento em Guarapuava foram transpostas a uma morfologia de parte da região. Mas neste estudo da imagem que se formou no século XIX para a cidade, não podemos nos restringir ao problema do parcelamento social da cidade a partir das ordenações da administração local; é preciso inferir que a região dividida em faixas de terras determinadas a diferentes grupos de indivíduos foi feita através da imposição e do poder real.

O texto, em forma de legenda que acompanha a representação cartográfica de Guarapuava, indica o seu autor e o que pretendia representar no mapa. As indicações de áreas de concessão de sesmarias e das disposições humanas, isto é, dos povoadores e dos indígenas, poderia conter alguma imprecisão por parte do compilador do padre Chagas? Se a afirmativa é uma evidência, quando olhamos atentamente os sinais e os traços daquela construção representada e reproduzida posteriormente, então surge uma indagação: onde se situava a área destinada a “*aldea da Atalaya e terras applicadas aos indios*”? Ela teria sido representada como outra área? Se isso ocorreu, seria por acaso àquela que se referia às *pequenas sortes de terras applicadas aos portugueses pobres*? O padre Chagas teria sido descuidado em apontar no mapa as representações? O texto do documento que formalizou a criação da ‘cidade’ - o **Formal** - nos mostra um indício, quando aponta a nova localização do referido aldeamento urbano, isto é, ao sul da Atalaia. A representação que se enumerou no mapa não corresponde à área que indica na legenda. Nem mesmo o original deste referencial elaborado a *posteriori* correspondeu ao discurso formalizado no ato da fundação, ou seja, encontramos aqui um relação paradigmática.²⁰

A construção de uma imagem para o desenvolvimento da paisagem rural e urbana de Guarapuava, parece despontar para o que podemos chamar de “alegoria pictórica”, ou seja, a representação cartográfica serviu de referência, sendo utilizada como um elemento decorativo a outras formas de narrativa que retrataram o passado urbano desta cidade. Nesta situação podemos observar claramente como as representações podem ser transportadas para outros sentidos, como elas podem ser dissimuladas entre o texto e a sua representação imagética. Foi um momento importante, no qual a imagem simbolizada passava a sobrepor-se ao texto e à própria narrativa.

As recorrências posteriores a um pretérito remontado, também se valeram

20 Ver BARTHES, R. *A Imaginação do Signo*. Lisboa, Edições 70, 1978..

de um artifício alegórico para um conteúdo discursivo dissimulado que procurou ressaltar um desenvolvimento urbano para a cidade de Guarapuava. As referências baseadas na representação cartográfica elaborada pelo padre Chagas, constituída de uma simultaneidade entre campo e núcleo urbano, nos levou a esta incursão em alguns referenciais para as representações entre o campo e a cidade. Certamente estes resquícios captados na narrativa literária não nos permitiu uma análise mais profunda e detalhada, no entanto, a perspectiva de recorrência demonstra que as nossas construções são incompletas, apresentam sempre uma tênue imagem acerca dos acontecimentos, uma imagem fragmentada das paisagens urbana e rural.

INSTRUÇÕES GERAIS PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Os Artigos devem vir acompanhados com o nome do autor, seu endereço, telefone para contato e/ou endereço, e um texto em forma de minicurriculo, conforme exemplo:

Antonio de Almeida, Economista. Mestre em Sociologia pela PUC-PR, Professor da FACE de União da Vitória, Chefe do Departamento de Economia... etc.

A forma de remessa é preferível com o envio de uma cópia digitada, acompanhada de disquete, com um arquivo para Word, na seguinte formatação: papel A4, fonte Arial 12, margem superior, inferior e esquerda de 3 cm e a margem direita de 2 cm.

As notas devem ser colocadas ao final do artigo, numeradas seqüencialmente.

Os artigos devem ser acompanhados de Referências Bibliográficas, seguindo as normas da ABNT (autor, título, edição, local de edição, editor, ano de publicação, observando-se os demais dados em caso de periódicos como, título do artigo, título do periódico, etc.).

Os destaques de autor, palavras estrangeiras (incluindo latim), nomes de livros e revistas são apresentados em itálico (grifo) (ou sublinhados, se o original for datilografado). Aspas são usadas para citações, somente.

*Os artigos, se divididos, devem usar o sistema de intertítulos e subtítulos (como exemplo: **1. INTRODUÇÃO**; **2. O CONCEITO CLÁSSICO DAS NORMAS**; **2.1 SUAS IMPLICAÇÕES**; **3. O FUTURO DA ECONOMIA**; **3.1 A FORMA GERAL**; **4. CONCLUSÃO**).*

Evitar anexos e apêndices, bem como tabelas muito grandes, lembrando que o formato da FACE em REVISTA é 14,5 X21 cm, com a mancha de texto de 17,2 X 11,9 cm.

*Os trabalhos devem ser enviados à Biblioteca, aos cuidados da Bibliotecária Rita de Cássia Funaro Vieira , ou através do nosso e-mail **biblioteca @ face.br***

FACE EM REVISTA

Proposta de Assinatura

Nome:.....

Endereço:.....

Bairro:..... Cidade:..... UF:.....

CEP:..... Fone:.....

E-Mail:.....

Profissão:.....

...../...../..... Assinatura:.....

Estou enviando cheque nominal, cruzado, para Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória - FACE.

Estou enviando, junto com esta proposta, via fax, comprovante de pagamento no BANESTADO, agência 066, c/c 1518-3.

nº 1/98 (R\$ 10,00)

nº 1/2/99 (R\$10,00)

Assinatura anual 2000 (R\$ 10,00)

FAXFACE - 0XX42-5221837

E-mail biblioteca@face.br

